

José Ferreira da Rocha

A FORMAÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES

A “revisão” dos limites municipais fomentada pela dendeicultura e ações públicas: um estudo nos limites territoriais de Moju, Acará e Tailândia/PA.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local, no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - PPGEDAM, no Núcleo de Meio Ambiente - NUMA, da Universidade Federal do Pará - UFPA.

Área de concentração: Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local
Linha de Pesquisa: Gestão Ambiental

Orientador: Dr. Gilberto de Miranda Rocha
Co-orientador: Dr. Sérgio Cardoso de Moraes

Belém
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente, Belém/PA

Rocha, José Ferreira da

A formação de novas territorialidades: a 'revisão' dos limites municipais fomentada pela dendeicultura e ações públicas: um estudo nos limites territoriais de Moju, Acará e Tailândia/PA / José Ferreira da Rocha. — 2015.

134 f: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Orientador: Gilberto de Miranda Rocha.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2015.

1. Divisões territoriais e administrativas - Pará, Nordeste. 2. Pará, Nordeste - População. 3. Dendê - Pará, Nordeste. I. Rocha, Gilberto de Miranda, *orient.* II. Título.

CDD: 22. ed.: 320.12098115

José Ferreira da Rocha

A FORMAÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES

A “revisão” dos limites municipais fomentada pela dendeicultura e ações públicas: um estudo nos limites territoriais de Moju, Acará e Tailândia/PA.

Defesa: Belém/PA, 14 / 08 / 2015

Conceito: _____

Banca examinadora:

Prof. Gilberto de Miranda Rocha - Orientador
Doutor em Geografia
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. Christian Nunes da Silva
Doutor em Ecologia Aquática e Pesca
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. Sérgio Castro Gomes
Doutor em Economia Aplicada
Universidade da Amazônia - UNAMA

AGRADECIMENTOS

À instituição, Universidade Federal do Pará - UFPa, ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - PPGEDAM e ao Núcleo de Meio Ambiente - NUMA, pelos espaços onde adquiri o conhecimento na graduação interdisciplinar e profissional.

À coordenação do PPGEDAM, na pessoa do Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho, e a vice coordenação, Dr. Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes, sempre receptivos e participantes das conquistas de cada docente, na busca do crescimento conjunto.

Ao meu orientador e amigo, Dr. Gilberto de Miranda Rocha, pela atenção que perpassou os ensinamentos pela dedicação, durante cada etapa na construção deste trabalho. Sua orientação foi a base fundamental do alicerce, formado pela atenção, compreensão e paciência, sem perder o foco.

Ao meu co-orientador e amigo, Dr. Sérgio Cardoso de Moraes, pela presença constante, sempre adepto aos encaminhamentos e repasses profissionais, compartilhando seus conhecimentos, nos momentos precisos à construção deste trabalho.

Aos professores do PPGEDAM, pelo aprendizado através dos seus ensinamentos nas disciplinas e conhecimentos específicos, nas discussões de atividades e troca de experiências durante as visitas técnicas, e por agregar outros olhares para o uso e a construção de minha dissertação.

Aos colegas de turma PPGEDAM 2013/2, que, individualmente ou em grupos, não se opuseram aos debates profissionais, como formadores de oportunidades ao entendimento nas disciplinas que construíram nossos conhecimentos. Em especial à Paulo Cesar Chagas Maia, pela valorosa ajuda com seus conhecimentos na formatação e estruturação deste trabalho.

Aos Doutores Peter Mann de Toledo, José Raimundo Trindade e Jonas Bastos da Veiga, e ao mestre Sérgio de Mello Alves, pelo crédito profissional atribuído ao meu objetivo acadêmico, indutores e co-responsáveis por minha vitória.

Às pessoas que participaram de meus objetivos na construção desta pesquisa. Em especial, ao MsC. Rogério Henrique Almeida, jornalista e historiador, pelo historicismo que norteou nossas reuniões de estudo; à MsC. Rosa Rocha, pela sociologia, e condução dos debates, somaram conhecimentos em todos os aspectos ao trabalho; ao MsC. Magno Roberto Alves Macedo, pelo empenho diários na pesquisa norteadoras do trabalho; e Maria Adelina Guglioti Braglia, pela cumplicidade determinada em valorizar a pesquisa (a época, presidenta do IDESP).

Aos meus familiares, irmãos e amigos, que, apesar das cobranças, conviveram com minhas ausências e saídas, pela busca desta conquista. Hoje, parceiros de conquistas.

À Família, minha filha Jossandra Carvalho da Rocha Pinheiro; meu filho José Ferreira da Rocha Junior; e minha esposa Sandra Maria Carvalho da Rocha, eterna inspiradora e conselheira em todos meus momentos, com palavras e apoio, me encorajaram a trilhar mais este caminho conquistado. Muito obrigado, minha Nega.

In memoriam, a meus pais José Pereira da Rocha (*Seu Rocha*) e Delzuite Ferreira da Rocha (*Basatinha*), por tudo que me ensinaram e orientaram com

integridade e caráter, influenciaram na minha formação social, acadêmica e profissional.

O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o lazer, e como condição

de “viver bem”. (SANTOS, 1996, p. 45, grifo do autor).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TERRITÓRIO E LIMITES MUNICIPAIS:	18
1.1. Refletindo sobre Território	18
1.2 O território, populações e novas cidades.	21
1.3 O território e limites municipais.	26
1.4 O território, legislação e limites municipais	27
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	30
2.1. Os lócus da pesquisa	31
2.2 Histórico das cidades: Moju, Acará e Tailândia	35
2.2.1 - O MUNICÍPIO DE MOJU	35
2.2.2 - O MUNICÍPIO DE ACARÁ	36
2.2.3 - O MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA	38
2.3 Questões limítrofes	38
2.3.1 A ÁREA DE ESTUDO: UM NOVO MUNICÍPIO?	41
2.4 O espaço da Área de Estudo	45
2.4.1 DESCRIÇÃO DA POLIGONAL	49
2.4.2 A DINÂMICA DO COTIDIANO E INFRAESTRUTURAS	51
2.4.3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA ÁREA DE ESTUDO	64
2.5 Aspectos normativos da divisão municipal	66
3 OS TERRITÓRIOS E OS RESULTANTES DA PESQUISA	70
3.1 Estudo do memorial descritivo dos limites municipais da Área de Estudo pela cota máxima (IBGE)	72
3.2 Identificação das áreas de dendezeiros e sua abrangência na Área de Estudo	78
3.3. Os fluxos de serviços, distribuição da produção e consumo das comunidades	94
3.3.1 OS FLUXOS NA ÁREA NORTE	94
3.3.2 OS FLUXOS NA ÁREA SUL	97
4. METODOLOGIA DA DEFINIÇÃO DOS NOVOS LIMITES “POSSÍVEIS”.	102
4.1 Modelo de análise da questão central do trabalho: emancipação municipal e o território “possível”.	103
4.2 Os novos limites “possíveis” do município de Tailândia e métodos criados.	107
4.2.1 A REDESCRIBÇÃO PELA INCORPORAÇÃO: A REVISÃO DO MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIA	121
ANEXO A Lei de Criação do município de Moju.	126
ANEXO B Lei de Criação do município de Acará.	127

ANEXO C	Lei de Criação do município de Tailândia. -----	128
ANEXO D	Ato da Presidência de 04/02/2015 -----	129
ANEXO E	Ato da Presidência de 25/02/2008 -----	130
APÊNDICE	-----	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Localização da Área de Estudo e acessos	32
Figura 2	As Áreas de Estudos Moju e Acará como recortes das porções dos municípios estudados	46
Figura 3	A E.M.E.I.F. Nova Israel construída na comunidade e mantida pela Prefeitura de Tailândia	53
Figura 4	Vila Sacutuba – Ramal Sacutuba, Trapiche no rio Moju, Escola, Residência, Casa de Farinha e Sítio	54
Figura 5	Vila Cristo Redentor – Ramal do Parola, carvoarias abandonadas, edificações e visita de campo	55
Figura 6	Vila Nova Paz – Ramal do Nova Paz, comunidade, agroindústria comunitária, programas e projetos	57
Figura 7	Vila Olho D’Água – Nascente preservada, escola, abastecimento de água e energia industrial	59
Figura 8	Vila Águas Claras - A estrada inicia na comunidade e segue entre fazendas até Ipixuna do Pará	60
Figura 9	Mapa indicativo das comunidades e representação dos índices das produções	63
Figura 10	Pirâmides de população dos municípios estudados	65
Figura 11	Detalhamento do limite municipal pela cota máxima com “serpenteio” na PA-150 (PA-475)	75
Figura 12	Obras do Projeto de Readequação da PA-150 (Trecho de Tailândia PA-475) em 2013 e 2014	78
Figura 13	Aptidões climáticas para a cultura e Arco de aptidão da produção do dendezeiro	82
Figura 14	O pesquisador em atividade de campo. Dependências da Agropalma, em Moju	83
Figura 15	Canteiros da Agropalma, Bioenergia e a Agricultura Familiar, na Área Norte	85
Figura 16	Canteiros Agropalma, Bioenergia, Agricultura Familiar e Projeto Malásia, na Área Sul	86
Figura 17	Os fluxos e as ações internas na Área Norte da Área de Estudo	96
Figura 18	Os fluxos e as ações internas na Área Sul da Área de Estudo	98
Figura 19	Limpeza de acesso às parcelas e poda das palhas de dendê - Canteiro Agropalma	101
Figura 20	Fluxograma de Mesquita. O recorte identifica os processos na Área de Estudo	104
Figura 21	Recorte do Fluxograma de Mesquita para a representação da Área de Estudo	105
Figura 22	Leitura da Carta Planimétrica no município visitado às margens do rio Moju	108
Figura 23	Coleta de dados com os atores sociais e institucionais no âmbito da Área de Estudo	109
Figura 24	Mapa do limite “possível” do município pela incorporação da Área de Estudo à Tailândia	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distâncias rodoviárias dos Núcleos em relação aos municípios estudados	62
Tabela 2	Os períodos e a evolução da emancipação municipal no Pará	70
Tabela 3	Distâncias entre as comunidades (A) e do centro à rodovia e ao traçado do limite municipal (B)	76
Tabela 4	Contagem de famílias envolvidas com o espaço em uso nas comunidades	87
Tabela 5	Aspecto Demográfico ou da População Local	89
Tabela 6	Distribuição das Unidades Escolares por Municípios na Área de Estudo	89
Tabelas 7 a 10	Análises dos Indicadores de Desenvolvimento da Educação no estado e municípios estudados	91
Tabela 11	Dados brutos em quilograma dos vários produtos da produção familiar em empreendimentos locais	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Pressupostos de Leis e Normas que subsidiam os Limites Territoriais	29
Quadro 2	Conceitos e palavras chaves atribuídas às autorias para os Limites Territoriais	29

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnica
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPA	Divisão Política Administrativa
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
E.M.E.F	Escola Municipal de Ensino Fundamental
E.M.E.I.	Escola Municipal de Ensino Infantil
E.M.E.I.F	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
FLONA CKS	Floresta Nacional de Carajás
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IEA-USP	Instituto de Economia Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRHO	Institut de Recherches Pour Lês Huiles et Les Oleagineux
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEI	Módulo de Exploração Indefinida
MME	Mapas Municipais para Fins Estatísticos
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PRODES	Programa de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins
RLMPA	Revisão dos Limites Municipais do Estado do Pará

SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEICON	Secretaria de Estado da Industria, Comércio e Mineração
SEMAS	Secretaria de Meio Ambiente
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SETRAN	Secretaria de Estado de Transportes
UC	Unidades de Conservação
UE	Unidades Especiais de preservação
UNICRUAT	União das Comunidades Rurais, Urbanas e Adjacentes de Tailândia
VA	Valor Adicionado.
ZTM	Zona Típica de Módulo

RESUMO

A reorganização territorial a partir de aspectos demográficos é o ponto central da presente investigação, que tem como referência a região nordeste paraense, em particular uma região limítrofe dos municípios de Moju, Acará e Tailândia. Nela predomina o monocultivo do dendê (*Elaeis guineensis*), elemento que configura um fator de atração de migrantes. Estes migrantes, em boa maioria, estão vinculados às atividades dos grandes projetos, e concomitante a ele, disputam o espaço e os recursos nele existente. Esta disputa pelo poder é um dos fatores na indução para a criação de novas unidades administrativas pela União nas Unidades Federativas - UF, fato que ocorre desde a década de 1940, do século passado. Ao longo dos anos o estado do Pará passou por uma profunda reconfiguração de seu território. Saltou de 53 municípios para 144, ocorrido no ano de 2010. A pesquisa investiga os processos de reorganização espacial desta população, fomentados pela dendeicultura na Região do Baixo Tocantins, no nordeste paraense e seus efeitos na revisão dos limites territoriais dos municípios de Moju, Acará e Tailândia. Para tanto realiza uma revisão sobre o debate da categoria território, uma revisão sobre aspectos legislativos, uma caracterização da área e a dinâmica populacional.

PALAVRAS CHAVES: Território, Territorialidade, Nordeste Paraense, Divisão, Limites Municipais.

ABSTRACT

The territorial reorganization from demographics aspects is the focus of this research, which has as reference the Para Northeast region, particularly a neighboring region of Moju, Acará and Tailândia municipalities. In this locality predominates the oil palm (*Elaeis guineensis*) monoculture, an element that sets a factor of attraction for migrants. These migrants, in the large majority, are linked to the major project activity, and concomitant with it, dispute the space and resources existing in it. This power struggle is a factor that induces the creation of new administrative units in the country, a situation that occurs since the 1940s, in the last century. Over the years, the state of Pará underwent a profound reconfiguration of its territory. It jumped from 53 to 144 municipalities. The research investigates the spatial reorganization processes of this population, fostered by the oil palm culture in the Lower Tocantins Region in the northeast of Pará and its effects on the boundaries review of the Moju, Acará and Thailand municipalities. For that, it was made a review of the debate of territory category, a review of legislative aspects and a characterization of the area and population dynamics.

KEY WORDS: Territory, Territoriality, Pará Northeast, Division, Municipal Boundaries.

INTRODUÇÃO

Existe uma infinidade de Amazônia(s). A diferenciação visível, varia nas especificidades dos recursos naturais e os usos a eles impostos, nas composições humanas (populações, povos tradicionais migrantes), nas influências exógenas ou endógenas, na configuração de poderes em diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional), e nos fluxos de redes econômicas, sociais e políticas, que tecem esses conjuntos dicotômicos.

Uma multiplicidade de gestões de território concede realidades à(s) Amazônia(s). São inúmeros os processos econômicos, sociais e políticos, que por interesses externos têm regido as políticas públicas internas, e inferido nas decisões sobre as terras do território paraense.

Segundo o Instituto de Terras do Pará – ITERPA (2007, p. 21), a apropriação privada de grandes extensões de terras, historicamente denominada de grilagem de terras, foi atribuída pela utilização do “...termo grilo ou grilagem, e tem sua origem pela tentativa de transformar títulos falsificados, dando-lhes aparência de documentos antigos e legais, com o emprego do inseto ortóptero – o grilo..., que utilizava o papel como habitat e alimento, tornando-o com uma aparência envelhecida.

O Instituto ainda relata que “... o mecanismo utilizado, e que acabou denominando o processo de apropriação ilegal de terras públicas, era comprar dos cartórios ou de terceiro um falso título da terra...”

A reboque, também ocorre a apropriação dos recursos naturais existentes, denotando a condição colonial de exportador de matérias primas – ou no máximo de semielaborados – para centros nacionais mais desenvolvidos e/ou internacionais. Esta, ainda é uma característica atribuídas aos longínquos espaços brasileiros que não têm se alterado ao longo dos séculos.

Apesar do cenário sombrio, as populações locais destes quintais territoriais de usos, compartilham os passivos sociais e ambientais remanescentes, uma marca registrada, a partir de um discurso próprio de amplificação dos direitos e condição de preservacionista destes ambientes. Num curso histórico, estas populações lograram um êxito relativo, na aguda disputa pela terra e seus recursos naturais, definindo os espaços que lhes garantam em certa medida, a sua reprodução econômica, cultural, social e política. Assim, conseguiram em acordos com a União, a efetivação dos seus projetos de assentamentos, dos territórios indígenas, dos territórios quilombolas e das unidades especiais - UE de preservação e/ou conservação – UC.

No entanto, a agenda dos grandes projetos tem prevalecido como linha central das políticas públicas para as regiões paraenses. É o caso da nossa Área de Estudo, uma fração da Região de Integração Tocantins - RI, onde a pauta agrícola é a monocultura do dendê que estrutura e reestrutura os espaços. É sobre esta fração, onde também ocorrem essas complexas realidades amazônicas que o presente estudo irá se debruçar.

Segundo Dias; Oliveira (2011, p. 16), a elaboração do conceito de RI no Pará deu-se de forma efetiva a partir de 2007 no âmbito da criação da Secretaria de Estado de Integração Regional (Seir). Com a justificativa de que a regionalização em microrregião e macrorregião do IBGE já não dava conta de exprimir a realidade paraense, a solução foi propor uma nova regionalização. Segundo a Seir, 12 critérios foram levados em conta durante a proposição da nova regionalização, a saber: população, densidade populacional, concentração de localidades, repasse de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), renda per capita, acessibilidade física, consumo de energia elétrica, leitos por mil habitantes, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), telefonia fixa, índice de alfabetização, fatores geopolíticos.

Neste conjunto de critérios nosso espaço migratório, pôde ser utilizado como indicador, que ratifica ser a migração o maior dos fenômenos disparados pelos megaprojetos, causada principalmente pela possibilidade de emprego ou serviços. Sobre isso, Menezes (2000), analisa que “os primórdios de estudos sobre movimentos de população estão relacionados à aceleração da urbanização cuja interface é o Êxodo Rural. Assim, o período de 1940 a 1960 correspondeu a consolidação no plano empírico à transferência da população rural para as cidades e no plano conceptual à consagração do êxodo rural como categoria explicativa para a dominância do fenômeno de deslocamento populacional. Entendido como sinônimo de migração, o êxodo rural passa a ser aceito como deslocamento físico e natural, como realidade dada que só posteriormente seria qualificado socialmente.”

Na Área de Estudo, a força do processo de migração, assim como a força do capital, coloca em desalinho as delimitações territoriais, e estabelece que no seu interior ocorre um crescimento comum pela dinâmica do deslocamento dessas populações, que passam a compartilhar dos planejamentos municipais, combinados com o poder local, na busca de também favorecer os territórios contíguos, delimitados como espaços políticos administrativos estadual.

A delimitação dos territórios, modelo adotado pelo IBGE, compartilha entre eles, além de seus acidentes naturais, também a expressão topográfica no terreno, a cota máxima¹, que se torna consenso entre os municípios contíguos. Os territórios respeitam a dinâmica de ocupação, que em várias direções, avança para suas fronteiras ou faixas divisórias, mesmo que estas não sejam visíveis nos domínios. No método adotado:

todos os elementos do tipo linha devem estar completos no arquivo vetorial, sem falhas, interrupções ou descontinuidades, mesmo que, no arquivo *raster*, estas linhas apareçam interrompidas, como é o caso, por exemplo, de algumas curvas de nível que, por impossibilidade de representação (relevo acentuado) ou para colocação de cotas, aparecem interrompidas na carta topográfica. IBGE (Metodologias)

Essas linhas e seus modo de usos, citadas neste trabalho, são as que fazem parte (IBGE Metodologias) das delimitações dos espaços políticos administrativos, como não podem ser interpretadas no terreno como o alvéolo de um rio, são imaginárias. Assim, permeiam os territórios, individualiza-os, mas servem também de orientação para os fluxos de redes que interligam, contornam e cruzam os processos migratórios. Estes, sustentam entre si vários aspectos culturais, históricos e de mudanças sociais, que se somam aos outros costumes trazidos pelas ocupações.

Becker (1991, p.44) enfatiza através do papel da migração que “é o trabalho de milhares de migrantes que sustenta a expansão da fronteira atual, caracterizada por uma fronteira tecno(eco)lógica, que se concretiza pela urbanização como estratégia de ocupação”.

A proposta deste estudo aponta que existe uma área na extensão limítrofe de Moju e Acará, com Tailândia, e trata-se de um espaço de antiga ocupação por grupos familiares que desenvolvem atividades agrícolas, extrativistas em culturas de pequeno e médio porte com manejo intensivo, e se configura em alguns grupos, a economia de subsistência. Esse espaço limítrofe, parcialmente descrito com outros potenciais de desenvolvimento, entendida como uma das *novas territorialidades*² existentes no território paraense, passa a ser nosso sujeito da pesquisa: a Área de Estudo (ou recorte proposto nesses limites), que necessita ser confirmada.

Quanto aos objetivos da presente pesquisa, esta buscou investigar os processos de reorganização espacial dessas populações e seus efeitos diretos nos núcleos das comunidades, assim como a revisão dos limites políticos-administrativos (os espaços territoriais) dos municípios de Moju, Acará e Tailândia, fomentada pela presença e implantação da dendeicultura neste recorte, na Região do Baixo Tocantins, no nordeste paraense.

¹ Cota máxima topográfica, descrita pelo IBGE, no Capítulo I - Metodologia de Validação da Vetorização e II.3 - Avaliando os dados vetoriais (inspeção visual - plotagem), no item Especificações de vetorização.

² O termo sugerido como novos territórios, traz os conceitos e autores apresentados.

Para os aspectos específicos, a pesquisa busca: i) compreender os processos de reorganização espacial de ocupação estimulada no território paraense com a implantação da dendeicultura e pelas políticas públicas no nordeste paraense; ii) analisar alguns aspectos legais referentes à revisão dos limites político-administrativos dos municípios de Moju, Acará e Tailândia; e iii) através do mapeamento participativo na Área de Estudo, segundo os interesses envolvidos, propor uma nova configuração cartográfica e territorial às populações envolvidas nestas porções municipais.

A justificativa desta pesquisa, com seus objetivos e especificidades, tem como fio condutor a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pois configura um marco para a temática de criação de novos municípios e dá embasamento à proposta do estudo, com a apresentação de um novo teor ao Memorial Descritivo da Lei de Criação destes municípios, no intuito de retificar os trechos limítrofes estudados durante a pesquisa, pois entende que isolam as comunidades, causaram transformações nestes limites, impondo uma nova lógica de ocupação, de produção, de reprodução e de identificação destas populações a serem inseridas no novo recorte territorial.

As leis referendadas e anexas ao trabalho, são a Lei Nº 158, de 31 de dezembro de 1948, do município de Moju; a Lei Nº 839, de 19 de abril de 1875, do município de Acará; e a Lei Nº 5.452, de 10 de maio de 1988, do município de Tailândia, todos no território paraense.

Referente ao problema da pesquisa, ao se considerar outros trabalhos publicados, os momentos acumulados pelas pesquisas bibliográficas e as atividades *in loco* para o estudo, ocorre a seguinte indagação: os processos vigentes na reorganização espacial, as formas de apropriação e uso do solo, e as variações sociais no padrão de distribuição das populações no território, quando fomentados pela dendeicultura, têm influenciado na necessidade de revisão dos limites político-administrativos nesta faixa dos municípios de Moju, Acará e Tailândia?

As mudanças observadas neste trabalho, de forma geral, referem-se à dinâmica de ocupação que ocorre na Área de Estudo, mas alcança seu entorno, pois não é de toda diferente, ou sem escalas, do padrão que ocorre nos municípios estudados mesmo quando analisados de forma macro, assim, consideramos a Região de Integração Tocantins um limite com espaço único.

A posição geográfica da RI Tocantins, além da ligação direta com a capital, participou e participa das transformações que marcaram essa região e entorno. Transformações que envolveram questões de limites (emancipação, fusão e divisão), de ocupação e uso (estradas, desmatamentos e embargos) e de território (criação, governança e

políticas públicas), assim, torna-se um concentrado de possibilidades para se estudar suas territorialidades (sempre) em formação.

Quanto às hipóteses, presume-se que a monocultura de dendê implantada, mais precisamente, nesta região do nordeste do Estado do Pará é o principal vetor na reconfiguração dos limites territoriais dos municípios do presente estudo (Mojú, Acará e Tailândia). A presença intensiva dessa atividade econômica modifica os aspectos demográficos locais, e as áreas com a monocultura atuam diretamente em sua área de influência. As constantes transformações (de avanço e recuo), que a dendeicultura provoca, ocorre também em função do grande período de uso (plantio e safra), e das técnicas aplicadas para a manutenção da qualidade do fruto, assim, provocam uma movimentação nos espaços das comunidades *versus* empreendimento. Como atores, acabam se misturando pelos seus interesses e pela forma de apropriação.

Considerando o número de comunidades visitadas, percebe-se o desdobramento dessa dinâmica na transformação de força de trabalho, serviços e consumo de uma população. População que manifesta, nessa dinâmica de produção e ocupação, o sentimento de pertencimento e se auto afirma pela territorialidade, e por ser parte integrante de uma cadeia produtiva, pelo viés da assistência de redes de serviços no âmbito de emprego, educação, política e institucional, entre outros, acompanhados pela gestão local.

Outra possibilidade dessa ocupação está pautada nas relações destas comunidades com a sede de Tailândia, que vão além da proximidade e das oportunidades de subsistência, quer seja no rural ou no urbano. Isto ocorre diferentemente com os municípios e suas sedes de Moju e de Acará, pois suas localizações geográficas dificultam suas relações devido às distâncias quilométricas, que limitam ainda mais a mobilidade e acessos de seus municípios.

A proximidade com a sede é estratégica para esses grupos por facilitar a concentração de grande parte da mão de obra envolvida no processo da dendeicultura, que reside nos núcleos com demanda concentrada em Tailândia, em detrimento de Moju e Acará. O contexto traz um mapeamento deste novo processo de territorialidade, que força a sua fixação nesta porção limitante com o seu território por conta da possibilidade de aumento da renda familiar, ao conseguir algum posto de trabalho (direto ou indireto) na cadeia do monocultivo do dendê.

A proposta de mapeamento também aborda uma faixa na Área de Estudo, em que aponta o interesse de implantação de um projeto entre o governo estadual e o da Malásia, que é o maior difusor mundial desta tecnologia de beneficiamento do setor. A agência de governo de desenvolvimento industrial do óleo situada em Kuala Lumpur, capital do país, é a principal

fomentadora da comercialização de derivados. Ela incentiva ainda a troca de mecanismos de cooperação técnico-científica, e a transferência de tecnologia e educação sobre a metodologia do processo e produção do óleo de palma. As técnicas de plantio de dendezeiro também apresentam grandes faixas fronteiriças positivas ao desenvolvimento de uma espécie híbrida mais resistente e produtiva no Estado.

O mapeamento da Área de Estudo toma como referência um conjunto de informações coletadas no decorrer da construção deste trabalho, dividido em etapas para os encaminhamentos da pesquisa, e estão assim divididos: i) visitas realizadas nos municípios estudados e nos 15 núcleos matrizes; ii) e o mapeamento propriamente dito da sua poligonal.

Os dados sistematizados serviram para representar as 26 comunidades existentes na Área de Estudo e outras em seu entorno.

A etapa inicial foi, em grande parte, desenvolvida enquanto técnico do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental³ do Pará - IDESP, pelo Projeto de Revisão e Atualização dos Limites Municipais (PPA 2012-2015), que envolveu pesquisas de campo em outros 26 municípios paraenses.

Essas etapas foram realizadas na ordem de prioridades das informações colhidas (ou acessíveis) durante os eventos de construção deste trabalho, sendo: a) reuniões com as lideranças locais, em cada comunidade; b) coletas de dados em ambientes caracterizados e descritos; c) pesquisas bibliográficas e compilação dos dados; e d) na criação do banco de dados e cartográfico para as respectivas representações em mapas temáticos.

A primeira etapa do mapeamento da pesquisa trata do referencial teórico sobre os municípios e documental sobre a Área de Estudo, especificamente, os dados e/ou diagnóstico do seu aspecto socioeconômico, do ambiental, da infraestrutura, do demográfico e do institucional.

A segunda etapa enfoca a construção dos mapas temáticos. Deu-se a partir da contribuição das outras etapas, com recorte específico para a Área de Estudo envolvendo os municípios de Moju, Acará e Tailândia. Tal área contempla a faixa de fronteira de seus limites territoriais e a área de influência, que corresponde a partir da PA-150, até a margem direita do rio Moju. Também alcança, especificamente, as comunidades sob a gestão do município de Moju e Acará, como expressão às ações e movimentos que ocorreram durante a pesquisa.

A terceira etapa constituiu-se de outros três momentos: a) levantamento de pontos geográficos, para a locação e comparação destes pontos nas imagens e nos temáticos; b)

³ O adjetivo Ambiental foi inserido na reativação do Instituto, em 2007.

reuniões dirigidas e entrevistas abertas com os munícipes e/ou sua representação de lideranças em suas comunidades; e c) entrevistas diretas com os gestores dos municípios estudados.

Dito isto, informamos que a pesquisa se encontra dividida em capítulos: o Capítulo I trata do conceito de território e limites municipais e sobre a legislação subjacente; o Capítulo II, detêm-se a caracterizar a área de estudo, ou o *locus* da pesquisa, abordando desde os seus históricos municipais que questionam seus limites pautados nas normativas que referendam a divisão; o Capítulo III, apresenta a possibilidade de novos cenários limítrofes, validados pelos dados resultantes da pesquisa, que identificam seus usos e fluxos correntes no recorte do estudo; e o Capítulo IV, que apresenta a condução metodológica e resultados da pesquisa empírica: os novos limites “possíveis” do município de Tailândia.

Uma revisão sobre a categoria território é o eixo do primeiro capítulo. Nele, as contribuições de Lefebvre (1988), Sousa (1985), Becker (1991), Raffestin (1993), Haesbaert (1995/1997/2002), Coelho (2011), Santos (2005), Glass (2013) e Rocha (2014) serviram de âncora para a reflexão sobre território e territorialidade desta pesquisa, que ainda tratará aspectos normativos no âmbito do estado e município.

No segundo capítulo buscamos caracterizar a Área de Estudo em seus diversos aspectos com uma visão geral sobre a RI Tocantins, os lócus da pesquisa, histórico dos municípios focos do estudo, demografia, limites municipais, perfil socioeconômico e aspectos normativos sobre criação de novos municípios.

A primeira subseção faz um resumo geral sobre a RI, a segunda aborda sobre o *lócus* da pesquisa, reflete sobre as questões limítrofes entre os municípios, até aprofundar sobre o microcosmo da questão central da investigação e sublinhar aspectos normativos sobre a criação de novos municípios.

O terceiro capítulo sublinha os resultados do trabalho de campo, além de coadunar com as revisões edificadas e a coleta de dados secundários, e ainda apresenta os resultados construídos a partir dos objetivos e hipóteses propostos. Dedicar-se ao entendimento sobre a cota máxima no memorial descritivo, utilizado pelo IBGE, em todo território brasileiro, assim como, em nosso estudo envolve os limites municipais de Moju, Acará e Tailândia.

Fez-se necessário lançar mão de memoriais descritivos de seus territórios constantes em cada Lei de Criação, que pontua seus novos confrontantes à época de sua publicação. Esse detalhamento descreve a formatação dos recortes ocorridos no território do município cedente, isto é, daquele que sofreu a redução territorial para efetivar a criação de seu novo confrontante político.

Para o quarto capítulo, objetivou-se enfatizar um dos processos que despertaram para este estudo, e que traz para o conhecimento acadêmico, o olhar para o social na pessoa das populações envolvidas (ou não envolvidas), pela questão capitular deste trabalho: a definição dos limites municipais e suas “possibilidades”, de primeiramente observar o que se envolve, ou melhor, a quem se envolve neste contexto de fronteiras territoriais.

Nossas considerações em questão expressam a necessidade de adequação de interesses que envolvem agentes sociais, população oriunda dessas localidades e agentes públicos, por ser uma relação que vai para além dos instrumentos legais de definição desses territórios. Estas relações são movidas por sentimentos de pertencimentos, regidos por códigos de convivências diárias entre esses agentes históricos que dão dinâmica e pragmatizam relações de sociabilidade entre si.

1 TERRITÓRIO E LIMITES MUNICIPAIS:

1.1. Refletindo sobre Território

O território é a questão central do presente capítulo. Nele, antes de definir e historicizar aspectos da categoria, iremos nos aproximar da questão central da pesquisa, ou seja, a tensão em zona de fronteira marcada de sobreposições de responsabilidades dos municípios.

Para tanto, toma como referência contribuições de Souza (1985), Santos (1988/2010/2005), Lefebvre (1988), Raffestin (1993), Haesbaert (1997/2002), Coelho (2011), Glass (2013), Becker (1990/1991) e Rocha (2013), que são reconhecidamente âncoras para a reflexão sobre o território, territorialidade e suas dinâmicas. Os estudos desta pesquisa ainda trataram dos aspectos normativos no âmbito do Estado e do Município (Governo).

Até a década de 1980, o território era analisado preferencialmente num princípio jurídico e institucional a partir dos limites do Estado Nação⁴. A leitura enfocava o aspecto técnico, onde a dimensão física, os limites ou fronteiras eram delimitadores da ação política de uma classe social para uso dos recursos naturais nele existentes. Os limites e fronteiras tinham como indicadores físicos os acidentes geográficos: rios, vales e cadeias de montanhas.

⁴ O centro dos discursos autorais enfatizava as disputas de territórios envolvidas em lutas políticas que abraçavam tudo e toda a forma de produção pelo poder de Estado. Altera-se de Estado-nação para um Estado Moderno, como uma invenção política.

Uma categoria por excelência pesquisada pela Geografia, (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2002; SANTOS, 2005).

O mundo passou por profundas mudanças nos últimos trinta anos. As inovações tecnológicas e da informação redimensionaram inúmeras categorias das ciências, antes consagradas. Assim, território, capital, trabalho, Estado, nação, espaço, fronteira, cidadania ganharam novas reflexões e interesse de outras ciências além dos contornos da Geografia. A partir das profundas mudanças nas últimas décadas, a categoria território passou a interessar à filosofia, às ciências sociais, à economia, à política e à comunicação.

Raffestin (1993) esclarece que o espaço é o local das possibilidades, marcado pelas dimensões materiais e simbólicas, transformado pelo trabalho de diferentes grupos de interesses. A disputa pelo poder é a questão do debate sobre o território. Nesta arena marcada pelo conflito de interesses e o aspecto técnico científico, a informação exerce papel central, (SOUZA, 1995; HAESBAERT, 2002; SANTOS, 2005).

Com um olhar mais abrangente, Santos (1988) escreveu a obra *Metamorfoses do espaço habitado* e, além do espaço conceituado(s) e incansáveis definições entre espaço e região, observados seus momentos, entende que “estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas com seus mais distintos níveis de interação e contradição”.

Santos (2000), ao investigar também o problema do território⁵ a partir da perspectiva do Estado moderno⁶, alerta que a política⁷ exerce o papel central, assim como a técnica de produção. O autor atesta que o poder de decisão no recente contexto mundial é exercido pelas agências multilaterais e empresas transnacionais.

Souza (1995) enfatiza que o território é por excelência um espaço definido a partir de relações de poder. O geógrafo arremata que territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias. Dito

⁵ A análise numa perspectiva hierarquizada sobre o processo de novos territórios, ou mesmo, o fim do território, predominou durante um certo tempo, reflete Haesbaert (2002). O autor da obra *Território Alternativos* chama atenção para a dinâmica da criação e recriação do território. E mesmo os excluídos do processo hegemônico, mobilizam a construção de perspectivas opostas. Tais oposições passam pelo fundamentalismo religioso, ambientalismo, grupos de autogestão, etc. O termo território, raro até o século XVII, torna-se comum juntamente com a expansão burguesa, a partir do século XVIII. (HAESBAERT, 2002, p.120).

⁶ Estado Moderno - estado nação - o território é uma invenção política do mundo moderno (obra de uma classe social, executada especialmente para seu próprio benefício).

⁷ Santos (2000) observa que a política compensava a diversidade, a diferenciação do poder técnico ou do poder econômico, assegurando, ao mesmo tempo, a ordem interna de cada império e a ordem internacional. Através da política, cada império regulava a produção própria e de cada colônia, o comércio entre estas e outros países, o fluxo de produtos, mercadorias e pessoas, o valor do dinheiro e as formas de governo.

isto, entende-se que o processo de territorialização, desterritorialização e re-territorialização, além de não ser único, é constante.

Já Haesbaert (2002, p.121) enfatiza que a disputa pelo território é marcada pelas desigualdades de forças que envolvem o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, são, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.

Haesbaert (2002) esclarece que

ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam “micropolíticas” capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes –, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada. (HAESBAERT, 2002, p. 14-15, grifo do autor)

Para o município, o território é o invólucro onde estão contidos os aspectos sociais, simbólicos e culturais, entre outros, pois mistura-se em várias dimensões que contemplam o poder comunitário ainda que exercido localmente. E é também pelo poder que o território exerce sobre o todo e seus munícipes que o município o administra com caráter político-administrativo-disciplinar, utilizando assim, seus limites fronteiriços como espaço controlador do uso de seus recursos (naturais, simbólicos, culturais, institucionais etc).

Legalmente, cada unidade político-administrativa tem um território de gestão, e é neste que deve agir, e identificar o seu espaço geográfico e seus sistemas internos de governo.

Raffestin (1993, p.143) afirma existir ainda outra concepção - a de que “Espaço e território não são termos equivalentes”. O autor questiona o conceitual dos substantivos que há algumas décadas atribuiu ao espaço como noção, e ao território como conceito, onde “o estatuto de conceito permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção”. Então, categoriza e prioriza os conceitos sugeridos, pois antecipa o surgimento do Espaço, sendo então o Território como consequência da existência do primeiro, ou seja:

o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN 1993, grifo do autor).

Neste contexto, Coelho (2011, p. 2) estuda o Território e o Território Normado, e cita Manoel Gonçalves F. Filho, um jurista, que conceitua Estado como “uma associação humana (povo), radicada em base espacial (território), que vive sob o comando de uma autoridade (poder) não sujeita a qualquer outra (soberana). ”

Coelho (2011, p. 2) cita, ainda, Ricardo Mendes Antas Jr. (2007) que difere dos conceitos acima e sugere que: “Território normado, segundo o qual, trata-se de considerar o território como norma, isto é, compreender que parte do direito é constituída pelo espaço geográfico, assim como parte da geografia é constituído por normas jurídicas e não jurídicas”.

Coelho (2011, p. 2), em seu trabalho, cita ainda Hans Kelsen (2005, p. 47), criador da Teoria pura do direito, o qual afirma que: “Estado e seus elementos – povo, território e poder – só podem ser caracterizados juridicamente”.

Complementando esta abordagem a respeito de espaços e territórios, Ricardo Mendes Antas Jr. (2007) afirma que o território normado “trata de considerar o território como norma, isto é, compreender que parte do direito é constituído pelo espaço geográfico, assim como parte da sua geografia é constituída por normas jurídicas e não jurídicas”.

Para Lefebvre (1988, p. 412, grifo do autor),

a dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria.

Para Haesbaert (1995, p.42, grifo do autor), quanto a criar e destituir territórios significa que:

o território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Rocha (2013), aborda o tema como uma referência na geografia paraense (e brasileira) analisada pela forma de criação de espaços (territórios) consolidados, que serviam e servem como justificativas para os avanços e rompimentos de fronteiras territoriais, como consequência das ocupações como um método. Entende que outros espaços estão em vias de consolidação para ocupações mais recentes, e continuará a revelar a dinâmica de centralização e descentralização, que marca as relações políticas de gestão do território.

1.2 O território, populações e novas cidades.

Um dos parâmetros deste trabalho segue a linha histórica, sobre o surgimento de cidades, que se estabelecem crescendo no entorno de grandes projetos instalados. Esta

acomodação produz, quase que diariamente, grande contingente de servidores⁸ temporários com conhecimentos suficientes para atender as demandas de serviços⁹ produzida pelo setor terceirizado, que os inseri nas atividades da produção e colheita, no serviço temporário direto de outras produções de cooperativas, empresas da pecuária e agricultura, ou no serviço de ocupação nas tarefas ou roçados¹⁰. Este conjunto de atividades atreladas as necessidades familiares deste nosso recorte, por si só, já demonstra uma total dependência neste relacionamento, em dois aspectos principais: o servidor fixado e o servidor flutuante, que existe com maior evidência na porção Norte da Área de Estudo,

O primeiro se apresenta pela oferta de força trabalho sem qualificação, que apesar de viver em constante rotatividade pelas comunidades, pela sede de Tailândia ou às margens dos muros desses grandes empreendimentos, não consegue explorar outra região. O segundo, se configura com alguma qualificação, porém, regulados por contratos temporários e transita nas empresas terceirizadas ou presta serviços com alguma técnica profissional. O terceiro, uma espécie de aprendiz do primeiro, fica com a atividade abandonada (trocada pelo dendê) e pelo interesse de receber uma parcela do montante que ora cuida.

Esse processo de aglomeração pela oferta de prestação de serviços e ocupação pessoal, independe da sua posição geográfica, pois, como sabemos, são fatos comprovados e conhecidos mundialmente, apontam ocorrências cada vez mais atual. Como exemplo mais direto desse evento, citamos a presença de grandes empreendimentos no Estado, evidenciados na área da mineração. Segundo a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração – SEICON, no Pará existem 60 municípios, que atualmente recebem recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CEFEM, justamente pela presença de atividade minerária ativa e formal (DNPM, 2015)¹¹.

Nesse complexo de projetos minerários e de infraestruturas instaladas ao longo de décadas, se promovem os movimentos e as dinâmicas extensas, independentemente de os municípios estarem com seus projetos localizados geograficamente entre outros divisores territoriais, este é o caso do Projeto Grande Carajás, na região de Carajás e sudeste do Pará, abrange os municípios mineradores de Marabá, Parauapebas, Curionópolis e Canaã dos Carajás, o norte de Tocantins e o noroeste do Maranhão.

Outros extratos históricos da Companhia Vale – VALE (1997), antiga Companhia Vale do Rio Doce – CVRD (1942), destacam projetos paraense que permanecem ativos por

⁸ O adjetivo usado reforça a condição de serviçal pela falta de qualificação profissional e de trabalho local.

⁹ Os serviços: auxiliar de escritório e da construção civil, serviços gerais, limpeza de canteiros, entre outros.

¹⁰ Nas comunidades ainda ocorre, e trata-se de uma parcela da terra destinada a outros membros da família.

¹¹ Disponível no site: www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario-mineral-2013.

décadas, como o de extração de Ferro em Carajás (1946), que ainda na década de 1980, ano de início da extração, apresenta uma área estimada em quase 900.000 km², projetada para 500 anos de lavra mecanizada. Esta região é equivalente a 1/10 do território brasileiro, e apesar das interferências internas, externas e/ou de políticas públicas e sociais ocorridas, tem grande valia para a economia paraense.

No município de Parauapebas, está a Floresta Nacional de Carajás – FLONA CKS, uma das Unidades de Conservação – UC, que ocupa quase 69% dos 700.774 ha territorial do município. Inseridos nesta, vários projetos minerários ocupam grande faixa de depósitos de minérios, entre vales, serras e platôs na região.

Este, juntamente com os seus vizinhos Marabá, Curionópolis e Canaã dos Carajás (32,25% de Flona), despontaram no cenário mineral e político Apesar dos insumos econômicos, ficaram legitimados e legislados por regras e normas, como um território normado, estudado por Coelho (2011, p. 2), define o território como norma, com regras e políticas próprias, talvez esses fatores também influenciam diversos eventos emancipatórios, vivenciados na região. Isso, ao novo ver, vem servir como influência destes eventos, uma vez que as políticas públicas são para atender as necessidades estruturais para movimentar a economia, e não são aplicadas diretamente, em prol dos munícipes ou das comunidades.

Neste modelo territorial, específico, os eventos emancipatórios ocorrem pela ocupação temporal, como modo de abordagem e de instalação neste espaço, logo, independem das vontades de suas populações pioneiras, de seus valores culturais criados ou cultivados, de suas formações étnicas ou de quanto esta (ou aquela) população preservou o espaço, mesmo por lhes servir como o principal recurso sustentável.

Quando está definida a ocupação, as relações e os valores entre seus grupos, de forma individualizada, isto é, as necessidades dos grupos, serão substituídas pelo relacionamento com o território ocupado. É a partir de então, que ali prevalecerão os interesses econômicos, financeiros e de produção de bens, pelo que estes espaços lhes favorece, até que outros grupos de populações sejam atraídos a amplificar estes esforços, e confirmam sua permanência (fixação no território), subsidiada pelo que lhe oferece o seu novo território, atendendo todas as suas necessidades.

É a partir desse novo relacionamento territorial, que o município de Tailândia é incluído, e passa a subsidiar as carências das comunidades localizadas nos municípios vizinhos, e complementa esse atendimento com políticas públicas locais, que se fazem necessárias ao desenvolvimento desses núcleos ocupados, ou no pior dos casos, a subsistência.

Então, sendo necessário articular alguns atendimentos, por volta de 1990, alcançando além da Área de Estudo inicia: pela política educacional, com a construção de escolas de ensino infantil e fundamental; expande o serviço de ônibus escolar, para transporte diariamente de professores e/ou alunos, em condução segundo as especificações e identificação para esse serviço; complementa às comunidades com o fornecimento de energia, através do Programa Luz para Todos; fomenta a política de produção, com cessão ao uso de maquinários; interliga os núcleos pela rede viária; e subsidia o escoamento de seus produtos para um mercado próximo e certo.

Estes processos intrínsecos ao relacionamento entre o território, a população, os serviços e a gestão, mesmo que de Tailândia, promovem o desenvolvimento da economia e de infraestrutura, principalmente de comunidades que estão as margens da rodovia. Isso, passa a influenciar na formação de novas cidades, a partir desses núcleos em desenvolvimento acelerado, também observado neste trabalho.

Assim, a gestão e relacionamento entre o município de Tailândia e as comunidades localizadas na Área de Estudo e seu entorno, vão além de sua linha limitante de responsabilidade gestora, e pelo uso da rodovia PA-150 e suas vicinais e ramais, percorrem extensões que variam de 16 a 46 km, para alcançar os núcleos distribuídos em aproximadamente 73 km de trecho rodoviário nos municípios, equivalentes a 59,3% dos 123 km de rodovia que atende desde a vila de Turi-Açu - na porção Norte, até a vila de Águas Claras - na porção Sul. Estes são outros fatores que justifica perfeitamente o surgimento destes novos núcleos, as novas cidades na área do recorte.

Esse fenômeno de transcendência dos espaços comuns encena vários estudos dirigidos aos aspectos internos dos territórios e chega aos principais elos comunitários, os núcleos, devido ao desempenho e suas articulações locais, envolvendo toda forma de mobilidade e dinâmicas, que enlaça gestores, atores, direitos políticos e territorialidade, todos apontando para um centro de interesse e de decisão, a sede municipal.

Sobre essas dinâmicas, se depara com “a impossibilidade de se realizar um mapeamento com deslocamentos flexível, sazonal e com múltiplas direções”, amparado na lógica de movimento local de que o “município não é mais a unidade territorial adequada para enquadrar o fenômeno urbano. Somos, assim, obrigados a recorrer a outras formas de territorialização” (GONÇALVES, 2003, p. 713), seguido das reflexões de Vilaça, que comenta sobre “os trabalhos compilados a luz dos processos históricos” [...] e “auxiliam a entender a complexidade do campo em discussão: o espaço urbano enquanto esfera carregada de disputas” (JÚNIOR e VILLELA, 2006)

Ressalta-se, pois, que entendemos o espaço urbano e/ou rural, como um lugar a ser ocupado, por quais motivos existirem, e carrega nesses processos históricos todos os pormenores com indícios físicos, culturais, políticos e imaginários. E mesmo como *territorialidade* rural e/ou urbana não esconderá suas cicatrizes decorrentes das disputas especializadas até o seu momento mais contemporâneo. Para Lima (2004, p.157),

significa dizer que passa a ser aceita a flexibilização das restrições de ocupação em face de um debate sobre o direito dos cidadãos; as questões de representatividade dos grupos sociais passam a ser mais importantes [...] do que a rigidez do desenho viário ou a padronização da morfologia de ocupação ou uso [...] o foco agora está nas reivindicações dos movimentos sociais.

Esses eventos e situações correntes nesta região do município paraense (que não é um privilégio local) trazem reflexões de como ocorrem as ações e movimentos internos na formação de *novas territorialidades* entre dois ou mais municípios, surgidas pelas necessidades e pelo deslocamento de grupos de famílias. Estes buscam seus atendimentos que podem e devem ser aferidos através de políticas públicas municipais, partindo da premissa de que é possível constituir seu próprio espaço.

Becker (1990, p.89), com um olhar abrangente, mostra-nos que questões neste sentido se multiplicam na Amazônia Brasileira e, com detalhe nas observações, trazemos para o nosso recorte o descrito no pressuposto de sua análise amazônica:

as relações entre determinações do capital e mobilidade sócio-espacial não se fazem diretamente, e sim através de mediações, entre os quais, o espaço e as formas de organização do mercado de trabalho regional são reveladoras de situações históricas concretas.

A mobilidade do trabalho, como oferta de força de trabalho e as trajetórias, como movimento sócio-espacial, dentro do processo migratório, segundo Becker (1988, p.72), estão diretamente “implícitas nas políticas”. Mostra ainda que a diferença do campesinato com as trajetórias da “colonização privada”, se assemelham ao controle do Estado, sobre o “fluxo migratório da origem ao destino”.

Becker (1988, p. 72) ressalta ainda que pelo controle é que passa a ser possível promover a “mobilidade dos colonos no interior do território das próprias companhias”. Elenca, entre os processos, que o “migratório se altera a estrutura ocupacional da população, diferenciando-se do campesinato”. Na Amazônia Oriental (onde a RI também se encaixa), “dominam as trajetórias descendentes” (BECKER, 1993), que foram “estabelecidas por um indicador grosseiro: a categoria ocupacional, pré-definida segundo o critério de acesso à terra e ao capital e grau de autonomia de trabalho” (Becker, 1978).

Ao estudo realizado em nosso recorte, seguindo Villaça (2003), citado por Gonçalves (2003), um levantamento metodológico não implicaria somente quanto ao cenário

e seus acidentes geográficos no terreno. O modo mais abrangente de observar esses espaços, e os indicadores existentes nesse processo de ocupação ou migração territorial, “envolve a permanência pela agricultura, pela industrialização nestes conjuntos de terras beneficiadas pela infraestrutura” dirigida ou ordenada, e ainda pela geração de empregos nos vários setores.

Assim, pactuamos com Lima (2004) que defende “um mapeamento do deslocamento provocado pelas inserções de ocupações próximas a núcleos urbanizados”, e entende o enquadramento evidenciado pela demarcação dos limites municipais quando “recorre à flexibilização ao que é restrito a ser ocupado, nas possibilidades através de diálogos”, reconhecimentos de permanência, representatividade demográfica no atendimento aos interesses políticos e de controle de território através de políticas públicas que beneficiem o crescimento e a qualidade de vida, independente de limites fronteiriços.

1.3 O território e limites municipais.

Ao destacar a territorialidade como tema do trabalho, buscamos na referência de Daniel (1988, p.44) que descreve a ideia da tradição local na afirmação de *novas territorialidades*, e “acentua que na gênese do poder político local subjazem fatores determinantes que pertencem ao plano *simbólico*, com destaque às noções de *tradição*¹² e de *comunidade local*”, de tal forma que o poder político local é territorialmente definido através das *esferas comunitária, municipal e estadual*, tendo para cada definição as justificativas que estabeleçam seus valores.

Na esfera comunitária, territorialidade é a posse pela terra, pela desapropriação de uma porção do território, mesmo que este esteja em constantes disputas internas. Assim, se mantém os processos de ocupação e/ou aceitação, de permanência e/ou estabelecimento, de reconhecimento e/ou definição, enfim, a qualquer substantivo atribuído a este adjetivo fica notória a condição de que fazem jus enquanto comunidade e que requerem em nome do comunitário.

Segundo Lima (2004, p.157), citada acima sobre a questão da apropriação, em suas notas e em observância as metamorfoses socioambientais, a autora confronta, neste contexto, o nível de importâncias dadas as fronteiras quando as individualiza nos ambientes

¹² A tradição envolve, de alguma forma, controle do tempo. “Em outras palavras, a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência para o presente”. (GIDDENS, 1997, p. 80)

urbano e rural, assim como os seus usos. Enquanto ambiente urbano, o *processo de crescimento* implica diretamente em rompimentos de limites consolidados e ocupados. Enquanto ambiente rural, o *processo de ocupação* implica em reconhecer, como fronteira, um acidente natural ou uma linha divisória invisível. Tal diferença, não facilita o remanejamento da porção que avançou entre os territórios.

Processos distintos, isto quer dizer que se uma determinada faixa de ocupação urbana avança sobre o limite vizinho, fica prático e simples definir que seus ocupantes passaram a recolher os tributos devidos à gestão política do território, já ocupado. Por outro lado, se uma determinada faixa de ocupação rural avança sobre o limite do município vizinho, seus ocupantes passarão a depender do gestor político para atender suas necessidades e seu desenvolvimento conforme legislação do território, agora ocupado ou em processo.

Outra observação válida, também no campo de gestão do território, diz respeito sobre os dois casos de avanços às fronteiras, que podem ocorrer pela não observância das regras do Plano Diretor Municipal - PDM, que pensará e definirá seus usos, quer seja para expansão urbana ou ocupação rural, desde que disponibilizados os espaços necessários, conforme a CF 88, no Capítulo II – Da política urbana, em seus artigos 182 e 183 e respectivos parágrafos, que expressam as regras e usos para os solos urbano e rural.

Como ferramenta de gestão, o PDM é quem deverá dirigir os espaços municipais, podendo ser usado como uma política específica, ou aplicada para uma ocupação dirigida e que venha dialogar com os interesses que envolvem a proximidade das fronteiras limítrofes dos territórios envolvidos, através das análises dos gestores implicados.

1.4 O território, legislação e limites municipais

Todas as matérias e proposições sobre território(s) e suas delimitações, ou seja, seus limites políticos administrativos, sempre foram discutidas à luz da Carta Constitucional, a Constituição da República Federativa do Brasil, em suas promulgações revisadas. Esta define todas as vias e trâmites a serem seguidos, na forma da lei, segundo seu conjunto específico das regras governamentais e de ordenamento territorial do país.

Entre as últimas promulgações, sendo a sétima da história brasileira, vivenciando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988, foi instalada como um marco pós regime militar, que vigorou nos anos de 1964 a 1985.

Nesta pesquisa, seguindo a Carta Magma, abordamos as propostas sobre territórios a partir da legislação estadual, pela proximidade jurídica de nossa pesquisa, que no tema principal aborda várias proposições e aspectos do estadual e municipal.

Estes espaços (estadual e municipal) são regulamentados pelas “Constituições Federais e, conforme sua determinação, estendida às Constituições Estaduais. Em 1940 vigia a Constituição Federal de 1937 e o Decreto-Lei n. 311, de 1938. Nos dois períodos seguintes (1950 e 1960) vigorou a Constituição Federal de 1946, compreendida como a Constituição Federal Municipalista” (LIMA, 2007 apud ROCHA, 2013, p. 213).

Mas é na Constituição Federal - CF de 1988 que fica definido o papel das esferas administrativas e seus alcances nas tomadas de decisão (sem interferir nos outros âmbitos legislativos) sobre a temática da criação de novos (territórios) municípios, sendo também o principal caminho pelo que recorre nosso estudo, sobre as *novas territorialidades*.

Desde a última promulgação da CF, ficou estabelecido que as deliberações sobre os limites municipais ocorrem internamente e de forma distinta, cabendo a cada Unidade de Federação – UF reger sobre o tema a partir de seus poderes gestores.

Assim, entendemos que os Estados devem buscar no âmbito do legislativo e executivo, embasamentos próprios sobre os assuntos que versam sobre a revisão dos limites municipais, e legislar de forma descentralizada para ajustá-los as suas realidades locais de espaços e usos, segundo a composição histórica do espaço no território.

Sobre esta temática, o teor original¹³ da CF marca, especificamente, sobre algumas restrições ao tema, apontando o que serão necessárias para o Estado ou município garantirem a manutenção e preservação da sua continuidade territorial e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano, e com exigência imposta de que seja realizada uma consulta plebiscitária junto às populações diretamente interessadas (Brasil, 1988).

No que se refere à Pós Emenda Constitucional, o novo teor¹⁴, com algumas restrições ao tema apresentado, passa a ser atribuído ao Estado e ao município a criação de uma Lei Estadual, segundo a Lei Complementar Federal. Mantém-se a obrigatoriedade da consulta prévia, realizada por plebiscito, para os munícipes em seu território, como parte dos resultados de avaliação para o Estudo de Viabilidade Municipal publicado (Brasil, 1988).

Na pesquisa, os dados secundários publicados no legislativo federal, que subsidia o legislativo estadual, com abordagem na temática deste trabalho, utilizamos outros instrumentos normativos e pertinentes à reflexão da proposta, conforme o Quadro 1, a seguir:

¹³ Fragmentos do texto do Art. 18, §4º que foi redigido por Emenda Constitucional.

¹⁴ Fragmentos do texto do Art. 18, §4º, redigido na Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996.

Quadro 1: Pressupostos de Leis e Normas que subsidiam os Limites Territoriais.

Instituição	Documento	Aplicação
BRASIL	Decreto Lei 311 de março de 1938 – Art. 13	Estabeleceu a estruturação da malha política dos municípios brasileiros.
BRASIL. CF 1988	Art.18 - A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil (...) no §4º.	A criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios e o Estudos de Viabilidade Municipal
	Capítulo VI Do Meio Ambiente – Parágrafo 1º, Art. 225, Inciso III.	Definir em todas UF, espaços territoriais (...) através de lei (...) que justifiquem sua proteção.
	Capítulo II Da União - Art. 20. São bens da União: (EC no 46/2005). Inciso III.	(...) os lagos, rios e quaisquer correntes de água (...) de um Estado, sirvam de limites (...)
	Seção II - DOS TERRITÓRIOS - Art. 33. (...) organização administrativa e judiciária dos Territórios. § 1º.	Os Territórios poderão ser divididos em Municípios (...).
	Seção II - ATRIBUIÇÕES CONGRESSO NACIONAL - Art. 48. (...) com a sanção do Presidente da República - Inciso V	Limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.
	TÍTULO X - Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias - Art. 12.	(...) comissão de estudos territoriais (...) apresentar estudos sobre o território nacional (...) novas unidades territoriais (...) em áreas pendentes de solução.
IBGE	Lei de Criação dos Municípios: limites territoriais das Unidades de Federação (UF) no Brasil.	Identifica os limites territoriais de Moju, Acará e Tailândia.
IBGE	Mapas Municipais para Fins Estatísticos – MME	Utilizados para a composição das estimativas populacionais.
ALEPA	Lei Complementar Estadual, Decretos Estaduais e a Constituição Estadual	Normatiza os processos de emancipações municipais até o ano de 2010
Camara Deputados	Decreto Legislativo Nº 19/82 Ementa: Aprova o texto do Decreto-Lei n. 1881, de 27 de agosto de 1981. Altera a Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966	Cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e dá outras providências

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Quanto a alguns conceitos temáticos, buscamos na pesquisa bibliográfica as autorias, publicações e legislações que tratam estes métodos, de forma a compartilhar com os cenários apresentados na pesquisa, para uma melhor descrição, conforme o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2: Conceitos e palavras chaves atribuídas às autorias para os Limites Territoriais.

CONCEITO CHAVE	AUTOR	TÍTULO
Divisão Política Administrativa do Brasil	República Federativa do Brasil	Constituição Federal do Brasil
Atualização e divulgação dos limites territoriais das Unidades de Federação (UF) no Brasil	IBGE	A identificação dos limites municipais
Normatiza os processos de emancipações municipais e legislação estadual	ALEPA	Lei Complementar Estadual, Decretos Estaduais e a Constituição Estadual
Gestão do Território	Bertha Becker	Fronteira Amazônica
Ocupação ou Migração Territorial	Villaça	Levantamento Metodológico
Núcleos urbanizados – Mapeamento [...] de ocupações [...]	Cristina de Araújo LIMA (2004)	Notas a respeito de transformações do planejamento urbano-regional frente a metamorfoses socioambientais
Ementa	República Federativa do Brasil - Camara dos Deputados	Decreto Legislativo Nº 19/82 Decreto Lei Nº 1.881/81 Decisão Normativa Nº 63/2004
Desmembramento e Anexação	Dallagnol	Desmembramento e Anexação de municípios brasileiros

Território e Territorialidade	Claude Raffestin	Por uma geografia do poder
Região de Integração	Decreto Estadual N° 1.066, de 10/06/2008	Art. 1° - principal objetivo.
Territórios da Cidadania	República Federativa do Brasil – Casa Civil	Decreto de 25 de fevereiro de 2008 CF88 - Art. 84, inciso VI, alínea “a”

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Nesta seção buscamos caracterizar a Área de Estudo em seus diversos aspectos: uma visão geral sobre a RI Tocantins, os lócus da pesquisa, através do histórico dos municípios estudados, demografia, limites, alguns indicadores para o perfil socioeconômico e aspectos normativos sobre criação de novos municípios, a partir de dados compilados de publicação do IBGE, IDESP, SEIDURB (SEIR) e outros obtidos pela pesquisa de campo.

A RI Tocantins, está localizada no nordeste paraense, é composta por 11 municípios, a saber: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. O somatório de suas áreas atribui a esta região um território com 34,6 mil km², que representa 2,8% do território paraense.

Segundo o IBGE (2010), esses municípios concentram 9,8% da população do Pará, ou 740,045 mil habitantes, com um crescimento nesta década de 2,82% ao ano, contra os 2,04% a.a do Estado, com a maioria desta residindo na zona rural, com 52,80% e outros 47,20% ocupam a zona urbana. O instituto aponta ainda que o município mais populoso é Abaetetuba, com 138 mil habitantes, seguido por Cametá, com 115,3 mil, enquanto o menos populoso é Mocajuba com 26,7 mil.

No que diz respeito à densidade demográfica, o mais denso é Abaetetuba (86,06/km²) e os com menor densidade são Moju (7,70/km²) e Oeiras do Pará (7,42/km²), já a densidade demográfica da RI Tocantins é de 19,03/km², (DIAS; OLIVEIRA, 2011, p. 18).

Segundo o IDESP (2009) e o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2011, p. 18), na RI Tocantins, “no que diz respeito ao resultado da atividade produtiva expresso pelo Produto Interno Bruto - PIB da RI Tocantins foi de R\$ 5,3 bilhões (IDESP, 2009), o que equivale a 10,8% do PIB paraense, como dados para 2007.

Segundo a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará - FAPESPA (2012, p. 4), a RI desenvolveu um avanço do PIB para 6,6 bilhões, o equivalente a 7,00% do PIB do Estado e a 6,00% do PIB Industrial paraense, que também apresentaram crescimentos significativos. No aspecto demográfico chegou a 10,00% da população do

Estado, quando atinge os 803.899 habitantes e ocupa uma área corrigida para 35.965 km², o equivalente a 3% do território paraense.

Entre os municípios, o grande destaque é Barcarena, que representa quase 70% do produto da RI Tocantins. A cidade abriga as empresas do setor de alumínio da norueguesa Norsk Hidro, Albrás e Alunorte, desponta na liderança no setor da indústria, com 90% do Valor Adicionado – VA, e no setor de serviços, com outros 46,6%.

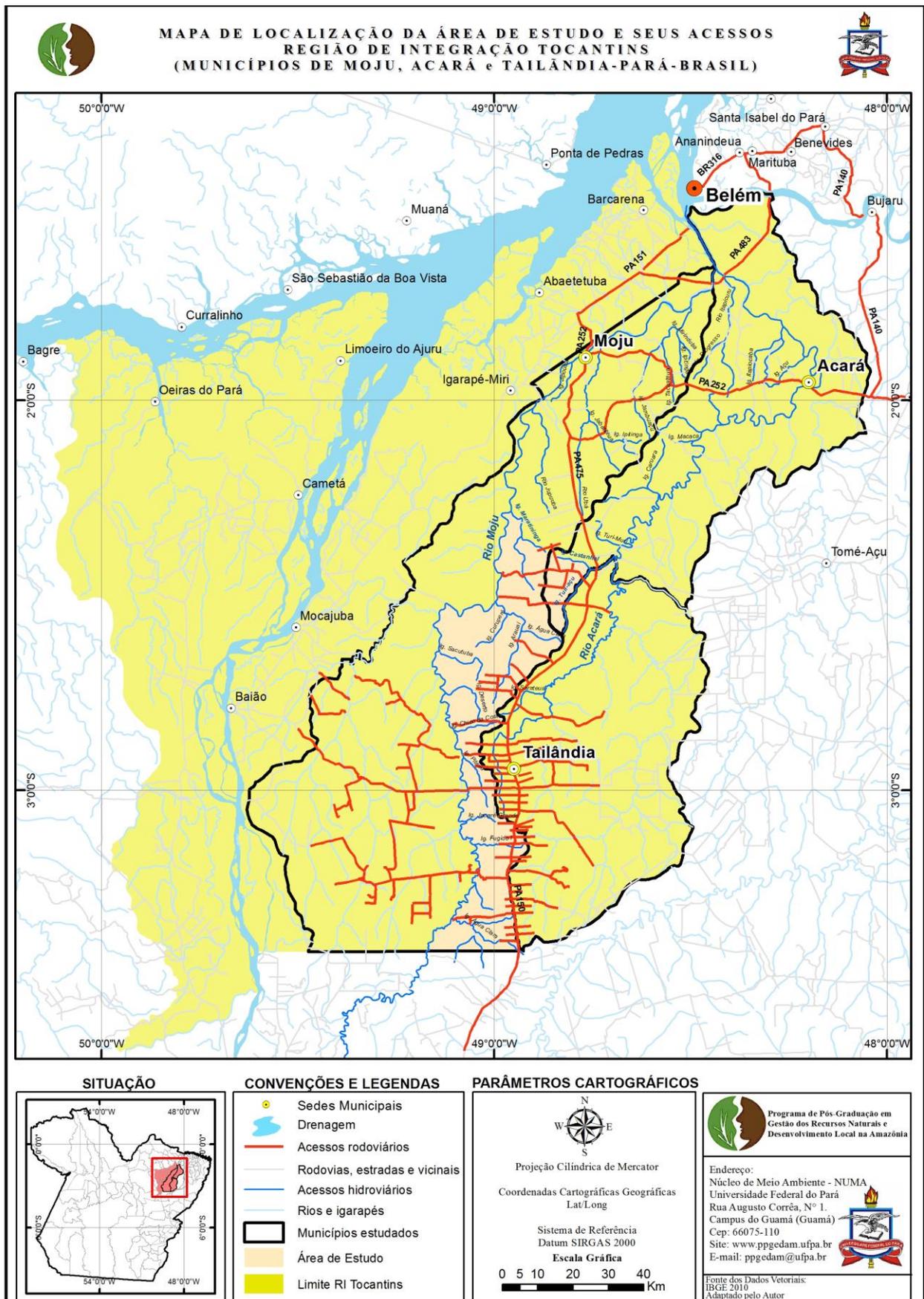
Ainda segundo os institutos, quanto à participação dos setores de atividade econômica, no VA da RI Tocantins, indicam que o predomínio é da indústria, com 50%, ou R\$ 2,3 bilhões, desde 2007. Constata-se ainda, mudanças de 2008 para 2009, com um aumento na participação do setor de serviços, que sai de 37% para 42%, respectivamente. No setor agropecuário, Acará é o município que mais influência no VA, com quase 31% do setor na RI Tocantins.

2.1. Os lócus da pesquisa

A relação da Área de Estudo com a cidade de Belém, capital paraense, está diretamente interligada às outras RIs, com acessos pelas rodovias estaduais e federais, conforme Figura 1. Para os municípios estudados o acesso mais comum se dá pelas rodovias BR-316, PA-252 (Alça Viária) - na RI Metropolitana, e continua pelas rodovias PA-256 e PA-475, na RI Tocantins, a partir da capital: a) sede de Moju, dista em torno de 125 km ou 57 km em linha reta; b) sede de Acará que está distante aproximadamente 114 km ou 65 km em linha reta; e c) sede de Tailândia com distância estimada em 256 km ou 173 km em linha reta.

Outros acessos ocorrem através das bacias hidrográficas dos rios Pará e Guamá, na RI Metropolitana, e bacias dos rios Moju e Acará, que abrangem também a RI Tocantins: a) partindo pelo rio Guamá, rio Pará, parte da baía do Guajará, rio Acará até a sede, percorrendo aproximadamente 93 km ou 53 milhas. Daí pela PA-252 e seguindo até a PA-475 para as demais sedes; b) partindo pelo rio Guamá, rio Pará, parte da baía do Guajará, rio Acará, rio Moju até a sede, percorrendo aproximadamente 79 km ou 49 milhas. Daí pela PA-252 e seguindo até a PA-475 para as demais sedes. Para acessar a sede de Tailândia via hidroviária, não foi estimado trajetos, pois os tributários do rio Acará, no caso o rio Aui-açu que mais se aproxima, não oferece navegabilidade contínua. Os acessos via rodoviário oferecem um custos e tempo bem menor, porém, não oferece fluxos de transportes para toda a malha hidrográfica. Estes acessos são vias (opcionais) com as distâncias estimadas pela base planimétrica IBGE 1:100.000, específicas para as sedes dos municípios estudados.

Figura 1 – Mapa de Localização da Área de Estudo e acessos.



Fonte: IBGE, 2010. Elaborada pelo autor (2014)

Neste estudo, evidencia-se a nascente do igarapé Turi-Açu, afluente do rio Acará, como ponto geográfico, comum e marco referendado no memorial descritivo nas respectivas leis de criação dos municípios estudados, na divisão político-administrativa do estado. Este ponto, devidamente plotado no terreno através de Sistema de Posicionamento Global – GPS, também serve como um centroide dos municípios, que está distante em linha reta, cerca de 132 km de Belém, e projeta um raio com aproximadamente 100 km envolvendo as sedes municipais e a Área de Estudo, está representado no Mapa de Aptidão Climática.

A pesquisa na Área de Estudo envolve, principalmente, uma faixa no recorte do município de Moju, porém, apesar desta ligação direta, ainda faz limites com outra faixa no recorte de Acará (em menor porção) e toda a fronteira política com Tailândia. Os municípios estudados também estão destacados no conjunto de municípios pertencentes a uma das 12 Regiões de Integração, no caso a RI Tocantins. As RIs foram criadas através do Decreto Estadual Nº 1.066, de 10/06/2008, e descreve o principal objetivo em seu Art. 1º, que decreta:

a regionalização do Estado do Pará tem como objetivo definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais.

Observa-se que o *espaço* citado no início do trabalho agora está definido e constituído de forma político-administrativa, isto é, individualizado como território político, porém, com um conjunto de fatores sociais, econômicos e institucionais.

De mesmo modo, buscou-se alguns índices específicos para estes espaços agrupados em vários níveis de importância para esta região, e que também aglomeram indicadores que podem expressar alguns dados qualitativos e quantitativos, extraídos para as áreas de estudo, com alguns parâmetros para as pesquisas na RI.

Essas pesquisas estruturadas em dois importantes parâmetros proporcionaram as análises qualitativa e quantitativa para nossa Área de Estudo, utilizando-se como parâmetros os dados do IQA (IDESP, 2013), para comparar com os resultados do Diagnóstico do PTDRS (MDA).

O primeiro, o Indicador de Qualidade Ambiental – IQA, realizado na RI Tocantins (IDESP (2013, p. 6), com dados tabulados de acordo com a Secretaria de Estado de Integração Regional - SEIR, atual Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – SEIDURB, observado o critério de que

os indicadores sejam gerados a partir de variáveis econômicas, sociais, institucionais e ambientais, da realidade dos municípios, e dão uma ideia das relações sociais no espaço e da forma de apropriação dos recursos naturais e seus reflexos no meio ambiente.

Para melhor embasarmos o território da RI, a partir dos dados usados nos aspectos qualitativos e quantitativos, apontamos alguns princípios e finalidades da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, que correspondem, à luz de nosso entendimento, como aplicável para o recorte em questão: a) na busca de “incentivar as capacidades humanas e da autogestão dos territórios rurais, contribuindo desse modo para a redução das desigualdades regionais e sociais, além da integração dos territórios rurais”; b) agir e atuar pelo PDST, para “identificar e constituir territórios a partir de identidades regionais como elemento aglutinador e promotor do desenvolvimento sustentável”.

Segundo a SDT¹⁵,

[a] abordagem territorial é uma visão essencialmente integrada de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social são objetivos fundamentais a serem atingidos.

Os territórios e as regiões são conceituados em suas pesquisas segundo suas características de desenvolvimento, e quanto a RI Tocantins, a SDT conceitua como

um espaço físico, geograficamente, definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT/MDA, 2004).

Esses dois estudos adotados contemplam todos os municípios, individualizando-os como Região e Território, e possibilitam uma compreensão dos movimentos (pelo menos os citados) que explicam a dinâmica das políticas públicas aplicadas pelo Estado e União nos municípios. Certamente não podemos estimar, por completo, os aspectos indicados. No entanto, tentaremos apresentar os quatro espaços (3 municípios e o recorte) de forma individualizada, e descreveremos cada município e a Área de Estudo.

Outro parâmetro regional e territorial, atenta para o conjunto do Territórios da Cidadania¹⁶ - TC, lançado pelo Governo Federal em 2008, com uma área de 36.024,20 Km² recobre as regiões territórios: Baixo Amazonas, BR-163, Marajó, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense, Sul do Pará/Alto Xingu, Transamazônica e Baixo Tocantins. Este último engloba os mesmos 11 municípios que a RI Tocantins. O TC definiu o Plano Territorial de

¹⁵Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA cria a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT e o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial – PRONAT, uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial, centrada principalmente na organização e na formação de agentes territoriais de desenvolvimento e ações de inclusão produtiva. O Programa atua em 165 territórios rurais e 77 pré-territórios e é a base do Programa Territórios da Cidadania – PTC.

¹⁶ Em 2009, os municípios de Acará e Tailândia são incorporados aos outros nove municípios do Programa.

Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins - PTDRS¹⁷ com objetivo de promover um Diagnóstico do Baixo Tocantins, como produto do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, do Governo Federal, observado o seguinte critério:

fomentar o desenvolvimento com sustentabilidade de Territórios Rurais através do apoio a organização e ao fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento e da implementação de políticas públicas. A gestão será através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. (SDT/MDA, 2003).

Os citados programas e relatórios, geridos pelas respectivas secretarias serviram como parâmetros para destacar a região de interesse, segundo sua importância para o cenário territorial atual, e tentar explicar o processo de segregação imposto e refletido nas comunidades envolvidas pela poligonal do estudo.

2.2 Histórico das cidades: Moju, Acará e Tailândia

2.2.1 - O MUNICÍPIO DE MOJU

O Município de Moju integra a zona fisiográfica Guajarina. Os fundamentos históricos datam de 1754, quando o Bispo D. Frei Miguel de Bulhões, em visita pastoral, hospedou-se no sítio que, na mesma época, Antônio Dornellas de Souza doou à inovação do orago da Irmandade. Entretanto, com a decadência do núcleo populacional ali existente, a Freguesia foi extinta. A sua restauração ocorreu em 1839, segundo dados do IBGE¹⁸. Os documentos atestam que o município sofreu inúmeros processos de anexação e recriação de seu território político administrativo até alcançar a sua atual delimitação.

Em 1856, a localidade foi elevada à Vila e Município, cuja instalação deu-se em 1871. Porém, em virtude de dissensões políticas ocorridas nos períodos monárquico e republicano, o município veio a ser extinto nos anos de 1887, 1904 e 1930. Em 1935 readquire definitivamente a sua emancipação político-administrativa. O topônimo indígena, de origem tupi, significa Rio das Cobras.

¹⁷A gestão diz respeito a um processo de tomada de decisões de forma compartilhada entre o Estado e a Sociedade Civil, permitindo o empoderamento de atores e atrizes sociais, favorecendo o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades coletivas para transformar a realidade na região, com aplicação das políticas públicas definidas.

¹⁸ Todas as descrições dos municípios estudados possuem como fonte o site do IBGE.

Quanto à formação administrativa, o distrito foi criado com a denominação de Moju, pela Lei Provincial nº14, de 09/09/1839. Nasceu subordinado ao município de Igarapé Miri. Foi elevado à categoria de vila com a denominação de Moju pelas leis provinciais 279, de 28/08/1856; 441, de 20/08/1864; e 628, de 06/10/1870, instalada em 05/08/1871.

A lei provincial nº 839, de 19/04/1875, desmembra do município de Moju o distrito de Acará, que foi elevado à categoria de município. Pela lei provincial nº 1307, de 28/11/1887, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Igarapé Miri.

Já em 05/10/1889, a lei nº 1399 o eleva novamente à categoria de vila com a denominação de Moju. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede. Pelo decreto estadual nº 6, de 04/11/1930, o município de Moju é extinto, sendo seu território anexado ao município de Belém.

O decreto estadual nº 78, de 27/12/1930, reza que o distrito de Moju passou a pertencer ao município de Igarapé Miri. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Moju permanece no município de Igarapé Miri, sendo elevado novamente à categoria de município com a denominação de Moju, pela Lei Estadual nº 8, de 31/10/1935. Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, o município aparece constituído de três distritos: Moju, Baixo e Cairari.

Pelo decreto-lei estadual nº 2972, de 31/03/1938, é extinto o distrito de Baixo, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Moju. Em divisão territorial datada de 01/07/1960, o município é constituído de dois distritos: Moju e Cairari, assim permanece em divisão territorial datada de 2005.

2.2.2 - O MUNICÍPIO DE ACARÁ

O desbravamento do território do atual município de Acará, situado à margem esquerda do rio do mesmo nome, na zona fisiográfica Guajarina, teve início na época da colonização da Província do Grão-Pará.

Segundo a tradição, aquele rio foi um dos primeiros cursos d'água a receber exploradores portugueses e colonos. Com a notícia da fertilidade dessas terras, onde predominava madeira de lei, inúmeras pessoas para lá se dirigiram, e, em pouco tempo, a localidade transformou-se num povoado que, em 1758, foi elevado à Freguesia sob a inovação de São José, por ato do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Essa iniciativa objetivou evitar as explorações desenfreadas de aventureiros. Assim permanece até a Independência do Brasil.

Em 1833, de acordo com a nova divisão da província em termos e comarcas, a Freguesia de São José do Rio Acará passou a integrar a comarca da Capital. Essa situação perdurou até 1875, quando dali desmembrou-se para construir o município de Acará cuja instalação ocorreu no ano seguinte. O topônimo de origem indígena significa o nome de várias espécies de peixes de água doce e salgada, Ciclídios. Segundo Teodoro Sampaio decompõe-se em a-cará, que quer dizer cabeça áspera, o cascudo.

Quanto à formação administrativa, a paróquia foi criada com a denominação de São José de Acará, em 1758, no município de Moju. Elevado à categoria de vila com a denominação de Acará, pela lei provincial nº 839, de 1904-1875, desmembrado de Moju e constituído do distrito sede. Não temos data de instalação.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede. Por decreto estadual nº 6, de 04/11/1930, a vila de Acará foi extinta, sendo seu território anexado ao município de Belém e confirmado pelo decreto estadual nº 78, de 27/09/1930. Novamente, elevado à categoria de município com a denominação de Acará, pela lei estadual nº 579, de 08/01/1932, foi desmembrado de Belém com sede no antigo distrito Acará.

Constituído do distrito sede não temos a data de sua reinstalação. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município de Acará aparece constituído de 6 distritos: Acará, Baixo Acará, Guajará-Miri, Itapicuru, Miriti Pitanga e Rio Pequeno. Pelo decreto estadual nº 2972, 31/03/1938, e 3131, de 31/10/1938, foram extintos os distritos de Baixo Acará, Miriti Pitanga e Rio Pequeno, sendo seus territórios anexados ao distrito sede município de Acará.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de três distritos: Acará, Guajará-Miri e Itapicuru. Pelo decreto-lei estadual nº 4505, de 30/12/1943, o distrito de Itapicuru passou a denominar-se Jupariteua.

No período de 1944-1948, o município é constituído de três distritos: Acará, Guajará-Miri e Jupariteua ex-Itapicuru. Já em divisão territorial datada de 01/07/1960 o município é constituído de três distritos: Acará, Guajará-Miri e Jupariteua. Pela lei estadual nº 2460, de 29-12-1961, o distrito de Jupariteua passou a denominar-se Jaguarari.

Em divisão territorial datada de 31/12/1963, o município é constituído de três distritos: Acará, Guajará-Miri e Jaguarari. Assim permanece a divisão territorial até 2005. A alteração do nome municipal de São José do Acará para Acará ocorreu em divisão administrativa de 1911.

2.2.3 - O MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA

O município de Tailândia foi criado pela lei nº 5452 de 10/05/1988, estatuída pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará e sancionada pelo governador Hélio Mota Gueiros. A área foi desmembrada do município de Acará, conforme o art. da referida lei. No art. 2º estão os limites do novo município, que são estes: com os municípios de Tomé-Açu, São Domingos do Capim, Moju e Acará.

Quanto à formação administrativa foi elevado à categoria de município com a denominação de Tailândia, pela lei estadual nº 5452, de 10/05/1988, desmembrado de Acará, sede no atual distrito de Tailândia, instalado em 01/01/1989. Em divisão territorial datada de 17/01/1991 o município é constituído do distrito sede. Assim permanece em divisão territorial até 2005.

2.3 Questões limítrofes

O município de Moju é o espaço responsável pela criação e história dos territórios estudados, pois, segundo o IBGE, a época, Moju possuía uma área territorial de 17.868,16 km². Para o desmembramento do município de Acará, reduz sua área para 13.524,36 km², ou 24% de sua área. O município de Acará fica criado com uma extensão territorial de 4.343,81 km². Para o desmembramento do município de Tailândia, cede 4.430,22 km², ou 32% de seu território, até a última divisão municipal, permanecendo com os 9.180,55 km² e acumula uma perda de 57% da área territorial original, a época. Neste arranjo de divisão e delimitações, grande parte da PA-150 (ou PA-475) passa também a integrar os espaços dos territórios criados.

O território de Moju, pela poligonal da Área de Estudo, possui uma extensão de fronteira territorial de aproximadamente 259 km linear, contígua às faixas limites correspondentes aos municípios de Acará e Tailândia. Inicialmente, a considerar, do ponto mais extremo a Norte, que compartilham sua porção Este e a Sudoeste do município de Acará, segue pela cota máxima, nesta faixa de limite territorial por aproximadamente 137 km linear até a nascente do igarapé Turi-Açu, ponto comum entre os municípios estudados, localizado a época do trabalho do IDESP, na parcela de código 44N, no canteiro de dendê da Agropalma.

O município continua desse ponto comum, e perfaz seus limites em sua porção Este com as porções fronteiriças a Noroeste/Oeste/Sudoeste do município de Tailândia, pela cota máxima, por uma faixa de limite territorial de aproximadamente 122 km linear, no

sentido Norte/Sul. Segue ao longo da área urbana, frente de Tailândia, alcança a comunidade Vila Águas Claras, no paralelo de coordenadas aproximadas de 03° 24' 45" S, uma linha projetada desde o rio Tocantins, que vem servir de limites com o município de Breu Branco.

O território de Acará, pela poligonal da Área de Estudo, possui uma extensão de fronteira territorial de aproximadamente 204 km linear, contígua às faixas limites correspondentes aos municípios de Moju e Tailândia. Inicia-se confronto a porção Nordeste do município de Moju e compartilha por uma faixa de limite territorial de aproximadamente 134 km linear, a considerar a confluência com o município de Barcarena e o sentido Norte/Sul. Prossegue até a nascente do igarapé Turi-Açu, ponto comum entre os municípios estudados, na parcela código 44N, no canteiro de dendê da Agropalma. Continua deste ponto, e perfaz limite nas porções Noroeste/Norte do município de Tailândia, quando alcança uma faixa de limite territorial de aproximadamente 67 km linear, a considerar o sentido Oeste/Este até outra confluência e fronteira com o município de Tomé-Açu.

O território de Tailândia, pela poligonal da Área de Estudo, possui uma extensão de fronteira territorial de aproximadamente 187 km linear, contígua às faixas limites correspondentes aos municípios de Acará e Moju. Inicialmente, a considerar, da porção Sul do município de Acará, que acompanham as porções Oeste e a Este do município de Acará, seguindo pela cota máxima, como faixa de limite territorial por aproximadamente 67 km linear. Considerando o sentido Este/Oeste, a partir da confluência como o município de Tomé-Açu, segue até a nascente do igarapé Turi-Açu, ponto comum entre os municípios estudados, na parcela código 44N, no canteiro de dendê da Agropalma.

Sua descrição continua desse ponto comum, e perfaz seus limites na porção Oeste com as porções fronteiriças do município de Moju que estão a Este. Pela cota máxima, alcança uma faixa de limite territorial de aproximadamente 122 km linear, a considerar o sentido Norte/Sul, enquanto segue ao longo de sua área urbana e alcança a comunidade Vila Águas Claras, até encontrar o paralelo que serve de limites com o município de Breu Branco.

Os três municípios que estruturam a Área de Estudo e seu entorno, são recortados pela rodovia PA-150, como principal via, e que também atende as comunidades que estão as suas margens de vários modos. Por costumes locais, serve como o eixo principal para o escoamento da produção e fluxo de serviços, servindo ainda como o entroncamento aos acessos à outras comunidades, localizadas na porção interior dos municípios de Moju e Tailândia. Outro costume local, é que todos consideram a rodovia como um segundo divisor entre estes municípios, justamente, por não se poder plotar no terreno a cota máxima.

Como parte das análises cartográficas na Área de Estudo, a rodovia passa a ser o principal alvo de infraestrutura local. Se inicia na porção Norte próxima os limites de Moju com Acará, e na altura da Vila de Turi-Açu, em Tailândia, segue acompanhando a extensão de fronteira Oeste de Tailândia, até alcançar a parte fronteira Este de Moju, quando cruza a rodovia entre as Vilas de Bom Jesus e Nazaré. Então, segue no sentido Sul, projetando-se e inferindo-se, enquanto é recortada pelos limites municipais em vários segmentos até as proximidades da Vila de Águas Claras. Na continuidade, por aproximadamente 600 metros, cruza o paralelo que serve de limites com o município de Breu Branco, a Sul de Tailândia.

A presença desta rodovia tem muito significado na formação dos municípios, pois os registros sobre sua construção antecedem a época dessas questões limítrofes e emancipações nos municípios estudados. Segundo dados da Secretaria de Estado de Transportes – SETRAN, a via foi construída ainda na década de 1970, com uma projeção que recorta o Estado de Norte a Sul, tanto que exerce influência sobre os vários usos ao longo de seu percurso.

Ao atravessar vários limites municipais contribuiu, significativamente, nas ocorrências dos conflitos de terras e posses, com participação dos fazendeiros locais e do entorno, dos grileiros estabelecidos e posseiros chegados, trazidos ou atraídos para a região como mão de obra para os grandes empreendimentos surgidos na região, como a própria via.

Assim, ocuparam de forma desordenada as margens da rodovia ou adentraram nos municípios em busca de terras marginais, servindo-se das vicinais transversais, ao longo dos rios Moju e Acará ou por grandes extensões contíguas às fazendas e assentamentos existentes.

Outro aspecto associado às questões limítrofes também reside neste recorte, pois as famílias que habitam nos núcleos (próximos ou afastados da rodovia) possuem no seu convívio entre duas a três pessoas em idade e condições de trabalho agrícola, além de poder exercer sua obrigação eleitoral. Tal contingente apresentam grandes possibilidades de influir, pelo curso eleitoral, na atual e futura efetivação de políticas públicas locais.

Os levantamentos de campo, prospectam que essa população residente se aproxima de 10 mil pessoas, principalmente, nos núcleos localizados na faixa limítrofe dos municípios de Mojú e Tailândia. As estimativas pelo grupo jovem, são que próximo de 60% desse quantitativo sejam eleitores constituídos em seus direitos e obrigações civis para o próximo pleito eleitoral¹⁹.

¹⁹ O momento da pesquisa coincide com as articulações para efetivação de reforma política para as próximas eleições do pleito de 2016, com eleições para prefeitos em todo território nacional (ver o Anexo D).

Por conta deste momento no cenário político, os gestores municipais já prospectam estatísticas políticas com vistas às eleições para prefeito a ser realizada no ano de 2016, com pleitos também para vice-prefeito e vereador²⁰, segundo observações da União das Comunidades Rurais, Urbanas e Adjacentes de Tailândia – UNICRUAT, apontadas ainda em 2013. Essa entidade desenvolve um trabalho de apoio às comunidades do entorno, proporcionando acomodações às famílias ou transeuntes que buscam na cidade o tratamento médico, marcação de consultas, recebimentos, pagamentos e compras pessoais, adquirindo de um tudo no comércio local. Quando necessário os deslocamentos incluem, além das sedes municipais, até outros limites como a própria capital paraense.

2.3.1 A ÁREA DE ESTUDO: UM NOVO MUNICÍPIO?

Os dados expressados pelas pesquisas bibliográficas e de campo, com a intensificação das coletas diretamente nos núcleos das comunidades, apontam direcionamentos e interesses para um estudo com mais especificidade, e que aborde as temáticas aqui apresentadas a partir da questão das *novas territorialidades*. É o que buscamos abordar neste estudo, e pode estar para *além* ou *aquém* das implicações territoriais e/ou dos interesses políticos e institucionais, que competem entre si neste espaço do território.

Entendemos que não precisamos afirmar ou justificar as ações das prefeituras municipais, como atuam ou como não atuam em seus limites, mas é certo que precisamos tentar mostrar e explicar como esse interesse pela parcela territorial se faz presente, através da possibilidade de desagregação ou fusão. Para tanto, elencamos o tema que poderia colocar em apreciação, ou não, as possibilidades para a criação de um novo município:

a) A existência de grupos e/ou núcleos que expressam seus interesses quanto ao desmembramento.

Para exemplificar, citamos a força desta dinâmica, sempre exercida pelo processo de ocupação, que prospecta mudanças que atendam as expectativas dos núcleos, assim como a força do controle local, sempre exercida pelo diálogo, entre os grupos de lideranças. Esses fatos, são comprovações da existência desses grupos nos núcleos, e também nas comunidades, que somente são percebidos e entendidos quando se penetra nestes núcleos, pela busca de informações capazes de esclarecer as formas dos movimentos: força e controle.

²⁰ Lei das Eleições - Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Tanto pela formação de grupos específicos, que disseminam o *pensamento pelo sentimento* para desmembrar, como uma proposta única e real. Tanto pela formação nos nichos familiares, que, de forma isolada ou conjunta, provocam movimentos internos, intensos e em constante discussão.

O primeiro movimento, merecedor de uma apreciação detalhada, é o *sentimento de pertencimento*, que se torna visível pela negativas diárias em seu favor por parte da gestão de Moju e Acará, mesmo que de formas isoladas. Provocam em partes nas populações dos atores isolados, até que passa a ficar expressado, em partes nas comunidades, que elegem o município de Tailândia, pelas afirmativas diárias.

Esse sentimento, também, não se pode afirmar que seja uma unanimidade na Área de Estudo, pois, assim sendo, não justifica a permanência da pesquisa ou a observância dos outros sentimentos comunitários.

O segundo, não menos importante, e que promove movimentação intensa, é a *inquietação pela emancipação*, como um fator primordial, afirmado no território do recorte, justamente pela perspectiva de efetivar-se em conjunto com uma gestão, um desenvolvimento sustentável para o espaço local, como uma solução possível de ser imediata através das forças e controles citados. Estes aspectos também ficaram bem visíveis durante as visitas aos grupos.

Sem desprezar os movimentos, precisamos refletir no conceito sobre desenvolvimento sustentável, segundo o Relatório Brundtland (1991, p.46), versa que é “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Justamente o que este trabalho observa e procura destacar, sobre os *sentimentos de pertencimento*, promovendo desde então, as prioridades das garantias para as necessidades humanas, conforme Brundtland:

para haver sustentabilidade, é preciso uma visão das necessidades e do bem-estar humano que incorpora variáveis não-econômicas como educação e saúde, água e ar puros e a proteção das belezas naturais. Também, é preciso eliminar as limitações dos grupos menos favorecidos, muitos dos quais vivem em áreas ecologicamente vulneráveis” (Brundtland, 1991. p.57).

Esses movimentos pelo crescimento local, na maioria dos casos, estão desvinculados das possibilidades e interesses desses núcleos em garantir a sustentabilidade a partir de suas convicções empíricas. Ao invés, ficam vinculados as possibilidades ou garantias de crescimentos através dos grandes projetos econômicos, no nosso caso, os de dendeicultura implantados, que se utilizam da oferta local e recrutam um expressivo quantitativo de mão de obra, pelas oportunidades de trabalhar nos canteiros de dendê das empreiteiras (ou

terceirizadas). Tais propostas giram em torno da prestação de serviços temporários, ou de aderirem ao sistema de consórcio - uma espécie de contrato de trabalho *versus* produção - diretamente com as empreiteiras ou com o grupo empresarial que lhes possibilitam uma participação financeira nas parcelas de dendê (im)plantadas em algumas comunidades.

A inquietação pela emancipação, demonstrada em algumas comunidades, carrega como certo, um modelo de desenvolvimento local, firmado pela sessão de suas terras para o plantio, com a garantia, por parte dos grupos empresariais, de compra de toda a produção da oleaginosa. Tal garantia fica firmada via contrato e já se torna uma ação muito corrente na porção Norte do recorte, mesmo existindo algumas controvérsias entre as comunidades, como a que restringe manter outras culturas entre as parcelas – como uma das cláusulas contratuais.

Opiniões à parte, os dois movimentos sempre se fizeram presentes em pauta durante as reuniões realizadas nas comunidades de destaques, os temas reivindicatórios e sempre atuais, e usuais nos núcleos, ainda se encontram em perfeito controle, porém, sempre abordados entre as lideranças comunitárias e os munícipes.

Tanto no primeiro quanto no segundo movimento mencionados, há um ponto convergente, diante dos interesses (ou desinteresse) de investimentos: a) quando é necessário aos empreendedores, a mão de obra local, está atende e fica sempre ao alcance, isto é, nas proximidades dos empreendimentos; b) quando os investimentos que ficam por conta dos interessados, isto é, da gestão de Moju e Acará e dos empresários sediados em Tailândia, esbarram na posição geográfica deste recorte, que se limita e ao mesmo tempo torna-se distante de suas sedes políticas.

Assim, este ponto convergente vem tratar da necessidade de solucionar os impasses, pela *revisão dos limites municipais*, e uma das possibilidades pautadas na *revisão* liga as soluções possíveis, além de tornar-se a mais viável, pela legislação e metodologia adotada pelo IBGE.

Ao invés, de simplesmente buscar a *divisão territorial*, tomando como argumentos a ausência de políticas públicas e de projetos de empregos, a legislação que trata deste assunto, prioriza pelo Estudo de Viabilidade Municipal²¹, e para esse estudo de viabilidade, o recorte da Área de Estudo, certamente não atende as questões no momento.

Além dessas questões, isto inclui, entre outros questionamentos, no aspecto político que a gestão de Tailândia precisa cumprir: o de não poder atender as comunidades

²¹CF 1988, Título III, Da Organização do Estado, Capítulo I, Da Organização Político-Administrativa, Artigo 18: Exigência de apresentar um estudo que respalde sua viabilidade política, econômica e social.

localizadas no município de Moju ou Acará, isto é, além de seu território, mesmo que tal compromisso não seja exercido pelos gestores dos outros municípios.

Apesar das necessidades dessas comunidades não serem atendidas pelas sedes, o conjunto de comunidades dentro da área do recorte, atualmente, como citado anteriormente, não atenderiam aos quesitos que prescreve o Estudo de Viabilidade Municipal, na perspectiva de emancipar-se num novo território.

Por outro lado, é sensato pensar que tais características, apesar de embrionárias, corroboram com outro citado pelo legislativo, o que trata sobre Desmembramento e Anexação²², quando este recorte passaria a compor (ou não) o município de Tailândia. Assim, enquanto não é fato corrente, preferem o sentimento de serem munícipes de Tailândia.

A Legislação Estadual e Municipal sobre os limites políticos sempre serão ferramentas importantes para entendermos estes movimentos internos nos territórios. Cabe ainda aos gestores buscar reconhecer, ou melhor ainda, compreender o processo de espacialização dos grupos sociais existentes, e a partir da utilização dos serviços e ações públicas em benefício comunitário, ressalta-se a importância de aplicar as políticas necessárias de forma linear e indiscriminada.

Por conta da pressão desses grupos, o trabalho atenta para a necessidade de que os municípios precisem adequar-se, ou até mesmo, ajustar os seus territórios aos espaços que são buscados de forma intensiva, pelos movimentos de ocupação. Neste sentido, poderão ser utilizados pelos gestores municipais, outros modelos de cenários para rearranjo dos espaços desses territórios.

Enfim, não precisamos questionar os movimentos que buscam a divisão e a criação de um novo município, ou para desmembrar e anexar-se a outro território, ou ainda, justificar isso pela intensa ação de comunidades, até pelo inverso, ainda que seja pela inércia das prefeituras. Precisamos, sim, compreender como acontecem essas dinâmicas que especulam a formação de novos territórios, de forma correta e entender quais processos metodológicos utilizar em prol das comunidades envolvidas, para que não permaneçam segregadas de todos seus constitucionais de direito.

²² *Desmembramento*: é a separação de parte de um município para se integrar noutra ou constituir um novo município, enquanto que *Anexação*: é a junção da parte desmembrada de um território a Município já existente, que continua com sua personalidade anterior. Por Hely Lopes Meirelles (2006. P. 68-69).

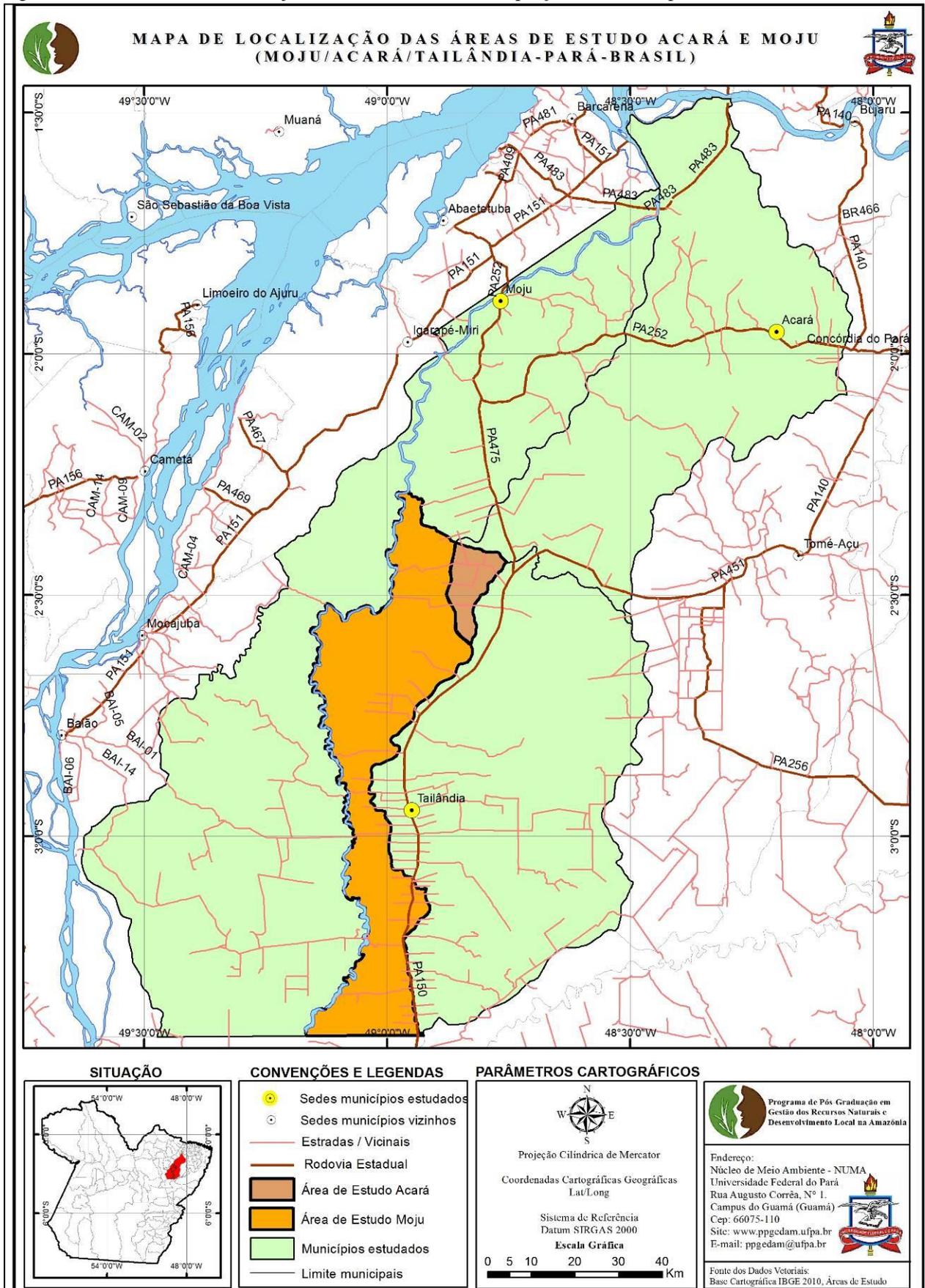
2.4 O espaço da Área de Estudo

A área ocupa parcelas territoriais distintas e irregulares nos municípios de Moju e Acará, as quais, ao longo do trabalho, identificamos como Área de Estudo Acará e Área de Estudo Moju. Cada parcela, por serem distintas, apresentam cenários em constantes mudanças, como parte dos movimentos internos comunitários. Por estarem ligados as dinâmicas dos territórios de Moju, Acará e Tailândia, e justamente, por serem as porções poligonais que propõem os recortes nesses municípios, serão tratadas ora individualmente ou em conjunto, ao longo deste trabalho, quando for o caso.

A Área de Estudo Acará, mesmo de menor porte, não descaracteriza sua importância no conjunto dos territórios, além do que, é a que inicia a porção de recorte, pela faixa Sudoeste do município de Acará, até perfazer o limite com os municípios de Moju e Tailândia, atribuindo a este recorte uma área de aproximadamente 160,00 km², ou 3,68% de área territorial municipal de Acará, com 4.343,20 km², segundo o IBGE (2010). Fica na parte superior da Área de Estudo, tendo como principal população a comunidade Vila Nova Israel, com acesso a partir da PA-150, através da vicinal de mesmo nome. Limita-se ainda, com as comunidades de Vila Palmares (principal reduto dos empregados da empresa Agropalma), e comunidade Vila Turi-Açu, além de propriedades dispostas as margens da rodovia citada.

A Área de Estudo Moju, no recorte territorial proposto, envolve desde o alvéolo do rio Moju, a faixa Sul e a Este do município, que se limitam totalmente com a faixa Norte de Breu Branco e a faixa Oeste do município de Tailândia, respectivamente. Expressa uma área de aproximadamente 1.991,7 km², o equivalente a 21,9 % do território de Moju com 9.094,14 km² (IBGE 2010). Toda a extensão confrontante com Tailândia faz limite com esta área (pela faixa Este), onde também estão contidas as comunidades Vilas Sacutuba, São Pedro, São Benedito, Cristo Redentor, Bom Jesus, São Domingos, Nazaré, Santana I, Olho D'Água, Paissandu, Bom Remédio, Santa Maria e Águas Claras. De modo semelhante com a Área de Estudo Acará, essas comunidades são acessadas através de uma rede viária, formada a partir de um conjunto de vicinais que também permitem acesso à rodovia PA-150. As citadas áreas são apresentadas na Figura 2 como Mapa de Localização das Áreas de Estudo Acará e Moju.

Figura 2 – As Áreas de Estudos Moju e Acará como recortes das porções dos municípios estudados.



Fonte: IBGE, 2010. Elaborada pelo autor (2014)

Nesta somatória de poligonais irregulares que formam as Áreas de Estudo Acará e Moju, além das vicinais que interligam os núcleos, estão inseridos, o trecho da rodovia PA-150 (de Bom Jesus à Águas Claras) e a rede de drenagens da margem direita do rio Moju, incluindo este, assim como as drenagens da margem esquerda do rio Acará, e o próprio.

Vale ressaltar que o conjunto hidrográfico maior, isto é, a Região Costa Atlântica-Nordeste, que engloba o conjunto da Área de Estudo, contém a Sub-região do Guamá-Moju, que é composta pelas bacias hidrográficas dos rios Guamá, Mojú, Acará e Capim. O rio Guamá é de maior importância neste conjunto por ter os demais como tributários. Seguindo, recebe a foz do rio Moju, que nasce no município de Rondon do Pará e contribui com os municípios de Goianésia, Breu-Branco, Moju e Abaetetuba. Seguindo, recebe a foz do rio Acará (juntamente com o rio Moju), que nasce no município de Tailândia e contribui com a própria sede. Concluindo seus tributários, o rio Capim, que também nasce no município de Rondon do Pará, contribui com os municípios de Goianésia, Aurora do Pará, Ipixuna, Paragominas e São Domingos do Capim, onde está instalada a sua sede.

Quanto ao sistema de bacias hidrográficas, as redes de drenagens delimitadas especificamente pela poligonal da Área de Estudo nas porções de Moju e Acará são compostas por duas bacias. A principal do rio Moju é navegável desde sua foz até a região do Alto Moju e inclui uma secundária formada pelo igarapé Turi-Açu, que participara no processo de descrição aos limites. Os rios Moju e Acará apresentam um conjunto hídrico de grande valia para o sistema de abastecimento de uma cidade, em constante transformação, como a sede de Tailândia.

À bacia do rio Acará, identificada nas Cartas Planimétricas do IBGE, concorrem as drenagens denominadas igarapé Turi-Açu e igarapé Castanhal. E na bacia do rio Moju, as drenagens identificadas são as dos igarapés Águas Claras e Águas Claras I, Ponte Alta, Fugido I e Fugido II, Grande, Pitauá ou Pitauan, Chico da Costa, Deserto, Arauaí, Sacutuba, Curuperé, Ipiranga, Miriti e Maratininga.

Estes recursos naturais, certamente possuem apontamentos históricos pela contribuição, em conjunto com as infraestruturas, na formação dos demais cenários também históricos, a partir dos processos de ocupação desde a criação do município de Moju, seguidas pelas criações de Acará e Tailândia,

A respeito desses cenários históricos, ainda preservados pelos fragmentos naturais presentes, alguns autores destacam os vários movimentos ocorridos, desde os impactos demográficos internos e fronteiriços exercidos pelas populações que buscam seus espaços, e

que ocasionaram em outro processo histórico, porém, mais recente, a intervenção da União, através da Operação Arco de Fogo²³.

Em decorrência, outros movimentos de cunho social-cultural se formaram por indivíduos ou grupos que ainda delimitam outros espaços pela busca de suas identidades, a definir ou redefinir, pelo (re)conhecimento de sua permanência que provocam constantes (trans)formações locais, como pela presença desses aglomerados, que aportam nos territórios na busca comum dos espaços.

Apesar de atravessar vários momentos políticos, a região de estudo ainda depende de outros atendimentos sociais, através de programas para o crescimento local. A exemplo, tem a infraestrutura na Área de Estudo, ainda hoje muito precária, pois constatou-se no fornecimento de energia elétrica, a existência de pelo menos uma rede que não atende por completo algumas comunidades, como a Vila Sacutuba que fica às margens do rio Moju (uma das mais distantes). Nas vicinais, ainda existem os postes, que foram tirados da mata e estão espalhados ao longo do caminho até a Vila São Pedro, a última deste percurso, alcançada pelo Programa Luz Para Todos.

Este Programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e lançado em 2003, para a Eletrobras atender a exclusão elétrica no país, levando energia gratuita para mais de 10 mil famílias com renda inferior a três salários-mínimos, até 2008. Com a publicação do Censo de 2010, foi prorrogado até 2014, para atender um estimado de 715.939 famílias e até então superou mais de 60% da meta com 3,2 milhões de atendimentos, o que levou a uma nova prorrogação, que objetiva atender mais 207 mil famílias até 2018, com previsão de atingir 78 mil residências ainda em 2015.

Ainda na visão da infraestrutura, quanto as vias de acessos, existem pendências bem visíveis. Entre outras, a que ainda dependem de uma manutenção compartilhada através da intervenção entre empresários, populares e a gestão de Tailândia. Em sua maior parte, devido ao uso intensivo para o transporte da oleaginosa, mesmo em período chuvoso, as vias em péssimo estado de conservação, trazem transtornos as comunidades, que ficam impossibilitadas de mobilidade pela rede de vicinais local. Independentemente da localização geográfica de cada comunidade dentro do recorte, a dificuldade de deslocamento promove diversos prejuízos às populações instaladas em qualquer porção do seu próprio território.

Neste caso específico do nosso estudo, o acesso a sua sede-mãe (a cidade do município) fica cada vez mais distante dos seus núcleos. Por conta disto, chega a

²³ Em 2008, a operação atuou contra o desmatamento, venda e queima de madeira, no município de Tailândia e seu entorno.

(des)configurar o sentimento de pertencimento²⁴ a esse espaço escolhido e ocupado. Para Suertegaray (2000), “[...] desta composição básica do lugar (as experiências do indivíduo) surgiriam os sentimentos de pertencimento ou não do indivíduo em relação ao espaço. ”

O sentimento de pertencimento percorre, para esses indivíduos, os dois espaços, tanto o global (quando abrange outros territórios), quanto o local, pois conseguem reconhecer distintamente as escalas e não se desprendem do senso de organização do lugar, ou dos lugares a que pertenceram. Viveram, também, as demais dimensões de sentimentos, como o natural (de como encontraram o lugar) e o social (que o transforma ou é transformado).

De acordo com Suertegaray (2000, p. 127), entendemos que esta relação lugar-natural e social-transformado torna-se o composto principal, uma vez que tudo converge para *o lugar*, especificamente, pois será a sua relação com o lugar que determinará (ou não) os sentimentos de pertencimento. Estes estão ligados ao seu estado emocional e sua ligação cultural com o local, os grupos e o momento, que seria a Topofilia²⁵, enquanto que o inverso, ou seja, o sentimento de exclusão, perda de identidade e do próprio local, seria a Topofobia²⁶, pois não são permanentes com possibilidade de reversão, dependendo muito do estágio de desenvolvimento local em que se encontrar este espaço.

2.4.1 DESCRIÇÃO DA POLIGONAL

A poligonal Área de Estudo está descrita em uma área física de aproximadamente 2.151 km² e projeta distâncias lineares estimadas. No seu eixo central longitudinal (Norte/Sul) alcança uma faixa de 125 km lineares, enquanto que para as medidas dos dois eixos transversais (Este/Oeste) variam de 35 km na maior, e em até 5 km na menor, visíveis pela forma sinuosa de seu recorte nos municípios estudados.

Para a leitura do perímetro total da Área de Estudo, percorre-se uma extensão de confronto territorial em sua porção, com aproximadamente 145 km linear entre faixas dos municípios de Acará e Tailândia (e Moju), que são contíguos, pois o limite entre esses dois

²⁴ Suertegaray e outros autores descrevem este sentimento à luta pela terra ocupada, enfatizando o tempo *versus* permanência, ou o relacionam pelo social, econômico, marcas, religiões, e as próprias intenções.

²⁵ Gosto, amor incondicional por um determinado lugar ou região.

²⁶ Medo, preconceito em relação a um determinado lugar ou região.

últimos é comum. Na porção Sul alcança aproximadamente 27 km lineares entre faixas limites de Moju e Breu Branco, que também são municípios contíguos. Já em sua porção Oeste, esta distância aproxima-se de 228 km lineares, pelo alvéolo do rio Moju. Quanto a sua porção Norte, a poligonal se conclui com aproximadamente 34 km lineares, a partir da confluência do rio Moju com o igarapé Maritininga, e segue até a confluência dos igarapés Castanhal e Turi-Açu, até completar o seu perímetro com aproximadamente 433 km lineares.

Para representar, neste estudo, a descrição da poligonal da Área de Estudo aplicamos à mesma metodologia usada na descrição dos trabalhos em campo do Projeto Revisão dos Limites Municipais do Estado do Pará, realizados pela equipe técnica do Núcleo de Cartografia e Georreferenciamento – NCG do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP, apresentado no Relatório Técnico de Pesquisa, nas publicações internas de 2012, 2013 e 2014, como produto do PPA 2011-2015 do Instituto, conforme segue:

Inserida na Região de Integração Tocantins, a Área de Estudo está localizada na Zona 22S, entre as coordenadas planas (UTM) 703560 E a 749702 E e 9622715 N a 9747830 N, sendo a primeira coordenada N também limitante com o município de Breu Branco.

A descrição da poligonal inicia-se na confluência do igarapé Turi-Açu com a foz do igarapé Castanhal, nos limites de Acará e Tailândia, nas coordenadas aproximadas de 749668m E e 9731038m N. Segue desse ponto pelo igarapé Turi-Açu a montante, até sua nascente, ponto geológico comum aos municípios estudados que está localizado no Canteiro de Dendê da Agropalma, nas coordenadas aproximadas de 743096m E e 9712194m N.

A partir desse ponto segue sentido Sul e acompanha o divisor de água entre as bacias dos rios Moju e Acará. Continua pela cota máxima das vertentes esquerda do rio Capim, limita-se com o município de Ipixuna do Pará até as coordenadas aproximadas de 730477m E e 9622319m N. Deste paralelo por um vetor no sentido Oeste com 26,6 km encontra o rio Moju nas coordenadas aproximadas de 703812m E e 9622534m N. Segue, então, pelo seu alvéolo, em sentido jusante por 227,43 km, e alcança as coordenadas aproximadas de 727369m E e 9747317m N, na foz do igarapé Maratininga, afluente de sua margem direita.

No sentido Este, segue para a montante desse afluente até sua nascente nas coordenadas aproximadas de 737030m E e 9735990m N. A partir deste ponto com uma reta no mesmo sentido chega à nascente do igarapé Castanhal, afluente do igarapé Turi-Açu, nas coordenadas aproximadas de 740745m E e 9734651m N. Pelo alvéolo desse afluente ganha o

sentido jusante até alcançar sua foz quando encontra o igarapé Turi-Açu, ponto inicial do presente descritivo.

A descrição para a delimitação desse recorte possibilitou identificar um conjunto composto de 23 comunidades, assim como, a definição entre elas, de 15 comunidades para embasar e respaldar o estudo que motivou nossa pesquisa. Neste sentido, também definir um modelo de análise para distingui-las neste espaço, através de critérios que expressam os movimentos e deslocamentos internos, atingindo os dois extremos: o do desenvolvimento local e o da inércia.

Esses critérios também observam durante a pesquisa nas comunidades, entre outros processos, a mobilidade, a acessibilidade, a proximidade e o afastamento, que se evidenciam, a presença ou ausência, da infraestrutura como fator preponderante na relação (ou não) com a sede mãe ou com outro centro urbano mais próximo.

Assim, pela individualidade de cada núcleo comunitário, entender um modelo ou uma forma, para que essas comunidades elencadas pudessem representar as demais, dentro do recorte, apontados nos capítulos do trabalho.

2.4.2 A DINÂMICA DO COTIDIANO E INFRAESTRUTURAS

Até este momento, a pesquisa agregou através de tabelas e mapas temáticos vários aspectos existentes na Área de Estudo. Também demonstrou seus movimentos e modos de permanência, que não se configuram apenas por existir no espaço estudado, mas porque pulsam neste recorte sentimentos de pertencimentos que lhes permitem delimitar sua territorialidade.

Nesta subseção exercitamos o olhar *in loco*, através de uma descrição com detalhes expressivos, aos que se destacam em algumas comunidades visitadas, através do que foi compilado de registros de vídeos, áudios e imagens desses cenários. Em vários aspectos, o estudo mostrou que no território de Tailândia, não temos ocorrência de isolamento de comunidades, pois seus direitos são garantidos pela gestão tailandense.

De modo geral, alguns serviços relevantes se repetem no conjunto das comunidades, como: a) escolas municipais de ensino infantil e fundamental (as E.M.E.I.F.); b) o de transporte rodoviário, como ônibus escolar que atende professores e alunos, moradores dessas comunidades; c) prestação de serviços e comércio de pequeno e médio porte; d) pontos telefônicos (os orelhões), e outros na continuidade da análise.

Um indicador expressivo extraído das pesquisas e visitas aos núcleos trata sobre a produção local. Considerou-se as comunidades desenvolvendo atividades no campo da agricultura familiar, como a cultura da laranja, milho, macaxeira, mandioca e a produção de farinhas, tucupi e goma, entre outros.

Outro indicador aponta para o vínculo dos agricultores que optaram pelo plantio consorciado com Agropalma, Bioenergia P BIO, Biopalma, Granfeng Group e algumas empreiteiras, que beira a condição de empregatício, sem que lhes sejam garantidos, quando migraram para a cultura do dendê ou passaram a investir no plantio individual. Ambas atividades compartilham as vicinais que se ligam à PA-150.

A rodovia, como via para escoar a produção, é também o principal meio de mobilidade das comunidades, que estão as suas margens (de forma direta), e assegura as demais comunidades, dispostas na malha de vicinais (de forma indireta) e garante a saída, principalmente, para os três municípios. A via, também alcança outros municípios no entorno, como demonstrado nos mapas esquemáticos de fluxos da produção - a partir dos núcleos, e de fluxo de consumo - entre eles e as sedes municipais. Eles serão apresentados na continuidade.

Neste processo, a contagem, observação das dinâmicas e visitas, iniciou-se na parte Norte da Área de Estudo, pela Comunidade Vila Nova Israel, que através do principal ramal de mesmo nome, com aproximadamente 12 km, está ligada à PA-150. Um fato interessante é que suas vicinais são mantidas através de acordos firmados entre empresários, comerciantes, empreiteiras e a Agropalma, que também utiliza a vicinal Nova Israel.

O ramal passa pela vila e avança para Oeste, por aproximadamente mais 18 km, até alcançar os canteiros de dendê da empresa, nas proximidades do rio Moju, e no seu percurso, recorta as drenagens da sub-bacia do igarapé Castanhal, afluente do igarapé Turi-Açu. Esse acordo de mútua ajuda para manutenção das vicinais se repete nos demais núcleos.

Um dos cenários urbanizados dessa comunidade, está representado pela Figura 3 onde observa-se uma infraestrutura básica e alguns benefícios, como: iluminação pública e residencial em tempo integral²⁷; sistema de abastecimento de água - através de bombeamento e estocagem em caixa d'água plástica (padronizada); serviço de telefonia pública, com poucos pontos instalados.

Outro senão, também com grande ocorrência no recorte, é a falta serviço de assistência médica ou hospitalar, com aporte de Posto de Saúde, mesmo que este venha a ser compartilhado com outras comunidades vizinhas, provocando deslocamentos com distancias

²⁷ O Programa Luz Para Todos está presente na maioria das comunidades.

bem expressivas, como observado nas distâncias entre as sedes municipais. Quanto aos demais serviços públicos, e não menos importantes, como a pavimentação das ruas com calçadas, meio-fio para escoamento das águas da chuva e sistema de esgoto, ainda não fazem parte deste atual cenário.

Figura 3 – A E.M.E.I.F. Nova Israel construída na comunidade é mantida pela Prefeitura de Tailândia.



Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor (2014)

A população atual residente em Vila Nova Israel, apurada na visita de campo, está estimada em 130 famílias distribuídas em 80 moradias, entre casas e sítios ao longo das vicinais até o rio Moju, correspondente a sua faixa habitada, com estimativa que 70% dos moradores estão envolvidos em atividade rural, e 50% destes, são eleitores ativos.

A Comunidade Vila Sacutuba, localizada nas margens do rio Moju, é uma das mais distantes da rodovia. Sua infraestrutura apresenta um déficit de maior monta, pois no ramal de acesso, a partir da Comunidade Vila São Pedro, não foi continuado o serviço de iluminação pública, ficando os munícipes dependentes do fornecimento por motor gerador, responsável por distribuir energia às residências e pelo bombeamento para o estoque de água, de modo parcial, pois o serviço torna-se dispendioso e não funciona por período completo.

Nesta comunidade, o serviço no âmbito escolar, uma unidade de ensino é mantida pela gestão de Moju e pela proximidade da sede pela via hidroviária, o atendimento dos alunos e professores ocorre com a contratação de barcos e/ou pelo uso das viaturas escolares, padronizadas para essa atividade.

Quanto aos demais serviços públicos, devido a falta do fornecimento de energia, sofrem perdas para a assistência desta comunidade, impactando diretamente desde as

atividades escolares, de produção comunitária, serviços e residencial. Em decorrência o serviço telefonia é executado via rádio, uma vez que o sinal telefônico não lhe alcança.

Assim como as demais vilas, a comunidade sobrevive da agricultura familiar, além da pesca, pois utiliza totalmente dos recursos do rio Moju, conforme a Figura 4.

Figura 4 - Vila Sacutuba – Ramal Sacutuba, Trapiche no rio Moju, Escola, Residência, Casa de Farinha e Sítio



Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor (2014)

Seguindo pelo ramal de Sacutuba, sentido à vicinal do Parola, tem-se acesso à Comunidade Vila de São Pedro e São Benedito, estas últimas são servidas pela rede elétrica, porém as características de infraestruturas se assemelham a de Sacutuba, pela falta de uma urbanização adequada. Apesar da precária infraestrutura local, existe uma dinâmica recém inserida, a ocorrência da cultura da palma do dendê, mesmo que de forma dispersa, pois as parcelas são compartilhadas entre duas a três famílias pelo uso de seus lotes.

No final do ramal de Sacutuba, chega-se ao entroncamento com o ramal do Parola. Este dá acesso às Comunidades de Arauari, a aproximadamente 11km, e à Água Branca, seguindo uns 21km, onde também existem áreas com a plantação da palma de dendê.

Mesmo não sendo alvo ou objetivo da pesquisa, registramos ocorrências a respeito da inacessibilidade pelas condições de tráfego na estrada e de segurança pública, impossibilitando as visitas de campo nessas comunidades, apesar das tentativas. Na época da pesquisa, existiam indicadores de conflitos no transporte da carga da produção da região, entre caminhoneiros e prestadoras de serviços para o transporte do fruto do dendezeiro, no território de Moju, um serviço que constitucionalmente é de cunho obrigatório do município.

A partir do entroncamento nos ramais Sacutuba e do Parola, seguindo a aproximadamente 5 km da PA-150, está a Comunidade Vila Cristo Redentor, com uma população estimada em 1.030 habitantes, segundo a contagem apresentada pela comunidade, na visita de campo. Esse núcleo ainda guarda vestígios do período do uso intensivo das carvoarias e serrarias, que antecedeu a Operação Arco de Fogo, conforme a Figura 5, e como ainda existe, de forma legal, a produção do carvão, serviram para tabular alguns dados sobre a madeira, neste estudo.

A disposição dos sítios e fazendas, ao longo do ramal do Parola, é uma das principais características dessa comunidade, mostrando um cenário de agrupamentos de terras com a mesma cultura ou pastos, que desenham as vicinais funcionais como vias interligando os acessos entre as propriedades. Também observado na convivência entre as famílias de agricultores que ali chegaram a décadas, a dinâmica de produção que provocam movimentos externos por grandes extensões na rodovia, como um destaque de desenvolvimento local.

Figura 5 – Vila Cristo Redentor – Ramal do Parola, carvoarias abandonadas, edificações e visita de campo.



Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor (2014).

Entre as possibilidades de acessos usando os ramais da malha viária existente, a partir do Parola, é possível chegar na Comunidade de Santa Maria por um acesso de aproximadamente 4km. Mesmo considerada afastada da rodovia, esta comunidade é um dos destaques em produção local pela agricultura familiar, conta com uma população estimada em

1.120 habitantes, e contribui para a economia de mercado em Tailândia, que é seu principal ponto de fluxo para atravessar seus produtos aos mercados dos municípios vizinhos.

Durante a visita destacamos a entrevista com um agricultor nascido na comunidade, que sobre uma mesa de bilhar, detalhou nos traçados de giz, sua percepção sobre o recorte estudado, a respeito da revisão dos limites entre municípios de Moju e Tailândia. Escolhemos um trecho de suas palavras para enriquecer o trabalho, mostrando mais adiante.

Vale ressaltar que outro meio de acesso é o ramal Santa Maria, a aproximadamente 10km a partir da rodovia PA-150, até sua entrada para a comunidade. Seguindo no prolongamento desse ramal, a partir desta entrada, por aproximadamente 14km no sentido Oeste, podemos alcançar a Fazenda Bacuri da empresa Bioenergia PBIO, proprietária de uma grande extensão plantada com a palma, na porção do município de Moju.

Após a Comunidade Cristo Rei, às margens da PA-150, nos limites de Tailândia, tem-se acesso ao ramal da Comunidade Nova Paz, onde vive uma população estimada em 700 habitantes e a aproximadamente 6 km da rodovia. Essa é uma das comunidades que apresenta maior desenvolvimento econômico e de preservação ambiental, uma vez que, além da ocorrência de grandes faixas com plantios de dendê, pelo processo consorciado com a empresa Belém Bioenergia Brasil, o Projeto Arco Verde, do Governo Federal em parceria com a Embrapa – Amazônia Oriental e Prefeitura de Tailândia, aplicada para atender a Agricultura Familiar, também é beneficiada pelo Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS.

Essas culturas, nessa comunidade, tem um plantio diferenciado, pois está sendo desenvolvido em uma área denominada Unidade de Observação, que serve como laboratório para as demais propostas do projeto.

Em uma parcela do projeto foi destinada para um experimento de “Plantio de culturas intercalares nas entrelinhas da Palma de Óleo durante a fase pré-produtiva”, partindo da proposta de uso total do solo e sua matéria prima, usado nos Sistemas Agroflorestais ou Sistemas de Agricultura Familiar – SAF’s, utilizando outras espécies consorciadas as culturas, principalmente na utilização de espécies arbóreas, contribuindo na cobertura vegetal da área de plantio e sua manutenção ao agregar biomassas, evitando também sua degradação.

Outas faixas do projeto recebem incrementos de pesquisa e demandas com aplicações tecnologias para culturas de espécimes para a mandioca, utilizado no projeto com o experimento para a macaxeira (cultivar manteiga), que conta com a instalação de uma pequena, mas produtiva fábrica de farinha, consorciada entre os associados da cooperativa

local, conforme a Figura 6, como registro da visita na comunidade. Observa-se que, na Área de Estudo, esta é a última grande ocorrência de plantio da palma (até esta pesquisa).

Figura 6 – Vila Nova Paz – Ramal do Nova Paz, comunidade, agroindústria comunitária, programas e projetos.



Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor (2014)

A partir do entroncamento do ramal Nova Paz com a PA-150, seguindo nesta por aproximadamente 13 km, sentido Sul, chega-se ao ponto médio da frente da cidade de Tailândia, que tem uma projeção de 10 km linear, com o núcleo urbano sobrepondo-se à faixa de influência da rodovia, ou seja, a cidade se desenvolve para ambos lados desde que deixou de ser um assentamento dirigido.

Até a Comunidade Vila de Bom Jesus, percorre-se mais 13 km, ainda no território de Tailândia. Esta comunidade serve como um marco, pois faixa área de influência da rodovia e na área do recorte, é a última dentro dos limites de Tailândia, pois seguindo por aproximadamente 4 km estima-se como ponto de cruzamento entre a rodovia e cota máxima, utilizada como delimitador entre os municípios, ponto este coletado na rodovia, nas coordenadas aproximadas de 728220 E e 9658629 N. Então, admite-se que, a partir deste

ponto do traçado no limite municipal, a rodovia encontra-se no território de Moju, e segue até alcançar a Comunidade Vila de Nazaré, a 5 km de distância, no sentido Sul.

As Comunidades Vilas Nazaré e Santana I estão posicionadas geograficamente a 3 e 2,5 km, respectivamente do traçado do limite municipal entre Moju e Tailândia, que passa a Este da rodovia. Vale ressaltar que o limite municipal também passa a Oeste da rodovia, a uma distância estimada em 6 km na altura da Comunidade Vila Nova Paz.

Essas comunidades, apesar da proximidade com a sede de Tailândia, são as que apresentam uma população ainda em crescimento, pois a Comunidade Nazaré tem próximo de 700 habitantes e a Comunidade Santana I com aproximados 600 habitantes, fatos confirmados pela pequena participação de seus habitantes nas reuniões de visitas de campo. As características de produção local se apresentam de maneira uniforme, com poucas ofertas pela agricultura familiar, com destaque apenas para a farinha distribuída pela Comunidade Nazaré e com grande consumo interno. Estão na porção mais baixa da bacia hidrográfica, e nesta faixa estão servidas por apenas um tributário direto pela margem direita do rio Moju, em decorrência, está servida com uma rede hídrica com poucos corpos d'água.

A Comunidade Vila de Olho D'Água está localizada no ponto médio entre Tailândia e a Comunidade Vila Águas Claras, última vila da Área de Estudo. Como o próprio nome sugere, existe uma nascente de um afluente do rio Moju, que surge abaixo da rodovia, e desagua por uma pequena caverna, formando um pequeno lago com uma água muito cristalina.

O rústico cenário pode servir de atrativo turístico, mas certamente necessita de investimentos para esse fim, pois, apesar de estar localizado em propriedade particular é visitado por moradores e transeuntes, sem transformar o local em banho público. Do conjunto de núcleos situados na Área de Estudo, no território de Moju, a Comunidade Vila de Olho D'Água é a que apresenta maior população, beirando os 1.850 habitantes e também responde por uma produção representativa para a região e município de Tailândia, com diversificação de produtos oferecidos por seus habitantes e vizinhos.

Entre os demais núcleos, na região do Alto Moju, verifica-se uma representatividade em decorrência de interesses econômicos, como o do Projeto Seringa, que transpassa seus limites com uma Linha de Transmissão, ilustrado na Figura 7. Esta proporciona atendimento às atividades da fazenda e projeto. Outro aspecto, à esta comunidade e núcleos, é que estão na área de influência da rodovia e ocupam uma área com perspectiva de implantação de projeto da Malásia, para as culturas de dendê, soja e milho.

É também o núcleo que possui o maior número de alunos em atividades escolares e a terceira comunidade com maior índice de eleitores para o próximo pleito em 2016. Ativamente, desenvolve a produção pela agricultura familiar, com algumas famílias em produção diferenciada de grãos, como milho e feijão para o mercado local e de Tailândia, assim como apresenta o maior número de estabelecimentos comerciais e prestação de serviços facilitados pela sua localização.

Figura 7 – Vila Olho D'Água – Nascente preservada, escola, abastecimento de água e energia industrial.



Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor (2014)

É para esse trecho que chamamos a devida atenção. A linha imaginária *serpenteia* por sobre a rodovia, e *zigzagueando*²⁸ passa a servir de limite entre Moju e Tailândia. Segue assim até encontrar outro divisor, agora servindo a Moju, Tailândia e Breu Branco (e Nova Ipixuna no seu prolongamento), sendo este outro divisor uma linha imaginária que sai do rio Tocantins, na ponta Norte de uma ilha com sentido W/E, até a tríplice fronteira municipal, tendo as coordenadas aproximadas de 03° 24' 50" S, como uma possível latitude.

A sequência apresentada pela pesquisa percorre 123 km de extensão da PA-150 que ora contorna, ora está inserida na Área de Estudo, até chegar ao extremo sul, na Comunidade Vila Águas Clara, onde estão as E. M. E. I. Arco Iris e São Mateus, localizadas aproximadamente a 11 km da PA-150 e as E. E. E. F. Águas Claras e Costa e Silva, nas proximidades da rodovia.

²⁸ O verbo no gerúndio é proposital, pois dá a entender que nunca vai acabar ou não vai se definir (no limite)

Ressalta-se ainda que em Águas Claras começa uma vicinal perpendicular à rodovia, próximo às escolas e residências, inserida na comunidade, no sentido E/W²⁹, na faixa mais urbanizada, mostradas na Figura 8.

Esse traçado limítrofe forma-se devido a projeção do limite de Moju com Tailândia ao cruzar a PA-150, em definitivo, ante da frente urbanizada de Águas Claras, seguindo em paralelo com a vicinal por aproximadamente 2 km de extensão, até encontrar o limite político de Moju com Nova Ipixuna, mais a Este. Seguindo pela cota máxima, forma um corredor com o seu outro limite político de Moju com Breu Branco, mais a Sul, quando novamente recorta a PA-150, a aproximadamente 500m, da bifurcação da vicinal com a rodovia.

Observamos, que a partir dos 2 km, já em território de Nova Ipixuna, a vicinal continua entre duas fazendas e percorre mais 4 km, até encontrar o último imóvel no ponto final desta via.

Figura 8 – Vila Águas Claras -A estrada inicia na comunidade e segue entre fazendas até Ipixuna do Pará.



Foto: Rocha, J.F. - Moju/Águas Claras/Ago2014

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor (2014)

Nesse trecho, na porção Sul do recorte, envolvente da rodovia, da faixa urbana da comunidade, da vicinal e seus usuários, ocorre fortemente o aspecto de segregação, e reforça o apelo à revisão, mantido pelo trabalho. A figura representa a frente de Águas Claras, que atravessa a rodovia não mais que 1.000 metros, até as cercas da fazenda do Sr. Roberto³⁰, pois, seguindo pela rodovia, no sentido Sul, se inicia o novo limite territorial com Breu Branco.

²⁹ Esta leitura E/W dá-se pela posição da estrada que é perpendicular a PA-150 (PA-475) com sentido N/S. Logo, o percurso de 2km pela estrada é para a esquerda (W), sentido Tailândia-Breu Branco.

³⁰ Comerciante local que nos auxiliou na pesquisa nesta comunidade.

A exemplo desse método, outras leituras de estudos indicam que o processo de tentar delimitar as comunidades vilas, relacionando-as pela extensão de fazendas (ou entre fazendas), de grandes empreendimentos e principalmente as que estão as margens de rodovias com grande fluxo, como é a PA-150, se transformou em um modelo de possibilidades para as grandes ocupações nos municípios paraenses, entendido aqui, como último recurso.

A expressão desses múltiplos fatores e o acúmulo dessas grandes áreas abertas com seus espaços físicos inalterados – guardado pelo capital empresarial, facultam o uso da cota máxima do terreno, mesmo que intermitente³¹, como um divisor natural, que percorrem grandes extensões nessas faixas de terras, sendo aplicada no memorial descritivo dos limites entre municípios.

O uso e aplicação das políticas pública é o que as descaracteriza (as cotas topográficas), principalmente na área em que recebem infraestruturas, como a que foi exercida na PA-150, à época, pelo serviço de terraplenagem durante a abertura e nivelamento das estradas, que recortavam os limites e fazendas. Conforme mostra este estudo, suas cotas de elevações naturais descaracterizadas, ainda são consideradas como que existentes.

Daí a dificuldade em se entender ou interpretar, os limites e fronteiras pela cota máxima, expressadas até mesmo entre as comunidades, que normalmente se encontram próximas ou às margens das rodovias e vicinais. Em outros casos, existem comunidades que ocupam faixas de grandes corredores rodofluviais³² pela utilização desses recursos para suas necessidades. A exemplo, a comunidade do porto da Agropalma, no alto rio Moju, é utilizada para carga e transporte do óleo beneficiado, que é enviado até o Complexo Industrial da Agropalma, localizado às margens do rio Pará, no município de Belém.

Observa-se que tanto as comunidades nas proximidades da rodovia, como as que se localizam mais distantes e inseridas entre fazendas-instituições, tendem pela busca de relacionar-se com os centros urbanos. Sua população passa a explorar novos acessos a fim de quebrar sua inércia de produção, consumo e crescimento, que grita por suas necessidades políticas, sociais, materiais e econômicas. A população utiliza todos os caminhos compartilhados da malha viária de estradas vicinais até que alcance os limites de um centro urbano, no caso, a sede de Tailândia através da PA-150 por ser mais próxima.

Esses aspectos entre distâncias, proximidades e áreas de influência, definiram os Núcleos de Referência, indicados na Tabela 1, e servem como um espelho ao Perfil da Área de Estudo.

³¹ Estas elevações apresentam interrupções, variando pela topografia irregular do terreno (não plana)

³² Que utiliza a rodovia e a hidrovía para transporte de sua produção até outro local.

Tabela 1 – Distâncias a partir dos Núcleos para as rodovias e para as sedes dos municípios estudados.

DISTÂNCIAS RODOVIÁRIAS DOS NÚCLEOS EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS (KM)						
NUCLEOS NO MUNICÍPIO DE ACARÁ						
	PA-150	PA-252	ACARÁ	TAILÂNDIA	MOJU	LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO
ACARÁ	78,2					
Nova Israel	11,2	55,5	134,2	70,6		Ramal Nova Israel na área Agropalma
Palmares	0		123	59,4		PA-150 na área Agropalma
Turi-Açu	0		118	65,3		PA-150 na área Agropalma
NUCLEOS NO MUNICÍPIO DE MOJU						
Sacutuba	32,6			54,5	141,6	Próximo ao Rio Moju
São Benedito	8,9			41,5	117,9	Faixa interna de Moju
Cristo Redentor	5,4			27,2	114,4	Faixa interna de Moju
Bom Jesus	16,8			28,8	135,1	Faixa interna de Moju
São Domingos	14,5			20,4	151,1	Faixa interna de Moju
Nazaré	0			21,8	152,8	PA-150
Santana I	0			26,8	157,8	PA-150
Olho D'Água	0			31	162	PA-150
Bom Remédio	0			44,3	175,3	PA-150
Águas Claras	0			53,3	184,3	PA-150

Fonte: Elaborada pelo autor (2014)

O exercício para estimativas dos cálculos das distâncias indicadas na tabela, representou também a dinâmica entre os deslocamentos para as visitas, pois utilizamos as aproximações a partir do odômetro dos veículos, a digitalização dos trechos percorridos e identificados por trilhas plotadas e medidas nas imagens do Google Earth³³, para expressar a variedade de desproporção nas acessibilidades rodoviárias e vicinais, entre os núcleos e as sedes municipais, no caso, a de Moju e Acará, pois Tailândia está mais próxima.

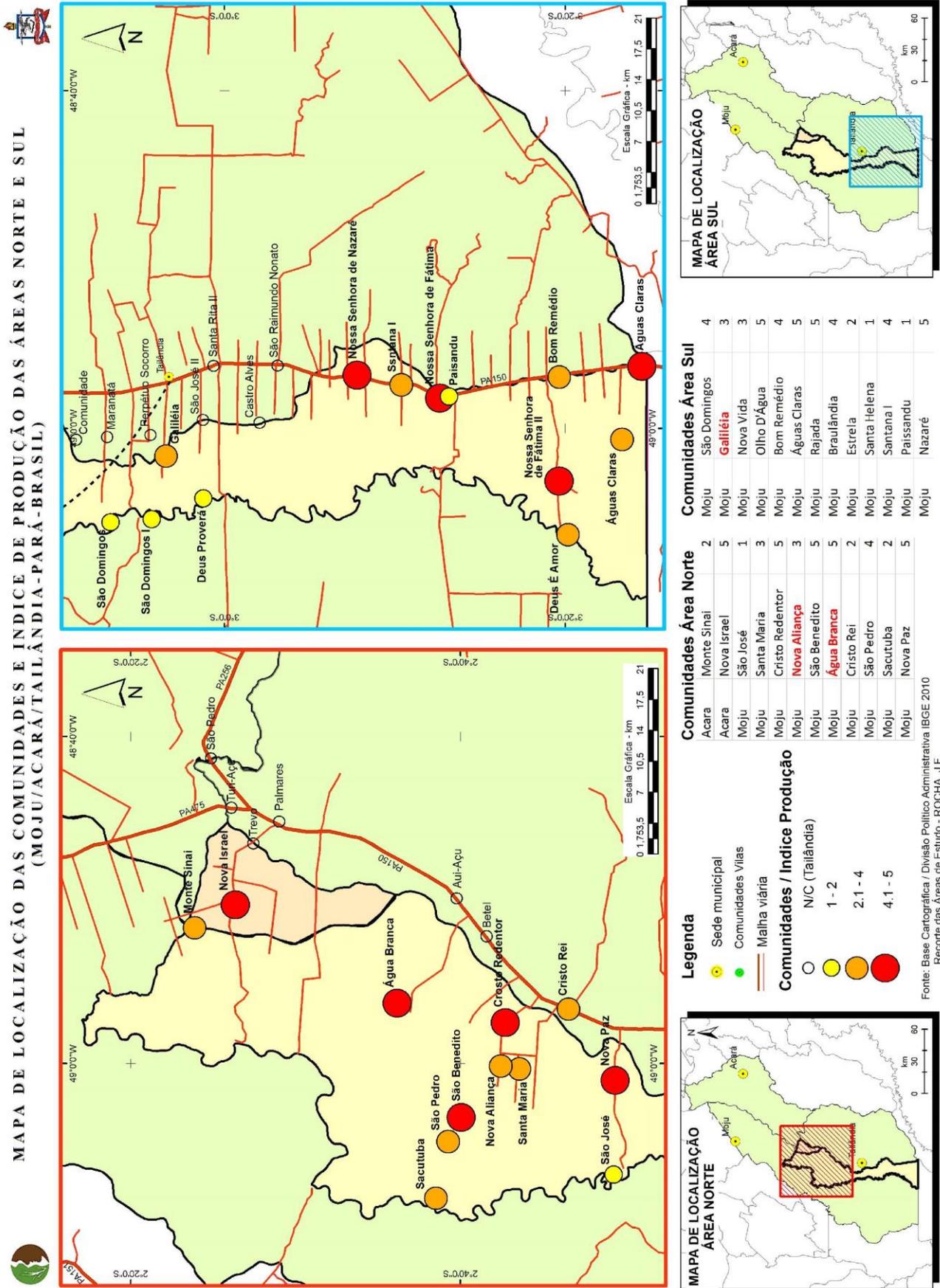
Um facilitador nestes deslocamentos serve aos outros núcleos que já se encontram na faixa de influência da PA-150, e conseqüentemente, estão mais próximos do município de Tailândia e valorizam os processos de transportes de seus produtos, prestação de serviços e consumos, mesmo separados (pelos limites) do município de pertencimento.

Alguns aspectos observados foram apontados como indicadores ao desenvolvimento, no âmbito local, como as distâncias à acessibilidade e sua mobilidade, o número de famílias residentes, a produção local e serviços (3º setor), a escolaridade por alunos atendidos e a área de atuação com sua força produtiva.

Seguindo nossa análise amostral para as 23 comunidades, elencamos as principais: as 10 mais e 05 menos, que apresentam algum desenvolvimento e seus respectivos índices de produção para a representação no conjunto, observada na Figura 9.

³³ Utilizou-se no Menu Superior: Ferramenta → Régua, Opção → Caminho e Comprimento → Quilômetro.

Figura 9 – Mapa indicativo das comunidades e representação dos índices das produções



Fonte: IBGE (2010). Adaptado pelo autor (2015).

Nesta análise cartográfica, buscou-se espacilizar as comunidades segundo suas grandezas por índices de produção (e serviços), de tal forma que possamos interpretar que os núcleos selecionados serviram para representatividade das demais comunidades inseridas na Área de Estudo, e que não foram alvos de coletas durante a pesquisa, esclarecidos pelas distâncias e dificuldades de acessibilidades encontradas, sem ofuscar suas dinâmicas locais.

Estas, tornou-se outro aspecto observado, relacionado a Área de Estudo, as dinâmicas do cotidiano dessas comunidades, que chamam a atenção quando decorrem para seus interesses, como ocorreu quando atenderam a uma Consulta Pública, realizada em cada comunidade, inclusive além do nosso recorte, e foi coletada através de um questionário, atendendo a solicitação de um parlamentar local (optamos em omitir), que se dispunha a representar seus sentimentos de pertencimentos a um espaço municipal.

Em 2013, segundo a Associação de Moradores, foi realizada esta Consulta Pública nas comunidades localizadas nos municípios de Moju e Acará, com o objetivo de apurar junto às famílias residentes a qual município gostariam de pertencer, ou qual a preferência de atendimento do gestor municipal: por Moju, por Acará ou por Tailândia.

A audiência tratou ainda sobre as expectativas quanto às políticas públicas que poderiam contribuir para o desenvolvimento local, considerando as observações de cada comunidade que onde seriam implementadas novas infraestruturas além das já existentes, de reformas ou construção de novas escolas, de instalação de postos de saúde, de praças públicas e saneamento básico, entre outros.

Até a publicação deste trabalho, mas com a certeza da existência deste acervo, não tivemos acesso aos documentos ou obtivemos respostas a respeito dos resultados obtidos, as análises e pareceres pela representação da Consulta Pública. Fica o registro.

2.4.3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA ÁREA DE ESTUDO

Para representar os cenários com demandas de políticas públicas aos serviços básicos, direcionados as populações, selecionamos as pirâmides dos 3 municípios da RI Tocantins, estudados durante um estudo sobre população residente por sexo e faixa etária, coordenado por CANTO (2012, p.181,188,190) que detalha pelo Censo de 2010 e apresenta projeções através dos futuros Censos, devidamente embasados nos indicadores de população dos municípios *versus* sexos *versus* idades.

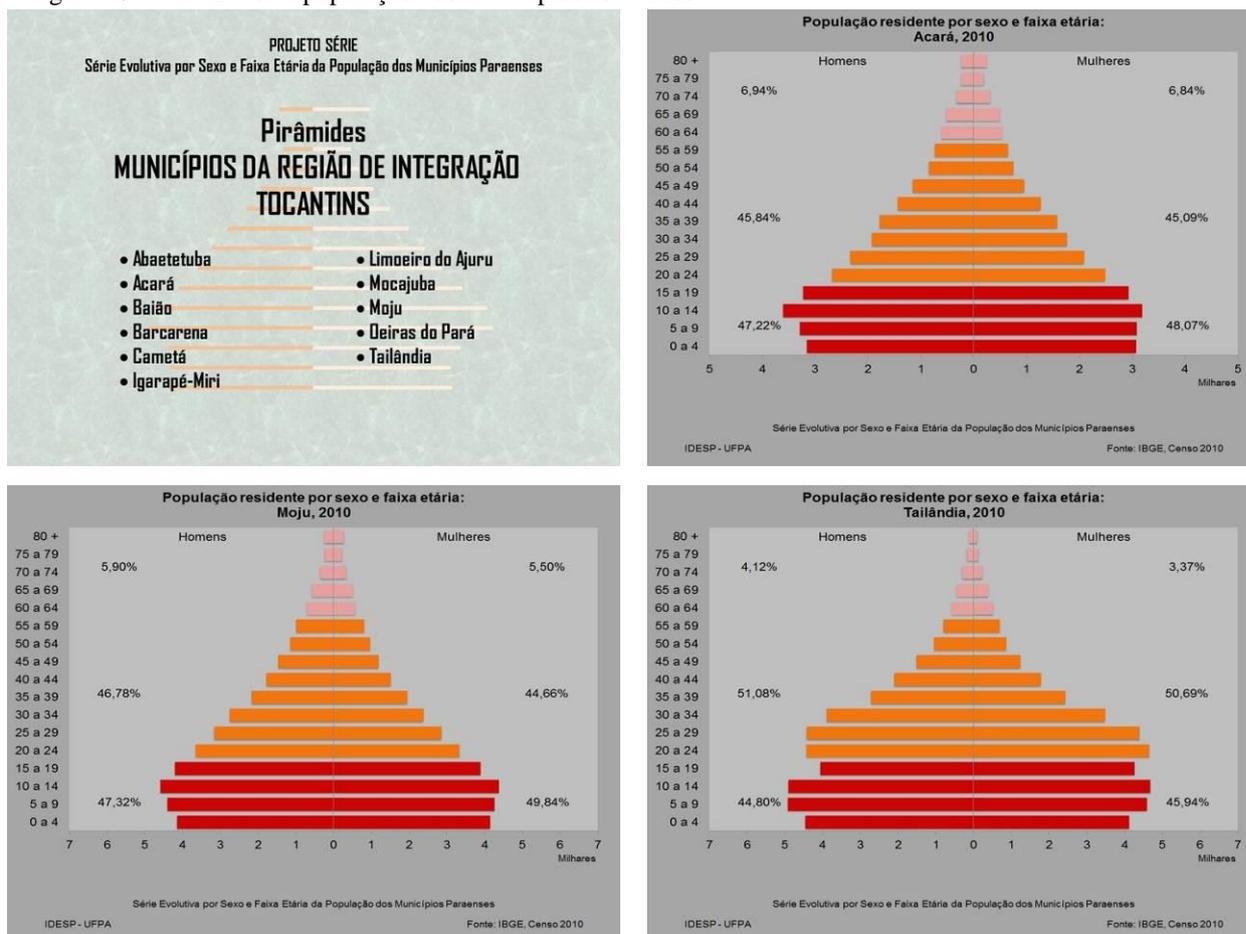
A base metodológica do projeto, de acordo com o teor da apresentação, está dividida em “Séries de 1 a 6”, e apresenta dados do Censo Demográfico de 2010, através de

156 pirâmides populacionais, distribuídos da seguinte maneira: 1 relativa ao Estado do Pará, 12 referentes às Regiões de Integração e 143 relativas aos municípios paraenses existentes na época do Censo IBGE de 2010 (exceto Mojuí dos Campos), que foram contabilizadas e estão expressadas na Figura 10, como mostram as pirâmides referentes aos municípios estudados.

Sobre os vários modelos de estudos sobre populações, e os que se replicam por entre as regiões brasileiras, podemos comparar entre os municípios estudados, onde está nosso recorte de pesquisa, mesmo em menor escala, como uma porção deste espaço da RI Tocantins, onde será possível de aplicarmos o modelo das séries demográficas históricas, para os municípios estudados.

O projeto denominado “Série Evolutiva por Sexo e Faixa Etária da População dos Municípios Paraenses”, tem por finalidade a construção de uma série histórica de pirâmides populacionais, considera-se os Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1950 a 2010 (Estado do Pará) e 1960 a 2010 (municípios paraenses).

Figura 10 – Pirâmides de população dos municípios estudados



Fonte: IDESP/UFPA- Projeto SÉRIE (2012)

O conjunto de pirâmides selecionadas tem indicadores populacionais com nítidas diferenças entre os municípios, principalmente na sua faixa etária central que representam os

grupos ativos para atividades profissionais, necessários ao mercado local de trabalho, pois, enquanto Moju e Acará estão equivalentes, Tailândia apresenta um contingente mais expressivo.

Quanto às possibilidades de ofertas de vagas de empregos, nos municípios estudados, o histórico desta região que concentra essas comunidades, ou vilas torna-se um contraditório, pois as ofertas dependem dos eventos externos para que os serviços realizados nas comunidades sejam requeridos. Segundo Gonçalves (2013, p. 345), esse indicador é

uma quase manutenção do uso de mão de obra – apesar de quedas no índice – esconde a dispensa de uma imensa massa de temporários compensada pela contratação do contingente de trabalhadores permanentes com maior qualificação e carteira assinada, o crescimento do produto deu-se pela elevação expressiva da produtividade do trabalho, não abrindo oportunidade para incorporação da expressiva massa da população do campo que vivia na situação de pobreza rural.

2.5 Aspectos normativos da divisão municipal

O Decreto Lei Nº 311 de 02 de março de 1938, estabelece a estruturação da malha política dos municípios brasileiros. O documento é considerado o marco histórico sobre o assunto. Ele obriga o mapeamento dos territórios³⁴ em escala municipal³⁵. O Decreto sublinha também sobre os seus limites interestaduais e os estaduais (BRASIL, 1938).

O município, assim denominado, é uma parcela na subdivisão de um território estadual e tem representação na organização jurídica, política e territorial. Desde o período colonial trata-se de uma classe político-administrativa e é parte de um conjunto que vem a formar um Estado, compondo, assim, a Federação Brasileira.

Alguns pressupostos ao IBGE referem-se a sua legislação, que através do Ministério do Planejamento, atribui ao Instituto todas as ações em caráter oficial, cabendo-lhe entre outras: a) produção de informações de caráter multitemático das dimensões da realidade nacional: física, urbana, rural, econômica, social, política, onde inúmeros elementos e atores marcam a dinâmica sócio-espacial; b) aplicar as formas e processos de organização do território; e c) apresentar à União, além da divisão dos estados, municípios, distritos e bairros, outros recortes territoriais, estabelecidos e complementares ao arranjo político-administrativo¹. (IBGE, 2006).

³⁴ Art. 13. Dentro do prazo de um ano, contado da data desta lei, ou da respectiva instalação, se ulterior, os municípios depositarão na Secretaria do Diretório Regional de Geografia, em duas vias autenticadas, o mapa do seu território. (Estendendo-se aos § 1º e 2º - Texto original)

³⁵ A menor unidade territorial brasileira regida com governo próprio. Sua formação inclui o distrito-sede ou cidade, que recebe o mesmo nome do município. Este compreende a zona urbana municipal e a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe geralmente o nome de vila (PINTO, 2003, p. 29).

Para fornecer uma visão integrada da realidade territorial da nação brasileira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em uma homenagem ao geógrafo Milton Santos, publica um Atlas Institucional, com o detalhamento territorial do país em suas várias escalas, ano em que o Pará computava 143 municípios. À época, o estado ainda não havia criado o município de Mojuí dos Campos, emancipado de Santarém, na região no Baixo Amazonas, conforme os dados do Censo³⁶ IBGE (BRASIL, 2010).

A temática da redivisão municipal ocorre desde a formatação Territorial Brasileira³⁷. Sua criação data de 1940, com o início da tabulação de dados pelo IBGE, quando o Brasil possuía 20 Estados³⁸. Configuravam nesse cenário político-administrativo o Território do Acre, o Distrito Federal do Rio de Janeiro, os territórios do Amapá, Macapá e Mazagão. O Pará contabilizava 53 municípios.

Em 1950, o Estado do Pará apresentou um incremento de seis municípios em sua configuração territorial, e já ocupava uma área de 1.247.954,666 km², com 59 municípios inseridos, apesar do desmembramento ocorrido no território de Macapá e seus contíguos. Segundo o IBGE, esses fatores colocaram a região em destaque, e consideram a Divisão Política Administrativa - DPA como principal contribuinte da dinâmica desses movimentos territoriais, principalmente sobre a criação de municípios e a alteração de suas divisas, por

se apresentarem como uma das mais dinâmicas ocorrências dos países ocidentais, principalmente no que se refere à criação de municípios e à alteração de suas divisas. Esta dinâmica, associada à municipalização, Pós-Constituição de 1988, e ao novo conhecimento do território viabilizado pelos avanços tecnológicos, criou um cenário complexo de questões relacionadas aos limites territoriais. (BRASIL, 2008, p. 3).

Na Constituição Federal - CF de 1988, está definido o papel das esferas administrativas e seus alcances nas tomadas de decisão (sem interferir nos âmbitos legislativos estaduais) sobre a temática da criação de novos municípios. Desde então, as deliberações sobre os limites municipais ocorreram internamente e de forma distinta, pois, segundo seu teor, cabe a cada Unidade de Federação – UF, a partir de seus poderes gestores reger sobre o tema, buscar embasamentos em seu âmbito legislativo e ajustar as suas realidades locais de espaços³⁹ e usos, segundo sua composição histórica do território.

³⁶É o conjunto de dados estatísticos que informa diferentes características dos habitantes de uma cidade, um estado ou uma nação.

³⁷ As alterações nas fronteiras estaduais e municipais são o testemunho das muitas mudanças ocorridas no pacto federativo da República brasileira. Tais mudanças repercutiram na definição de como seu território foi sendo subdividido entre suas esferas político-administrativas, reconfigurando, continuamente, o mapa político do País.

³⁸ AM, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG, ES, RJ, SP, PR, SC, RS, MT, GO e PA

³⁹ Usamos o termo segundo Raffestin (1993), confrontando os conceitos de espaço e território. O espaço anterior ao território. O território se forma a partir do espaço pela ação do homem, pelas relações de poder (econômicas, políticas e culturais).

Configura sobre esses aspectos que, após a CF, o Estado vem assumir, em definitivo, o que essa dinâmica provoca desde a década de 1968 pelos processos de municipalização ocorridos, de forma a reconhecer o território em suas reais formas e limites apoiados pelos avanços da geotecnologia. Tais avanços geotecnológicos conseguem confrontar esses novos vetores ao complexo cenário de linhas imaginárias, criado pelos limites poligonais atribuídos aos antigos limites municipais.

Ainda, de acordo com a CF, tais ações devem ocorrer de forma descentralizada, pois, seu teor marca, especificamente, quais restrições se referem ao tema abordado para garantir a manutenção e preservação da sua continuidade territorial e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano, que se impõe, de forma a ocorrer através de exigências, e que seja realizada em uma consulta plebiscitária junto às populações diretamente interessadas (BRASIL, 1988, p. 21).

Especificamente, como efeito sobre a região, esses movimentos provocaram uma *evolução*, ou mesmo, uma *revolução* na dinâmica de transformação no cenário dos limites municipais, para a atual formatação da malha municipal do Brasil.

ROCHA (2013, p. 212), aborda o tema como uma referência na geografia paraense (e brasileira) analisada pela forma centenária de criação de espaços (territórios) consolidados, que serviam e servem como justificativas para os avanços e rompimentos de fronteiras territoriais, como consequência das ocupações como um método. Também entende que outros espaços estão em vias de consolidação para ocupações mais recentes, e continuará a revelar a dinâmica de centralização e descentralização, que marca as relações políticas de gestão do território.

Entre essas relações está a *evolução* da malha municipal, e Lima (2007, p. 35) destaca que

é um elemento fundamental para a compreensão da realidade territorial brasileira, uma vez que constitui um traço central não só da história da divisão do poder local no país, bem como serve de referência e, ao mesmo tempo, revela a dinâmica de ocupação demográfica, econômica e territorial das diversas regiões ao longo do tempo.

Segundo Noronha (1996. p. 111-112), nesse período, observa-se um novo evento que tenta qualificar mais o processo de emancipação, e é levado ao Congresso Nacional o estudo da Emenda Constitucional N° 15/1996, que redige o texto do parágrafo 4° no Art. 18 da CF, em seu parágrafo único:

a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Os territórios brasileiros, em suas Unidades Federativas – UF, vivem em constante processo de estudos e buscas pela divisão e redivisão municipal, e expressa quadros cada vez mais dinâmicos no histórico da Divisão Política Administrativa, distribuídos pelas regiões Norte, Nordeste, Centroeste, Sudeste e Sul.

Na região Norte, segundo o IBGE (2010), atualmente as unidades territoriais estão definidas e limitadas nos 144 municípios devidamente distribuídos em Mesorregiões e Microrregiões, sendo uma das 27 UFs.

Os procedimentos de criação de seus municípios foram definidos em conformidade com a CF e as Leis Complementares Estaduais, e regulam a criação e emancipação das futuras sedes municipais, a partir do surgimento de um Núcleo⁴⁰ emancipatório que passa a reivindicar junto ao poder legislativo estadual o seu desmembramento do município-mãe⁴¹.

Nesse processo de criação surgem, então, novos mosaicos decorrentes da transformação internalizadas no território, e que envolvem várias vilas, povoados e lugarejos, podendo, inclusive, fugir de seus limites primários e alcançar porções de outros municípios, pela própria expansão desta *nova área*.

Este *novo território pretendido* pode alcançar e superar outras fronteiras, pois se utiliza do conjunto das reivindicações difundidas pelos comunitários, interessados em interferir em outras gestões municipais para redefinir o novo. É assim posto, nosso parecer, que compartilha pela expressão ocupar/habitar, segundo FREITAS (2004, p. 20) sobre

esta nova maneira de ver e contemplar o homem não teria sido possível sem que a ideia de **território** (brasileiro, americano, enfim, o território do Outro) pudesse ser estabelecida. Com efeito, o homem, [...] não se torna objeto de estudo senão quando ele “habita” verdadeiramente algum lugar.

O mesmo ocorreu na região, e os períodos emancipatórios registrados no Estado estão entre os anos de 1616 até 2013, que reportam desde a criação da sede da capital paraense, até o evento mais recente nos limites políticos, quando fica oficializado o município de Mojuí dos Campos, respectivamente. Trata-se de uma porção a Sudeste do município de Santarém, que envolve uma importante faixa, paralela a PA-370, contorna os alcances da UHE de Curuá-Una, até confrontar-se com os paranás⁴² no rio Amazonas, passando a ser esta

⁴⁰ É formado pelo conjunto das populações das vilas, povoados e lugarejos envolvidos na criação do novo município.

⁴¹ Corresponde à sede do município onde ocorre o pedido de estudos para a emancipação municipal.

⁴² Um braço de rio separado deste por uma ilha; canal que liga dois rios

a mais recente configuração municipal⁴³, que se soma aos contornos dos demais municípios e que compõem o território paraense, conforme a Tabela 2 apresenta.

Tabela 2 – Os períodos e a evolução da emancipação municipal no Pará.

Períodos de Criação	Sedes Municipais Criadas	Municípios Emancipados	Período sem Criação	% Uso Território
1616/1854	12	---	---	---
1854/1872	13	01	17 anos	7,6
1872/1911	29	16	38 anos	55,1
1913/1930	33	04	17 anos	12,1
1931/1953	59	26	22 anos	44,0
1959/1965	84	25	06 anos	29,7
1982/1988	106	22	06 anos	20,7
1991/1996	143	37	05 anos	25,8
1999/2010	144	01	14 anos	0,6
2010/2013...	Estudo de aproximadamente 90 Propostas*			

Fonte: IBGE Censo 2010/ALEPA 2013/Anuário do Pará 2013 -2014 (Tabela elaborada pelo autor)

* Dados de 2013 atualizados. Em análises na ALEPA/CDAEAM

Se compararmos essa evolução de crescimento com as dinâmicas de emancipação ocorridas em outros estados, e levarmos em conta o período (desde 2010) sem novas criações de municípios paraenses, a atual política de emancipação provoca algumas inquietações. Assim, sublinhe-se que a *redefinição dos limites físicos* de inúmeros municípios paraenses, de certa forma, impostos por atores econômicos, sociais, institucionais e políticos, diretamente envolvidos nessas dinâmicas, não atendem as paralizações impostas pela gestão federativa, e passam a cobrar os devidos despachos, diretamente dos gestores estaduais e municipais.

3 OS TERRITÓRIOS E OS RESULTANTES DA PESQUISA

A condução da pesquisa nos momentos de trabalhos de campo está pautada nas condicionantes do uso dos instrumentos, aplicados pelas legislações, e que são pertinentes à demarcação das unidades político-administrativas dos municípios que envolvem a Área de Estudo. Neste sentido, este capítulo aborda não apenas as questões centrais metodológicas, mas também os processos e os instrumentos na delimitação dos espaços, e a identificação de projetos de produção, em destaques no recorte, como elementos condutores dos indicadores aos resultados da pesquisa.

⁴³ Memorial Descritivo - Projeto de Revisão e Atualização dos Limites Municipais – IDESP 2014

Os indicadores encontrados em campo e os dados anteriormente expressados, resultam neste trabalho caracterizado por um período de pesquisas por aproximadamente 1 ano e 8 meses que envolveu: pesquisas bibliográficas, debates acadêmicos, permutas de vivências nos experimentos rurais, encontro de grupos locais e de estudos, viagens a campo - com idas e vindas em busca de amostragens comparativas com a temática proposta pelo estudo, sempre norteados pelas apreciações dos orientadores acadêmicos.

De forma geral, todas ações em campo, foram realizadas em parcerias com a sociedade local, técnicos da prefeitura de Tailândia e com a UNICRUAT que, de forma imparcial, mediou todos os debates com as lideranças e a população das comunidades vila, no período entre 2013/2014.

Este conjunto de participações (e comprometerimentos) durante a pesquisa é que tornou possível todos os alcances as indagações e respostas, enquanto nossos questionamentos se faziam presentes, no caminhar para cada reunião nas comunidades elencadas, sem desperdiçar os olhares quando alcançamos outros núcleos. Assim o estudo se fazia presente em todos os espaços possíveis, de forma a validar todas as informações repassadas pelos munícipes, que também expressaram suas expectativas quanto ao resultado proposto como solução de nossa problemática: o estudo à um novo possível limite territorial.

As complexidades que envolvem os processos para uma delimitação territorial promovem constantes análises e amostragens frente as transformações que ocorrem e influenciam no espaço e tempo nestes limites propostos. Tais transformações são exercidas pelas pressões e rompimentos sobre essas fronteiras, de forma contínua, pelos atores sociais e políticos, além dos processos naturais.

Os processos naturais conhecidos, e que ocorrem na superfície terrestre, independentemente da localização geográfica, entre outros, contribuem com estas transformações, que não se moldam aos delimitadores municipais, traçados por legislações vigentes a época, como ajustado para as condicionantes de um grupo populacional de determinada região.

De mesmo modo, o estudo observou que as necessidades de ordenamento dos espaços ocupados, se inicia com os próprios ocupantes, com a adaptação ao meio que o recebe e passa a ser valorizado com o retorno da preservação de suas características, até que se depara com o condicional que o delimita e cerca. Passo seguinte, promove suas transformações com logísticas próprias e adaptadas, uma vez que estes também não podem ficar restritos as barreiras políticas definidas em espaços ainda devolutos.

Tais aspectos observados, determinaram para o estudo o grande leque de possibilidades como resultantes (os resultados) da pesquisa, que não foram determinados no decorrer do estudo, mais diretamente determinante, para as contribuições de cada comunidade com suas observações e propostas ao que mais lhes atendiam quanto a questão de espaço ocupado e que deveria ser ajustado como delimitador flexível as necessidades desses núcleos.

3.1 Estudo do memorial descritivo dos limites municipais da Área de Estudo pela cota máxima (IBGE)

Segundo o processo demarcatório utilizado pelo IBGE⁴⁴, os limites territoriais na faixa municipal entre Moju, Acará e Tailândia, desde suas emancipações, se configuram por linhas imaginárias, isto é, utiliza-se como base, a “cota máxima do divisor natural” (ou a crista da serra), segundo seu teor na Lei de Criação destes municípios. Esta define o alinhamento desses limites pelas cotas topográficas de maior expressão no terreno. Esse procedimento, comentado anteriormente, não pode ser expresso fisicamente, isto é, demarcado no terreno, e ocasiona dúvidas com relação a sua real posição, indefinição para o real traçado limitante e a real abrangência do cenário destes imaginados limites de territórios.

Para melhor entendermos o uso da cota máxima, aplicada na delimitação territorial de diversos municípios, e em particular, os municípios alvos deste estudo, isto é, que envolve os limites municipais de Moju, Acará e Tailândia, fez-se necessário lançar mão dos memoriais descritivos para seus territórios.

Os textos em questão, constam em cada Lei de Criação e referida publicação no Diário Oficial – DO, que pontua seus (novos) confrontantes à época de sua publicação. Este detalhamento descreve a formatação dos recortes ocorridos no território do município cedente, isto é, daquele que sofreu a redução territorial para efetivar a criação⁴⁵ de seu novo confrontante político.

O município de Moju tem sua criação datada segundo a Lei 158 de 31.12.1947, publicada no Diário Oficial em 16.02.1947, confronta com os municípios de Tucuruí, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Abaetetuba e Acará. Nos anos seguintes ainda participa da criação dos municípios de Rondon do Pará (1982), Tailândia (1988), e Breu Branco e Ipixuna do Pará (1991). Atualmente tem uma área territorial estimada em 9.094,14 km² (IBGE 2010).

⁴⁴O Decreto-Lei nº 9210 de 29.04.1946 e Decreto-Lei nº 243, de 28.02.1967, atribuíram ao IBGE os referidos estabelecimentos e manutenção das estruturas planimétricas (geodésica) e altimétricas (topografia) do Sistema Global Brasileiro (SGB), que é um sistema de coordenadas cartesianas X, Y, Z.

⁴⁵ Artigo 18, "§4º, sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios – CF, 1988.

O município de Acará, desmembrado do município de Moju, foi criado segundo a Lei 158 de 31.12.1948, publicado no Diário Oficial de 16.02.1947, confronta com os municípios de Moju, Belém, Ananindeua, Bujaru, Capim e Barcarena. Ainda tem seu território seccionado para criação de outros municípios, como: Tomé-Açu e Capim (1959); Benevides (1961); Tailândia e Concórdia do Pará (1988); e Marituba (1994 e 1999). Sua área territorial é pública como 4.343,81 km² (IBGE 2010).

No histórico da criação do município de Tailândia, segundo a Lei 5.452 de 10.05.1988, publicada no Diário Oficial 26.350 de 17.11.1988, ocorre a partir do desmembramento de uma área do município de Acará. Porém, segundo o Artigo 4º, somente no ano seguinte será instalado, integra-se à Comarca Judiciária da Capital e altera vários municípios, confrontando-se então com Tomé-Açu, São Domingos do Capim, Moju e Acará. Acompanham históricos semelhantes nesta RI, os municípios de Ipixuna do Pará e Breu Branco, segundo IBGE (2010).

Quanto a Área de Estudo, para compreendermos o enunciado que a poligonal constrói, assim como a disposição das comunidades ora em Moju, em Acará, em Tailândia, e ao longo da área de influência da rodovia, detalhamos o memorial descritivo desta poligonal que abrangerá as porções Norte e Sul.

Vale ressaltar neste parágrafo, que todas as distâncias expressadas neste memorial, foram plotas em campo, segundo o arquivo de vetores dos limites municipais, disponíveis no site do IBGE, para melhor quantificar seus deslocamentos entre os eixos das comunidades, a rodovia e as vicinais envolvidas no levantamento.

Percebe-se, neste detalhamento, que as comunidades vilas em conflito com o limite político, isto é, as que questionam se pertencem ao município de Moju, de Acará ou de Tailândia, são as que estão mais próximas das margens da rodovia PA-150. Justamente, pela imprecisão na projeção da linha imaginária da cota máxima, e que são *contornadas* nas suas proximidades, como a delimitação entre os três municípios estudados.

Esse efeito no contorno do recorte ocorre especificamente no trecho da rodovia entre Moju e Tailândia, desde a comunidade Vila Turi-Açu - porção Norte, nos domínios de Acará, até a comunidade Vila Águas Claras – porção Sul, nos domínios de Moju, Nova Ipixuna e Breu Branco. Esse trecho envolve Betel e Cristo Rei (na porção Norte), Nazaré, Santana I, Olho D'Água, Paissandu, Bom Remédio e Águas Claras, que completam as nove principais comunidades cobertas pela faixa de influência da rodovia.

Somente a partir da elaboração do memorial descritivo da Área de Estudo foi possível entender que as entranças e cruzamentos sobre a PA-150 eram provocadas pelo

acompanhamento da cota máxima da topografia, usada para a definição dos limites municipais. Isto em detrimento do teor da Lei de Criação desses municípios, que cobre a extensão da rodovia. Então, podemos entender porque essas comunidades vilas ficaram sujeitas e localizadas em platô⁴⁶, e por terem sua extensão territorial nas proximidades de uma rede de drenagem, sofrem alterações pela transformação nos vales das bacias do rio Moju e do rio Acará.

Segundo o Decreto-Lei Nº 243/1967, em seu Capítulo IV, que trata da Representação do Espaço Territorial, cita no Art. 6º, que “o espaço territorial brasileiro, para os efeitos do presente decreto-lei, é representado através de cartas e outras formas de expressão afins”.

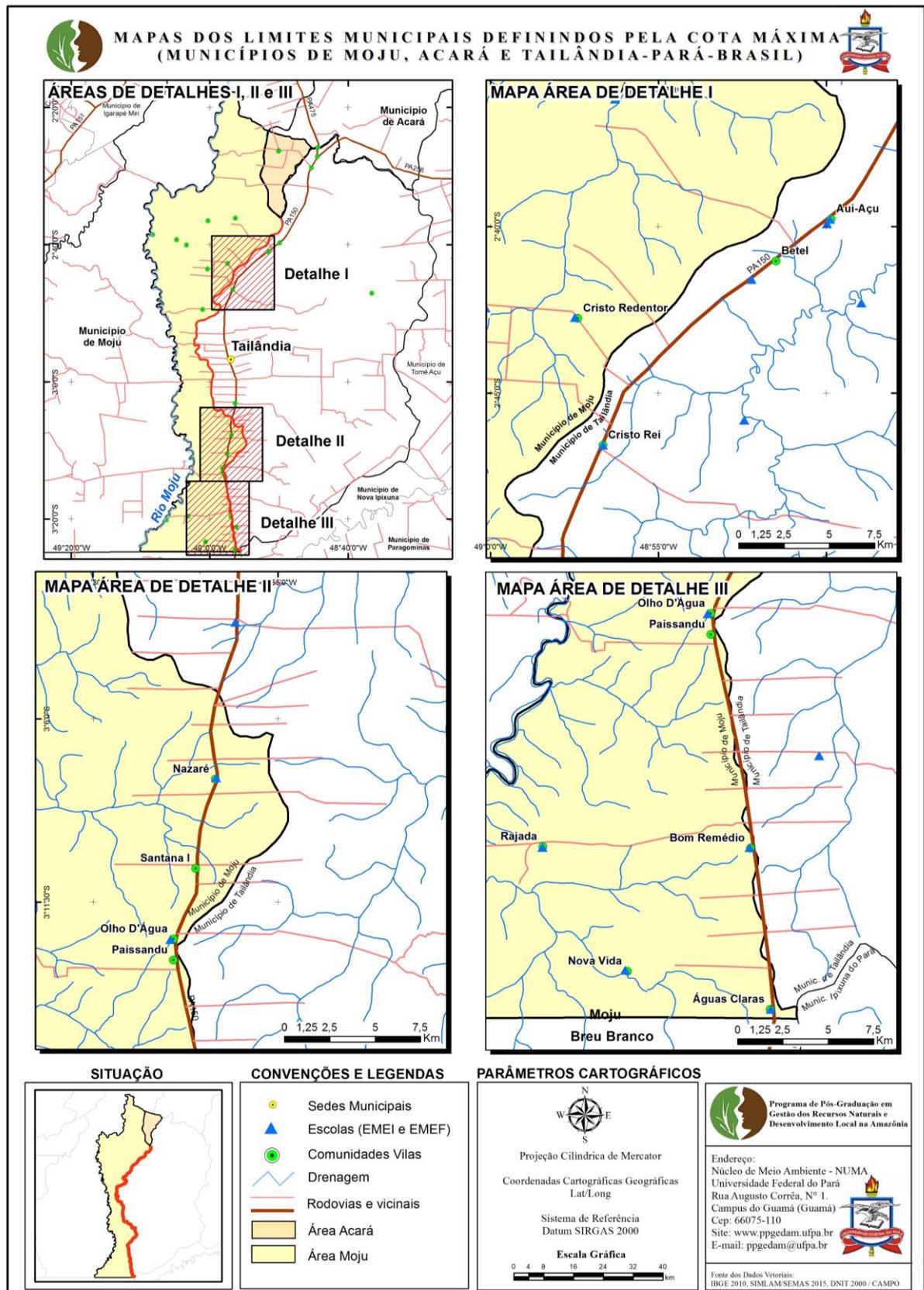
Para melhor configurar o atendimento da legislação citada, buscou-se trabalhar com vários documentos cartográficos que expressassem a melhor realidade do terreno, assim como buscar a precisão cartográfica, utilizou-se de cartas planimétricas em escala 1:100.000 – como matriz usada para o descritivo pela Lei de Criação (acervo IBGE); de imagens de radar LandSat 5 – para análise da representação topográfica do terreno; e de imagens do software Google Earth – para detalhamentos quanto as bacias, os alvéolos das drenagens, estradas principais e sua malha de vicinais na Área de Estudo.

No entanto, apesar dos movimentos das populações e comunidades apresentadas neste espaço estudado ou em outros com configuração semelhante, somados as dinâmicas de desmembramentos de áreas territoriais para a criação de novos municípios paraense, ainda são fenômenos que parecem não fazer parte do cotidiano dos demais municípios, e os gestores seguem dando conta do que seja prioritário a estas parcelas.

Sobre este conjunto de comunidades e considerando os levantamentos realizados em campo com os apontamentos para os mapas temáticos, em que trata este capítulo, expressamos, na Figura 11, as áreas e comunidades citadas, assim como, as áreas de Detalhes I, II e III, devidamente plotadas.

⁴⁶ Glossário de termos geológicos: Áreas mais elevadas do relevo de uma região, com extensões variadas e declividades baixas, circundadas normalmente por escarpas e encostas.

Figura 11 – Detalhamento do limite municipal pela cota máxima com *serpenteio* na PA-150 (PA-475)



Fonte: IBGE, 2010. Adaptada pelo autor (2015)

O estudo com uma atenção específica sobre a aplicação do método da cota máxima, afirma de forma contrária, pois, pelo que se observa as entranças sobre a PA-150, pelo limite político administrativo, com os recortes e cruzamentos ocorridos ao longo da rodovia, provocados pela cota máxima (linha divisória imaginária), observa que não foram consideradas quando utilizada como uma metodologia pelo IBGE.

A rodovia PA-150 foi construída somando-se a vários trechos rodoviários, com intervalos de tempo e em três etapas, sendo denominada de PA-151, PA-475 e PA-150, ainda na década de 70, portanto, 20 anos após a criação do município de Moju e 10 anos antes da criação do município de Tailândia.

O trecho da PA-150 que corresponde à PA-475, entre Moju e Tailândia, tem início no limite municipal de Tailândia com Acará, até o limite municipal de Tailândia com Breu Branco, com suas distâncias expressadas na Tabela 3, em metros lineares aproximados para estimar os deslocamentos entre as comunidades (ver figura anterior). Além disso, verifica-se que a linha imaginária do limite municipal, serpenteia no segmento final da extensão da rodovia. Na Área de Estudo, atende desde Turi-Açu até Águas Claras, passando pelo centro urbano de Tailândia, representadas nos Detalhes I, II e III, e assim distribuídos:

Tabela 3 – Distâncias entre as comunidades (A) e do centro à rodovia e ao traçado do limite municipal (B)

Detalhes	Comunidade Vila	Distâncias A (m)		Distâncias B (m)		Município de
		Próxima vila	Total das distâncias	Até o eixo rodovia	Até a linha do limite	
Detalhe I	Aui-Açu	0	0	800	3.000	Tailândia Porção Norte
	Betel	4.000	4.000	300	1.760	
	Cristo Rei	14.200	18.200	500	1.900	
Tailândia		19.600	37.800			
Detalhe II	Nazaré	20.800	58.600	300	3.100	Moju Porção Sul
	Santana I	5.100	63.700	600	2.500	
	Olho D'Água	4.200	67.900	300	700	
	Paissandu	1.300	69.200	150	400	
Detalhe III	Bom Remédio	12.000	81.200	200	200	
	Águas Claras	9.000	90.200	300	2.000	

Fonte: Levantamentos em campo para espacialização das distâncias levantadas pelo autor.

A tabela apresenta, nas duas primeiras colunas, as comunidades vilas indicadas nos Detalhes I, II e III (ver Figura 11). Apresenta ainda duas colunas de distâncias que merecem detalhe na descrição, pois implicam diretamente em mobilidade e deslocamentos entre seus centros urbanos.

Na coluna Distância A, expressa a relação de uma comunidade pela distância até a outra e as somatórias para esse deslocamento ao longo da PA-150, que alcança 90.200m, ou 73% do trecho rodoviário que atende a extensão nos limites de Moju, Acará e Tailândia. É

preciso considerar que a rodovia possibilita outros acessos através das vicinais, até as demais comunidades mais afastadas da rodovia.

Na coluna Distância B, relaciona-se a distância estimada pela estrada principal do centro urbano da comunidade até o eixo da rodovia. Outra medida foi a partir do eixo da rodovia, por uma diagonal até a linha imaginária do limite municipal.

Um detalhe importante neste processo de medição, comprova que os limites foram traçados anteriormente a ocupação e instalação de algumas comunidades, por serem ainda terras devolutas, a época. A exemplo, é que, em algumas dessas distâncias, detalhadas nas duas porções e em suas minúcias na Área de Estudo, a área de ocupação da comunidade é cortada, pois a projeção da linha divisória é (ou estava) estimada muito próxima de seu centro de ocupação, não permitindo seu crescimento na direção do núcleo vizinho.

Outro detalhe a ser considerado, e que influencia fortemente nas distâncias apresentadas, se deve ao fato de que os municípios de Acará e Tailândia são remanescentes do município de Moju, ou seja, são emancipações municipais que seccionaram por duas vezes o município, onde ocorre a construção da rodovia, uma infraestrutura de grande importância local.

Segundo a SETRAN (2008), a rodovia faz parte de um corredor de ocupação na faixa Leste do estado, é de grande importância para o escoamento da produção municipal, e compreende as rodovias estaduais PA-151 (acesso a Barcarena), PA-475 (até Goianésia do Pará), PA-150 (até Redenção) e a federal BR-158 (até fronteira Mato Grosso).

Historicamente, Moju foi seguidamente a sede mãe, participou e acompanhou todo o processo de construção dos trechos da rodovia estadual em seu território, pois, tecnicamente, foi obedecido criteriosamente o projeto de terraplenagem durante a construção da PA-150 (PA-475), em seus trechos do terreno para rodagem, ou seja, excluindo as cotas máximas com serviço de nivelamento do terreno pelas retiradas e reposições de materiais.

Ainda durante a pesquisa, podemos registrar a manutenção da rodovia, com trabalho de recuperação asfáltica nas faixas de refúgio (acostamento e manobras), realizada em novembro de 2013 pelo Projeto de Readequação da PA-150, priorizou uma extensão, com ampliação nas laterais, que vai de Vila do Conde (Barcarena) até Morada Nova (Marabá), e perfaz a extensão de 456,68 km linear, mostrado nos quadros da Figura 12.

Tais atividades descaracterizam por completo os acidentes naturais, expressados pelas cotas máximas na divisão das duas bacias hidrográficas, no caso, a do rio Moju e do rio Acará, que serviram de alinhamento para definir os limites entre os municípios estudados.

Figura 12 – Obras do Projeto de Readequação da PA-150 (Trecho de Tailândia PA-475) em 2013 e 2014.



Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor (2014)

No entanto, o alinhamento da rodovia versus a linha imaginária dos limites, altera as relações de uso e ocupação da rodovia pelas comunidades, pois, apesar de já estarem estabelecidas por várias décadas naquela região, não permitem que esses núcleos se desenvolvam além da margem da rodovia, restando-lhes apenas ocupar os espaços ofertados a partir desse limitador, ou seja, a barreira do limite municipal na rodovia não permite que as comunidades alcancem outras extensões de terras, e sem crescer no território, resta apenas expandir para fronteiras limitantes de outra comunidade.

3.2 Identificação das áreas de dendezeiros e sua abrangência na Área de Estudo

No Estado do Pará, as áreas consideradas apropriadas para o cultivo da palma, sempre foram bastante discutidas, pois além envolver diversas análises sobre esta cultura, existem outros aspectos técnicos que qualifiquem esses espaços para o uso específico, como o tipo de solo, de clima, a topografia, a hidrografia, a infraestrutura existente, entre outros, que os justifiquem, não somente pela apropriação de grandes extensões de terras, sejam degradadas e/ou desusado do pasto permanente.

No nordeste paraense já existem estudos, a algumas décadas, em espaços com estas características específicas, e estão sendo delimitados e disponibilizados para a

implantação de grandes projetos para a cultura dessas espécies de palmas, com objetivo de produção de óleo de palma de dendê, principalmente para analisar e delimitar áreas específicas para as espécies que melhor se adaptam.

Sobre a cultura do dendê (*Elaeis guineensis*), ou óleo de palma, incidindo na região do recorte, encontramos um estudo do Institut de Recherches Pour Lês Huiles et Les Oleagineux - IRHO⁴⁷, que desde 1950, pesquisa na região paraense sobre o “conhecimento das condições naturais (solo, drenagem, pluviometria, temperatura, insolação etc.) presentes no Brasil. Esse estudo foi um elemento fundamental para que se pudesse definir que áreas eram propícias para o desenvolvimento da cultura do dendê, bem como para definir suas potencialidades”. (CRUZ, 2006. p.44).

Outro grande empreendimento é o projeto de dendeicultura desenvolvido pela BIOPALMA, e subsidiado por empresas multinacionais num arranjo empresarial que desperta, fortalece e fomenta os processos de ocupação e fixação de populações, e serve de força motriz a este mecanismo que forma contingentes de mão de obra, empregada para o alcance de seus objetivos: o plantio, a extração e beneficiamento do óleo de palma, no território paraense.

Para a Área de Estudo, que engloba uma parte do plantio do dendê, há de se considerar não somente a sua posição geográfica privilegiada, que mostra sua aptidão climática e de solo propício para o modelo desta monocultura. Existe também um histórico científico de experimentos e produções técnicas citados pelo IRHO (1995), em seus estudos exploratórios, com financiamentos diretos por parte dos governos estaduais e federais.

Além dos incentivos financeiros e investimentos estrangeiros, aplicados para e por esses grandes projetos do agronegócio, outros também deixaram registros de suas passagens no território paraense, sobre os projetos dendeícolas, destacados nos estudos realizados por (BASTOS, 2006, p. 54), ente outras literaturas produzidas, existem indícios que

indicam que os fatores territoriais fizeram do nordeste paraense a região preferencial na Amazônia para se implantar os grandes projetos dendeícolas, era a região que apresentava as melhores condições locais e infraestruturais tornando-a atrativa para aqueles empresários que resolveram investir na cultura do dendê na Amazônia.

O monocultivo de dendê que existe em vários Estados da Amazônia Legal, sua concentração, no nordeste paraense, segundo Villela (2014, p. 218)

⁴⁷ Instituto de maior referência em pesquisa sobre oleaginosa no mundo.

apesar da área preferencial para plantio de palma [...] no Nordeste do Pará compreender partes de 28 municípios (VOMMARO, 2013) e o cultivo da oleaginosa nesta região estar hoje espalhada por 31 (VENTURIERI et al., 2013) [...] apenas nove municípios concentravam 96,3% da produção do estado em 2012. Em particular, a palma representa quase toda a renda agrícola de Tailândia e Bonito. Também representa quase 20% da renda agrícola do Pará, que, por sua vez, foi responsável por 99,8% da produção da região Norte e 83% da produção nacional de cachos de cocos (frutos frescos) no referido ano. Por fim, vê-se que a referida cultura ainda não é relevante, em termos de renda, no cenário agrícola brasileiro.

No universo de pesquisas e usos do solo para a cultura do dendê no Pará, em 2006, existiam poucas unidades de beneficiamento para atender o setor de produção de biocombustíveis. Atualmente, o estado abriga inúmeras empresas que atuam na (mono)cultura de dendezeiro (palma de óleo), e ocorre em especial na região norte, por conta das formações geológicas que apresentam solos propícios (bom e moderado) ao plantio desta oleaginosa.

Villela (2014, p. 177-178) detalha que grupos empresariais construíram seus próprios parques de produção, como “o Grupo Agropalma - responsável por mais de 70% da produção total de óleo de palma do país. Possui cultivos próprios, usinas de esmagamento de óleo e refinarias, permitindo a produção de produtos de maior valor agregado; Duas empresas de porte médio (Marborges e Yossam) - possuem produção e usinas de beneficiamento próprias; Produtores associados em torno da Palmasa e Dentauá; Produtores cooperados na Codenpa, posteriormente adquirida pela Denpasa; e Produtores independentes, os quais fornecem sua produção como matéria prima para os demais segmentos”.

A monocultura desperta interesses do mercado, como primeiro interesse, pela capacidade de aproveitamento na produção de energia extraída por área quadrada; e em segundo, pela adaptação da espécie a outros solos, em regiões consolidadas pela ocupação, com histórico de degradação, ou pela constante permuta de culturas, que exaure o aproveitamento e utilização do solo. Ainda tem um terceiro interesse, pode ser apresentado sobre um outro cenário, que também é sugerido pela Embrapa Solos (2010), que

[a] cultura da palma de óleo já é tradicionalmente plantada com cobertura de solo de leguminosas fixadoras de nitrogênio sem revolvimento do solo em cultivo mínimo, hoje paradigma da agricultura tropical quando se pensa em sustentabilidade.

Outros estudos, sobre esse tipo de investimento, apontam que o primeiro passo, por parte dos grandes grupos empresariais e institucionais, implica na definição da área a ser ocupada pelo empreendimento, no município, como uma região já prospectada em solo com aptidão ao plantio desta cultura, implicando em seleção de extensas faixas nas áreas rurais.

A presença crescente de empresas, são apontadas pelas investigações de Glass (2013: p. 5) em que a “institucionalização” da dendeicultura amazônica como processo industrial

data da década de 1990, quando se instalaram os programas do Zoneamento Agroecológico do Dendê e o de Produção Óleo de Palma como investimentos prioritários, alcançando também a região Norte.

Estes foram atrelados em 2014, ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB, do Governo Federal, e segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como econômica, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. [...] com diretrizes de implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; e produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria prima. [...] e operacionalizar a estratégia social do programa, criando formas de promover a inserção qualificada de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel.

Geralmente, o melhor cenário para implementar tais diretrizes, se encontra nas zonas rurais, atendidas por microbacias hidrográficas, infraestrutura viária complexa, pois são servidas principalmente por vicinais, mas servem para o atendimento das inúmeras comunidades, vilas e assentamentos⁴⁸, seguido de um plano conservacionista de manejo florestal, uso da terra, do solo e da água, distribuídas até as principais rodovias.

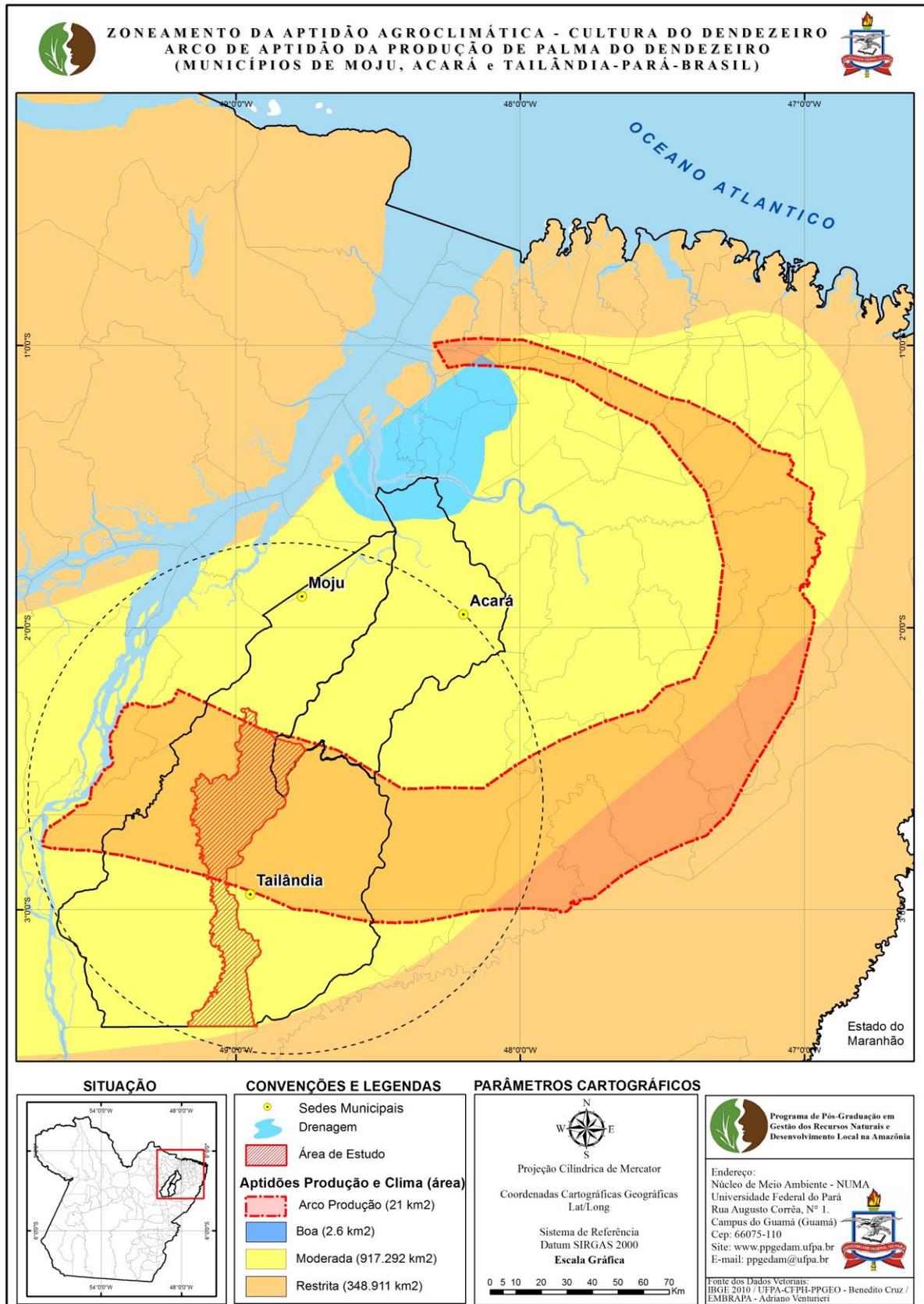
Como já visto, no aspecto econômico para o processo de assentar uma cultura, envolve principalmente, um vasto estudo para a identificação do tipo de solo, sua configuração de cenário propício pelo clima e de uma definição da faixa de aptidão.

Esta última, na Figura 13, a configuração possível nos é apresentada a partir de estudos publicados sobre o mapeamento de áreas propícias e seu potencial de expansão, além de outras ocorrências, definidas no Arco da Produção de Palma com Variedades Tenera (APPT), como sendo as áreas aptas a produção do óleo de palma (VENTURIERI et al. 2011, p. 16).

O destaque fica para o arco de aptidão para a produção e cultivo da palma, estimados para quase 32 milhões de hectare, como produto do Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro para as áreas Desmatadas da Amazônia Legal (2010).

⁴⁸ O INCRA conceitua assentamento rural como um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

Figura 13 – Aptidões climáticas e o Arco da Produção para a cultura do dendezeiro.



Fonte: IBGE 2010, Embrapa 2011. Adaptada pelo autor (2015)

Com a implantação do projeto de manejo, definem-se as glebas pelos critérios de conservação estabelecidos para o uso e manejo, pelo próprio empreendedor do projeto dendezeiro, ou por órgãos de extensão rural e assistência técnica (públicos ou privados), como empresas especializadas para praticar, na área do projeto, a devida assistência técnica.

Entre o planejamento do plantio e a conservação da área do canteiro, implicam o processo inicial e de manutenção, respectivamente, está elencado a caracterização da área de interesse, que envolve os aspectos físicos relativos ao clima, os recursos naturais e tipos de solos, descritos segundo uma cartografia compatível que apresenta detalhamento para o planejamento.

Tais processos foram identificados nos canteiros de produção e explicados no escritório da empresa Agropalma S.A, conforme a Figura 14. Este empreendimento está localizado na porção Norte da Área de Estudo, onde ocorreu a entrevista com a Gerência de Implantação de Projeto (A), durante a visita técnica as instalações da Planta do Projeto (B).

Figura 14 – O pesquisador em atividade de campo. Dependências da Agropalma, em Moju.



Fonte: Visita do pesquisador aos canteiros de palma e coleta de pontos na Área de Estudo (2014)

Durante o nosso trânsito entre as parcelas⁴⁹ e quadras⁵⁰ de plantio do dendê em uma área de palmares (C), identificamos o controle de sinalização por letras e números que

⁴⁹Igual a um lote de assentamento de 25 ha. (250m x 1000m), e pode chegar a 200 ha. (4 módulos de 25ha).

representam as fileiras de uma determinada parcela ou quadra. Ali também existem vários processos de manutenção em execução pela mão de obra externa, como a poda das palhas secas das palmeiras, limpeza das vias de acessos entre as parcelas, até a extração do fruto.

Largas estradas de chão, são utilizadas para o tráfego e transporte dos frutos, separando as quadras, onde caçambas articuladas ficam estacionadas para o depósito das coletas. Cada canteiro possui o serviço de guarda e segurança de empresa terceirizada com guaritas estacionadas em algumas quadras para evitar a circulação de animais roedores e o acesso de pessoas que não estão envolvidas no projeto.

Na área de plantio da Agropalma identificamos a nascente do igarapé Turi-Açu (D), um dos pontos geográficos do limite político comum aos municípios estudados (ver memoriais descritivos). Isso expressa a grandeza da área do empreendimento, na Área de Estudo Norte, ocupando aproximadamente 386 km², distribuídos nos 3 municípios.

Identificamos ainda, na Área de Estudo Sul, somando mais uma faixa de plantio as margens da rodovia, denominada de Projeto Malásia, que está sendo pleiteada para implantação de um novo cultivo de sementes de milho (possivelmente) e do dendê, espacializadas nos municípios de Moju e Tailândia e identificadas nas Figuras 15 e 16.

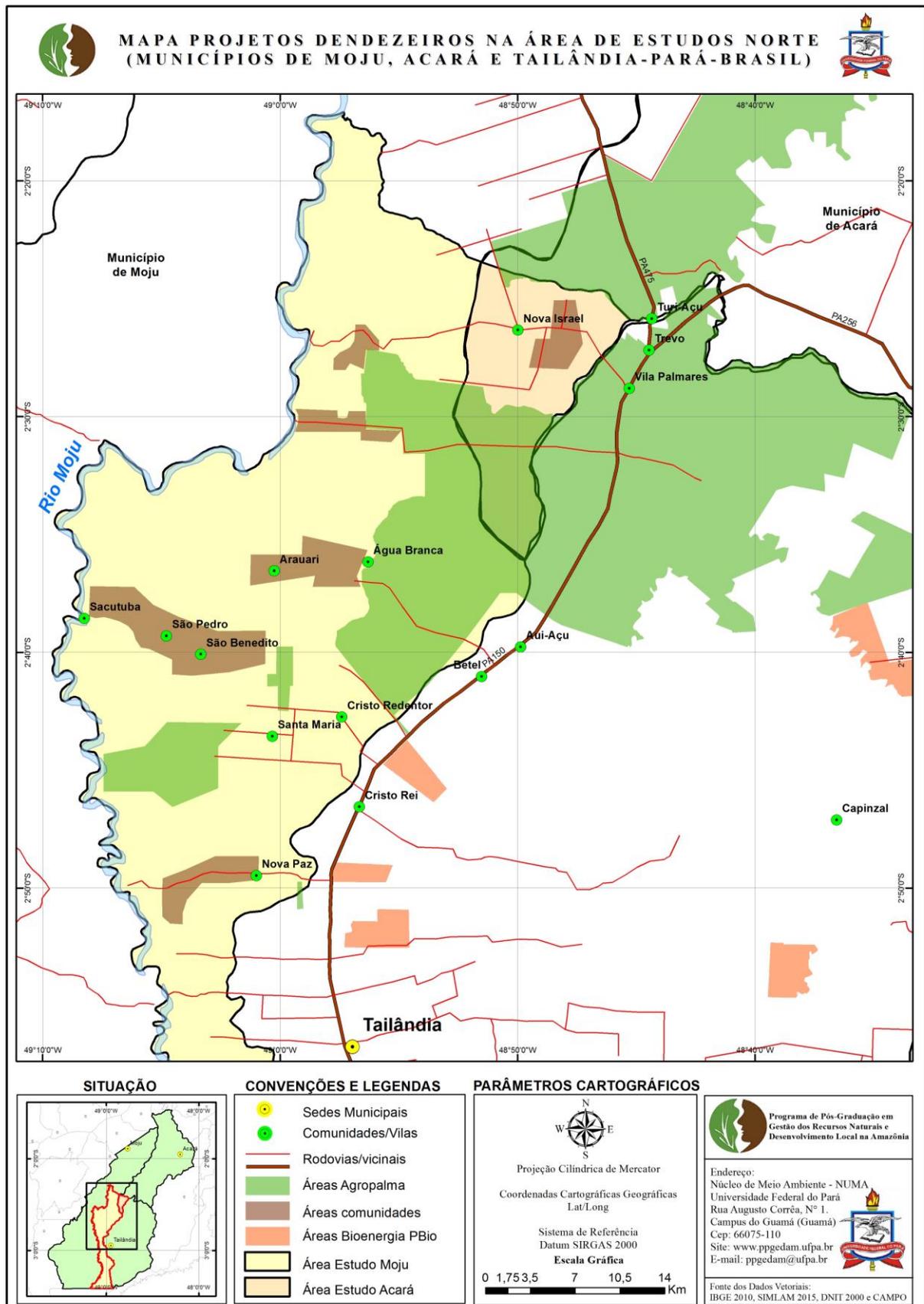
De outro modo, o cultivo dessa oleaginosa também ocorre em algumas comunidades visitadas, com estimativa de aproximadamente 74 km² ocupados, pois se encontram dispersas em pequenas faixas às margens das vicinais, distribuídos em lotes de agricultura familiar com exploração não definida, mas que ocupam áreas de até 1 módulo rural ou 25 ha. (250m x 1.000m).

Segundo dados do INCRA, o Módulo de Exploração Indefinida – MEI, é uma medida expressa em hectares, pelo conceito de módulo rural, para o imóvel com exploração não definida e varia entre 5 e 100 hectares. No caso dos municípios estudados, os MEI equivalem a 30 hectares, e cobrem parcialmente na ordem de ¼ de suas superfícies totais, atingindo 227.346,25 ha para Moju, 108.594,25 ha para Acará e 110.754,75 ha para Tailândia, e de acordo com a Zona Típica de Módulo (ZTM)⁵¹ do município de localização do imóvel rural, neste caso são classificados como B3.

⁵⁰ Referente a um conjunto de parcelas, sendo esta denominação mais comum nos grandes projetos.

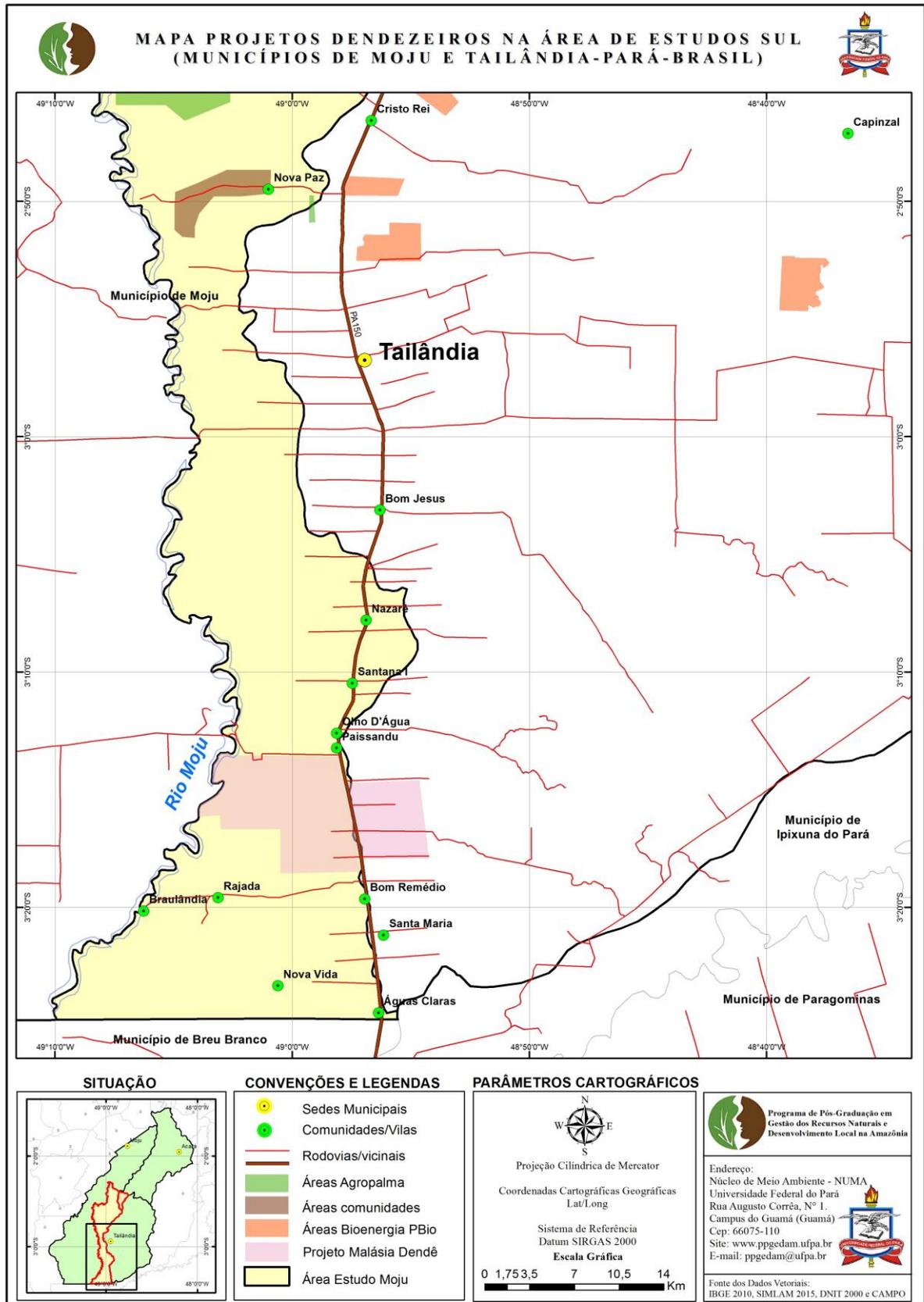
⁵¹Instrução Especial INCRA IE 59/97 - Art. 2º - Fração Mínima de Parcelamento - FMP, prevista para as capitais dos estados, aos municípios classificados nas Zonas Típicas de Módulo “B” e “C”, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 8º da Lei nº5.868, de 12 de dezembro de 1972.

Figura 15 – Canteiros da Agropolma, Bioenergia e na Agricultura Familiar, na Área Norte.



Fonte: IBGE, 2010 / INCRA. Adaptada pelo autor (2015)

Figura 16 – Canteiros Agropalma, Bioenergia, Agricultura Familiar e Projeto Malásia, na Área Sul.



Fonte: IBGE, 2010 / INCRA. Adaptada pelo autor (2015)

De acordo com a localização no município, a identificação para as áreas de dendezeiros é, apesar de ainda dispersa, muito importante para este trabalho. Tal afirmação encontra respaldo pelo fato de que a abrangência dos dendezeiros, nos municípios e na Área de Estudo, tem grande representação, pois se torna indicador para um dos fatores preponderantes pela permanência dessas famílias nas proximidades do rio Moju e da PA-150.

Um evento que justifica a afirmação acima, ficou perceptível, pelo surgimento de outras comunidades, neste caso, pela intensificação do processo de crescimento das comunidades pelas famílias e seus descendentes, quando passam a ocupar áreas contíguas sem perder o vínculo familiar. Assim, deixa de existir a fronteira para serem espaços contíguos às faixas mais limítrofe das comunidades e perpassar ao que denominamos de limite municipal.

O grupo familiar ali residente, por conta da distância em que se encontra de sua sede municipal, busca relacionar sua disposição de mão de obra com um núcleo maior, que lhe proporcione um atendimento imediato das suas necessidades sociais. No processo de ocupação da Área de Estudo, se configura como um novo evento, e em reuniões, durante as visitas nas comunidades, em algumas ocasiões, buscou-se as informações sobre essas novas famílias criadas, com objetivo de estimar um valor para essa população já fixada no recorte.

A Tabela 4 revela os dados do aspecto demográfico na contagem da população, até a época da última visita no campo, em março, e atualizada em novembro de 2015. Considerou-se que cada família tem em média 5 pessoas, como maior expressão, porém, existem casos isolados com até 12 pessoas descendentes na mesma família.

Nestes aspectos, os indicadores contaram as famílias fixas (com produção no próprio lote), temporárias (quando trabalham fora semanalmente ou retornam no final de uma empreitada), migratórias (quando atuam entre as comunidades, mas dentro do município), imigratórias ou emigratórias⁵² (quando têm origem fora do município, mesmo que vizinho) e pessoas em trânsito (grupos ou indivíduos que usam os acessos e atuam na comunidade, utilizando-a para serviços temporários, pouso e consumo).

Tabela 4 – Contagem de famílias envolvidas com o espaço em uso nas comunidades.

	ÁREA DE ESTUDO	DEMOGRAFIA DAS COMUNIDADES (2015)					TOTAL
		Fixa	Temp.	Migra.	Imigra.	Transit.	
MOJU (12)	Sacutuba	900	0	0	0	0	900
	São Benedito	250	0	0	10	150	410
	Santa Maria	400	0	20	0	700	1120
	Cristo Redentor	480	240	240	0	70	1030
	Nova Paz	450	10	100	10	100	670
	Nazaré	500	50	20	5	50	625

⁵² O residente que observa o novo chegando (imigrante). Quando vê o residente saindo (emigrante)

	Santana I	250	25	15	5	300	595
	Olho D'Água	1300	75	50	250	150	1825
	Rajada	500	75	75	0	150	800
	Braulândia	100	25	15	10	150	300
	Nova Vida	200	100	0	0	0	300
	Aguas Claras	1400	25	75	5	0	1505
ACARÁ (01)	Nova Israel	2500	15	350	150	100	3115
	13 Comunidades	9.230	640	960	445	1.920	
Demografia Total: 13.195							

Fonte: Elaborada pelo autor

A contagem nas comunidades, em sua maioria, apresenta características que destoam das contagens de assentamentos criados na região. Segundo o INCRA alguns assentamentos estão dispostos nas principais vicinais e entre ramais que compõem a malha viária na Área de Estudo. Observa-se que as comunidades que apresentam maior índice populacional estão diretamente instaladas as margens da rodovia PA-150 (ou PA-475), que a exemplo de Tailândia, também surgiram de um Assentamento, dentro ou fora do recorte.

Esse detalhe ganha mais importância quanto a este trecho rodoviário, ao se considerar a Área de Estudo pelo limite político, que serpenteia na estrada com a espacialização entre as comunidades de Nova Israel, Olho D'Água e Águas Claras, que estão localizadas na porção mais extrema Norte, na porção central (após Tailândia), e na porção mais extrema Sul, respectivamente.

Suas importâncias sugerem que a espacialização inferida entre a Área de Estudo e o município de Tailândia, caso sejam adicionados ao município, passa a promover uma relação entre o centro (sede) e as comunidades destacadas. Estas causam as devidas alterações por redefinir suas novas centralidades, e condicionam a formação de novas periferias, ou novos centros urbanos, para a área de abrangência da Área de Estudo, tópico deste capítulo.

Caso esses novos processos e movimentos apontados pelo estudo fiquem evidenciados, pelas centralizações dos interesses e pelas descentralizações com as ocupações de outros espaços, eles provocarão, na gestão local (e dos demais municípios), uma imediata necessidade de revisão do espaço interno deste novo território ampliado, com um expressivo quantitativo para o aspecto demográfico ou da população local.

Ao compararmos os valores dos programas IQA e PTDRS do Baixo Tocantins (Censo 2010) com os Dados das Comunidades, até as pesquisas em 2015, obtivemos valores confrontados na Tabela 5, demonstrando a importância de um estudo específico e aprofundado sobre os quantitativos populacionais neste recorte.

Tabela 5 – Aspecto Demográfico ou da População Local

Municípios Estudados	2010				Março de 2015	
	IQA		PTDRS		Área de Estudo (recorte)	
	População	hab./km ²	População	% (1)	População	% (2)
Acará	53.569	12,33	52.353	8,46	2.500	0,04
Moju	70.018	7,70	68.070	20,93	6.730	0,09
Tailândia	79.297	17,90	79.282	18,92	NC	

Fonte: Elaborada pelo autor. IBGE e Dados Programas IQA/PTDRS e Levantamento de Campo nas comunidades

Legenda: hab./km² = Densidade Demográfica % (1) = Crescimento % (2) = Média do Total População

Os dados tabelados demonstram que a metodologia adotada pelo Programa IQA, para contagem da população, apresenta uma pequena variação (para maior), apesar de terem sido compilados a partir do Censo IBGE 2010. Esses valores não comprometem os valores estimados para a Área de Estudo, durante as visitas até 2015. Porém, caso esta porção territorial seja adicionada a Tailândia, podemos estimar que sua nova Demografia crescerá na ordem de 88.527 habitantes, isto é, um acréscimo de 0,89%.

Os aspectos socioeconômicos e ambientais serão distribuídos na Tabela 6, seguindo pela educação – que inter-relacionem as comunidades, e pela produção – que apresentam algum desenvolvimento local⁵³ a contribuir no desenvolvimento na região.

Desse conjunto, inicialmente, foram selecionadas 15 comunidades para definir os indicadores de educação e produção, como base para análise do perfil socioeconômico da Área de Estudo. Os mesmos aferiram o desenvolvimento das comunidades.

Esse parâmetro de elenco serviu como um espelho na comparação entre as demais comunidades vilas, e de modo geral, entre as 72 comunidades existentes no entorno, como um todo. Envolve outras porções territoriais nos municípios estudados e os referentes à Área de Estudo, sendo 33 comunidades inseridas no município de Moju e 03 nas dependências de Acará.

Tabela 6 – Distribuição das Unidades Escolares por Municípios na Área de Estudo

LOCAL	NA ÁREA DE ESTUDO	NÍVEL FUNDAMENTAL - EDUCANDOS 2014		
		Infantil	Menor	Maior
MOJU (33)	Águas Claras	30	120	0
	Arco Iris			
	Bom Jesus I			
	Bom Remédio			
	Braulândia	25	0	0
	Costa e Silva			
	Cristo Redentor	23	20	20
	Deus É Amor			
	Deus Proverá			
	Galileia do Trevo			

⁵³Como uma ação proativa, identificação e ativação de recursos endógenos capazes de criar um processo virtuoso e instaurar ações autônomas; é, portanto, desencadeado de dentro para fora; é qualitativo e multidimensional. (FERRARINI, 2012, p. 235)

	IPI			
	Monte Sinai			
	Nazaré	40	20	0
	Nossa Senhora da Ajuda			
	Nossa Senhora de Fátima			
	Nossa Senhora de Fátima II			
	Nova Aliança			
	Nova Paz	25	60	0
	Nova União			
	Nova Vida	12	0	0
	Olho D'Água	70	300	0
	Rajada	100	0	0
	Sacutuba	24	76	118
	Sagrado Coração de Maria			
	Santa Maria	84	0	0
	Santa Tereza			
	Santana I	30	37	0
	São Benedito	10	16	0
	São Domingo I			
	São Francisco Canindé			
	São José Operário			
	São Mateus			
ACARÁ (03)	Nova Israel	90	120	0
	Passo a Passo			
	Santa Inês			
	37 COMUNIDADES	563	769	138
		1.470 Educandos		

Fonte: Elaborada pelo autor

Em atenção, a posição geográfica dessas comunidades, pelo fato de estarem inseridas neste contexto territorial, pode ser entendido que existe um indicador de desenvolvimento no recorte, pois, em cada comunidade, tem-se a presença de escolas, e este é o item principal usado pelo indicador para a educação.

Além desse universo, mesmo sem contabilizar, registramos as 35 comunidades no território de Tailândia, as 08 comunidades no território de Moju e a comunidade de Monte Orebi, no território de Acará, distribuídas no entorno da Área de Estudo, logo, não foram consultadas durante as pesquisas de campo. E este item da educação, mostrou que todas as comunidades visitadas contam com escolas, sendo a maioria de alvenaria e algumas de madeira. Estas escolas indicaram atividades regulares nos períodos letivos.

Atendendo a estas demandas anuais, a produção de hortifrutigranjeiros das comunidades é absorvida por Tailândia, e grande parte é transformada em complemento alimentar, e abastece as escolas na merenda escolar. Esta também é distribuída (no recorte) para os 1.470 alunos matriculados no ensino fundamental, pois a maioria são adolescentes na faixa etária até 16 anos, que estudam nos níveis infantil, fundamental menor e maior.

Estes educandos correspondem a 30% da população total das comunidades analisadas. Sublinhe-se que a maioria das escolas, apesar de estarem localizadas nos

municípios de Moju e Acará, são atendidas pelos recursos administrativos do município de Tailândia, com merenda e transporte para alunos e professores.

Em detalhamento, observamos que dos 1.332 educandos que estão matriculados nos níveis infantil e fundamental menor, ainda representam 90% do total tabulado. Logo, somente 10% dos educandos, ou seja, os 138 alunos cursam o nível fundamental maior nas comunidades. Durante o período do trabalho de campo, verificou-se que há uma tendência entre os jovens das comunidades, de irem cursar o fundamental maior no município de Tailândia. Também pode-se incluir, os que cursam o ensino médio, pois, diariamente aproveitam a rotina do transporte escolar que vem de Tailândia no turno da manhã, e retornam no fim da tarde. A logística é facilitada, porque acompanha os horários dos turnos e do cronograma escolar, pois o motorista e o ônibus ficam na comunidade atendida por último.

No que tange ao número de educandos matriculados, pode-se considerar que o serviço é a contento da realidade da região. Praticamente todas as crianças e adolescentes em idade escolar estão estudando na sua comunidade, na vizinha ou na cidade de Tailândia.

De acordo com o ranking nacional do Ideb⁵⁴, na análise para a 4ªSérie/5ºAno, que corresponde aos anos iniciais do ensino fundamental, o Estado ocupa a última posição (26ª), juntamente com o Amapá. E na análise para a 8ªSérie/9ºAno, que corresponde aos anos finais do ensino fundamental, o estado ocupa a 17ª posição, concorrendo ainda com o Amapá e Roraima, pelo levantamento para o período 2007 a 2013, com contagem a cada 2 anos.

As mesmas análises, período e contagem foram consideradas, evidenciando-se o Estado e os municípios estudados da Região de Integração Tocantins⁵⁵, que apresentam resultados satisfatórios, para as análises de Metas Alcançadas e Projetadas, segundo distribuição nas Tabelas 7 a 10, abaixo:

Tabelas 7 a 10 – Análises dos Indicadores de Desenvolvimento da Educação no estado e municípios estudados.

Estado do Pará - 4ª série / 5º ano												
Ideb Observado					Metas Projetadas							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
2.7	3.0	3.6	4.0	3.8	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9

⁵⁴ Indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação). Disponível no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), na Série Documental – Texto para Discussão nº 26, disponível em: <www.inep.gov.br>

⁵⁵RI Tocantins é composta de 11 Municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Município de ACARÁ - 4ª série / 5º ano - 8ª série / 9º ano												
Ideb Observado					Metas Projetadas							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
2.3	2.6	3.6	3.8	3.5	2.4	2.8	3.2	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7
3.1	3.0	3.6	3.4	3.5	3.2	3.3	3.6	4.0	4.4	4.6	4.9	5.2

Município de MOJU - 4ª série / 5º ano - 8ª série / 9º ano												
Ideb Observado					Metas Projetadas							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
2.1	2.6	3.4	4.1	3.5	2.3	2.9	3.4	3.7	3.9	4.2	4.6	4.9
3.0	3.3	3.8	3.7	3.5	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.5	4.8	5.1

Município de TAILÂNDIA - 4ª série / 5º ano												
Ideb Observado					Metas Projetadas							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
2.7	3.0	3.5	4.0	4.0	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9
2.7	3.2	3.3	3.3	3.4	2.8	2.9	3.2	3.6	4.0	4.3	4.5	4.8

Fontes: Ideb – Série Documental – Texto para Discussão nº 26, disponível em: <www.inep.gov.br>

Legenda: Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta

Estes arranjos, onde se inserem os indicadores educacionais pelo espaço ofertado, independentemente da posição geográfica, são observados por Raffestin (1993, p.161), que “a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas”, portanto, buscamos, no recorte do território, os valores individualizados nas comunidades, e assim pudemos estimar outro indicador, o de Produção pela agricultura e outras culturas que existem na Área de Estudo.

A relação produção/produto/consumo entre a agricultura familiar⁵⁶ e o médio fazendeiro, ocorre de forma mais localizada, porém, em algumas atividades correlatas como os serviços agrícolas, os produtos gerados ou colhidos e o transporte desta produção às comunidades de consumo, se relacionam no âmbito interno e externo, das comunidades produtoras, e constituem para estes grupos uma extensão na base da produção.

Muitos desses atores da produção comunitária são oriundos de outras regiões, com maior evidência para o nordeste, sudeste e sul do país. Outra evidência neste recorte, cabem os postos de trabalho secundários, que são destinados aos nativos paraenses, maranhenses, piauienses, cearenses entre outros, ligados ao roçado e as atividades intensas, executadas

⁵⁶ O cultivo da terra de uma família, onde os agricultores são gestores e trabalhadores das suas próprias terras.

durante o plantio e colheita. Realizamos uma amostragem de produção por comunidades listadas na Tabela 11.

Este expressivo contingente de força de trabalho, também representa aos que atuam, de forma individual, na cadeia da monocultura do dendê, ou compartilhada, utilizando parcelas de suas terras formando grupos familiares para a cultura da palma em seus lotes rurais. O estudo aponta que esses agricultores, além de permutar entre suas atividades rurais, de campo e a monocultura, pela proximidade com as residências, passam a fixar no campo o grupo de trabalhadores temporários que lhes presta serviços, na manutenção dos canteiros e extração dos frutos a época da colheita.

Tabela 11 – Dados brutos em quilograma dos vários produtos da produção familiar em empreendimentos locais.

	ÁREA DE ESTUDO	PRODUÇÃO - QUANTIDADE E DESTINO (Kg)					TOTAL
		LOCAL	MOJU	TAILÂNDIA	ACARA	OUTROS	
MOJU (12)	Sacutuba	1000	10000	12000	0	10000	33000
	São Benedito	2500	0	20000	0	2500	25000
	Santa Maria	6000	0	6000	0	0	12000
	Cristo Redentor	50000	0	350000	0	37000	437000
	Nova Paz	2000	0	14800	5000	12000	33800
	Nazaré	2500	0	13000	0	800	16300
	Santana I	150	0	1200	0	100	1450
	Olho D'Água	2500	0	22000	0	0	24500
	Rajada	1500	0	10000	0	1500	13000
	Braulândia	6000	0	30000	0	4000	40000
	Nova Vida	600	0	3800	0	0	4400
	Aguas Claras	10000	0	45000	0	20000	75000
ACARÁ (01)	Nova Israel	5000	0	50000	0	10000	65000
	13 Comunidades	89750	10000	577800	5000	97900	
Produção Total / Ano = 780.450 kg							

Fonte: Elaborado pelo autor

A produção absoluta que engloba várias produções nas 13 comunidades (02 não puderam ser visitadas), na escala produção/ano, pode ser considerada bem significativa, conforme registra os dados tabulados para 2014, que foi de 780 toneladas, e possui como principal mercado consumidor o município de Tailândia, que fica com mais de 80%, apesar de que a produção é marcada por sazonalidades. Um exemplo é o extrativismo da castanha e a tradicional cultura da macaxeira, que pode ser negociada tanto *in natura* (com ou sem casca) ou beneficiada como farinha.

Ao se hierarquizar alguns indicadores quantitativos, a comunidade de Cristo Redentor ocupa, neste trabalho, o primeiro lugar no ranking de produção com 55% do total. A diferença em relação ao segundo lugar é gritante. A comunidade de Águas Claras detém somente 9% do total da produção, seguida de Nova Israel com 8%.

Tal destaque para a comunidade Cristo Redentor pode ser explicado sob os aspectos político e organizacional e por conta do fortalecimento da Associação de produtores, marcada pela presença de migrantes, principalmente do Rio Grande do Sul, com aplicação de investimentos de grupos empresariais que atuam na manufatura da produção local.

Outro indicador é a presença quase constante da assistência técnica voltada para atender a produção rural na comunidade, em particular pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - Emater, assim como pela facilidade de acesso aos créditos rurais, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO.

Se considerarmos apenas a população das comunidades/escolas inseridas no recorte, teremos um universo na casa dos 5.000 habitantes, de acordo com o levantamento realizado durante as visitas de campo, a considerar, pela informação dos participantes e lideranças comunitárias envolvidas.

A sistematização do número de famílias trabalhou com estimativas, e uma constante de 05 indivíduos por família, como sendo a maioria representativa nas comunidades. Observamos também casos em que algumas famílias são constituídas de 08 a 12 pessoas por casal, mesmo que em número reduzido nas comunidades, torna-se comum pela presença de munícipes de outras regiões, e uma realidade nesses aglomerados de moradias. Os números foram computados durante o último levantamento em campo, junto às comunidades com esta especificidade.

Esses dados contabilizados, mesmo por estarem localizados na Área de Estudo, também refletem e corroboram outras verdades numéricas, normalmente adicionadas a famílias agricultoras ou de assentamentos agrícolas, como uma expressão de outros grupos familiares migrantes.

3.3. Os fluxos de serviços, distribuição da produção e consumo das comunidades

3.3.1 OS FLUXOS NA ÁREA NORTE

Os capítulos anteriores nos conduzem a buscar entendimentos sobre os processos que envolvem a produção e o escoamento desta, a partir das comunidades inseridas no recorte da Área de Estudo, tanto na Área Norte como na Área Sul.

Sendo assim, nos foi necessário detalharmos esses eventos, através do mapeamento representativo e participativo, conforme nos foi relato a cada visita aos municípios, que descreveram sobre as dificuldades existentes, diante suas necessidades relacionadas aos recursos e fluxos de transportes, que envolvem os aportes existentes, como as rodovias asfaltadas, estradas secundárias, vicinais, pontes, iluminação, telefonia, entre outros serviços, de forma que seus produtos sejam garantidos aos diversos destinos,

Outras implicações para garantir a saída e chegada dos produtos, aos destinos finais, tratam sobre a relação existente para o fornecimento e uso contínuo dos produtos e serviços entre os núcleos (quase um escambo), como dito anteriormente, é uma extensão no processo da base de produção nas comunidades.

Há de se considerar as constantes variações políticas locais, também implícitas nos processos de produzir e fornecer, que podem promover ou simplesmente frear seu progresso, pela implementação ou ausência de políticas públicas, por parte do gestor público.

Nos Fluxos Norte e Sul, os indicadores dos serviços, da distribuição de produção e de consumo, que são promovidos nas comunidades, nas sedes, no local ou entorno, sofrem constantes variações, conforme apresentamos nos mapas, de forma conjunta.

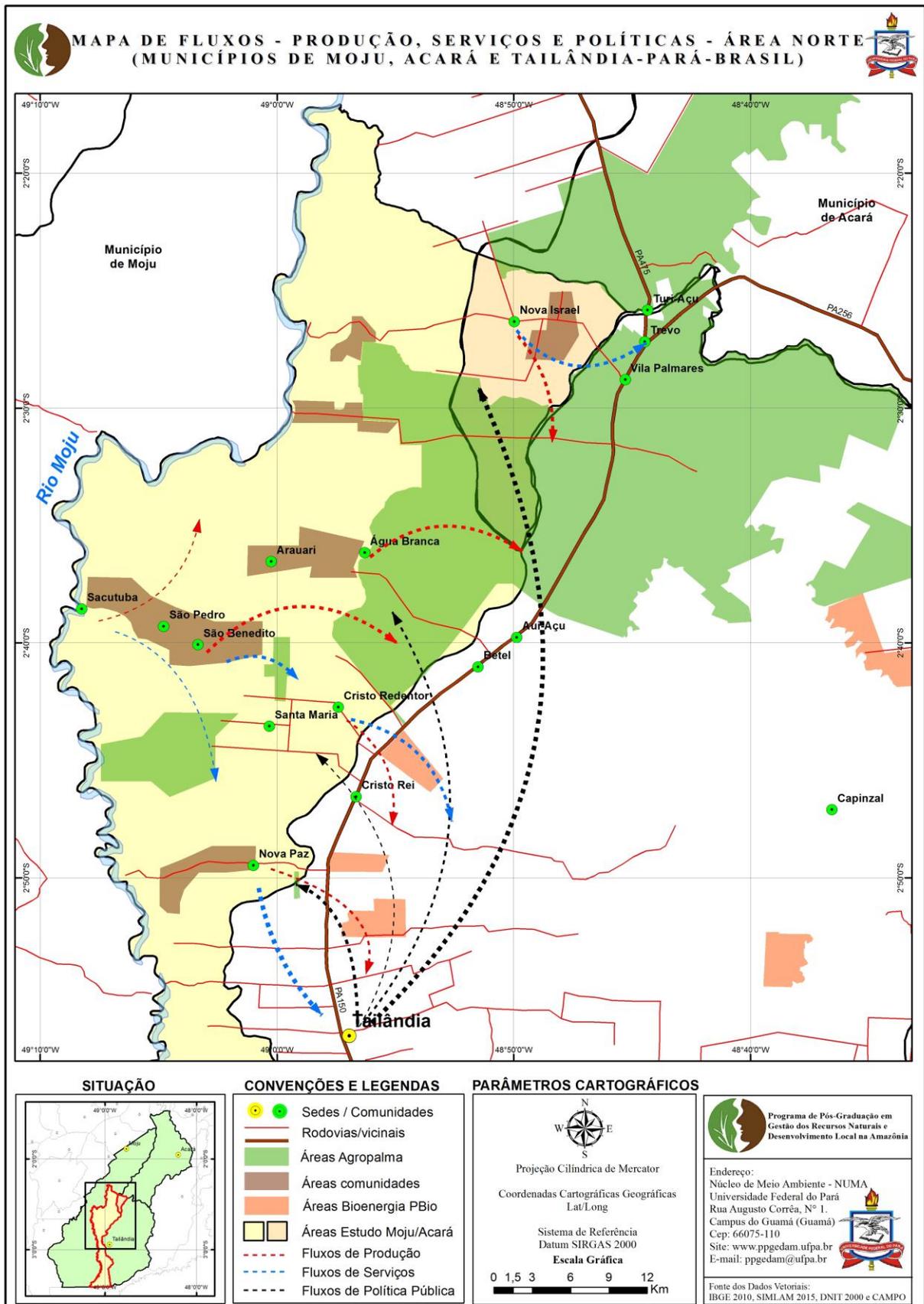
No Fluxo Norte, a Figura 17 mostra a presença intensiva da cultura da palma de óleo, distribuída além do recorte da Área de Estudo, entre os municípios estudados. Ocupa, por necessidade, extensas áreas de plantio e uma rede hídrica consistente para atender as necessidades da palmácea na sustentabilidade de seus canteiros e parcelas. Como citamos, as bacias dos rios Moju e Acará, promovem tal sistema natural para o abastecimento.

Quanto as políticas públicas, no Fluxo Norte, estas exercem maior presença e ação, nos processos relacionados com a produção e os serviços, pois buscam equilibrar os incentivos fiscais que a gestão precisa dispor. Assim, Tailândia realiza permuta com os serviços praticados pelos grupos empresariais instalados em seus limites, exercendo a governança no território, que garante o atendimento às comunidades no município vizinho.

De mesma forma, as prestadoras de serviços, contratadas pelas grandes corporações estabelecidas nos municípios paraense, procuram adquirir áreas próximas aos centros urbanos, facilitando empregar grandes contingentes de mão de obra, assim como para locação dos pátios de transportes e serviços.

Pela proximidade ao concentrado de áreas para o plantio de dendê, a pesquisa observou que isto ocorre de forma estratégica, na sede de Tailândia, em detrimento as outras sedes da região, com referência a arrecadações fiscais e municipais.

Figura 17 – Os fluxos e as ações internas na Área Norte



Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pelo autor (2015)

3.3.2 OS FLUXOS NA ÁREA SUL

Na porção Sul, de forma inversa, os fluxos das políticas públicas estão mais concentrados nas comunidades ligadas nas infraestruturas de espaços com desenvolvimento, isto é, nas proximidades das principais vias de escoamento e de prestação de serviços, por estarem no trajeto dos serviços advindos de outros locais, e de receber informações de produções de maior demanda que estão sendo transportadas.

Estes processos observados no mapa de fluxos da Figura 18, destacam as demais comunidades que apresentam maior (e menor) produção, pela posição geográfica no recorte, estão distantes do maciço com plantio de dendê, e que flutuam por entre suas vicinais, atendendo ou buscando serviços e produtos. O mapa torna visíveis esses movimentos, que se interligam aos serviços no atendimento às comunidades e mesmo no entorno do recorte, sua concentração de produção e consumo evidencia o trecho entre Tailândia e Águas Claras.

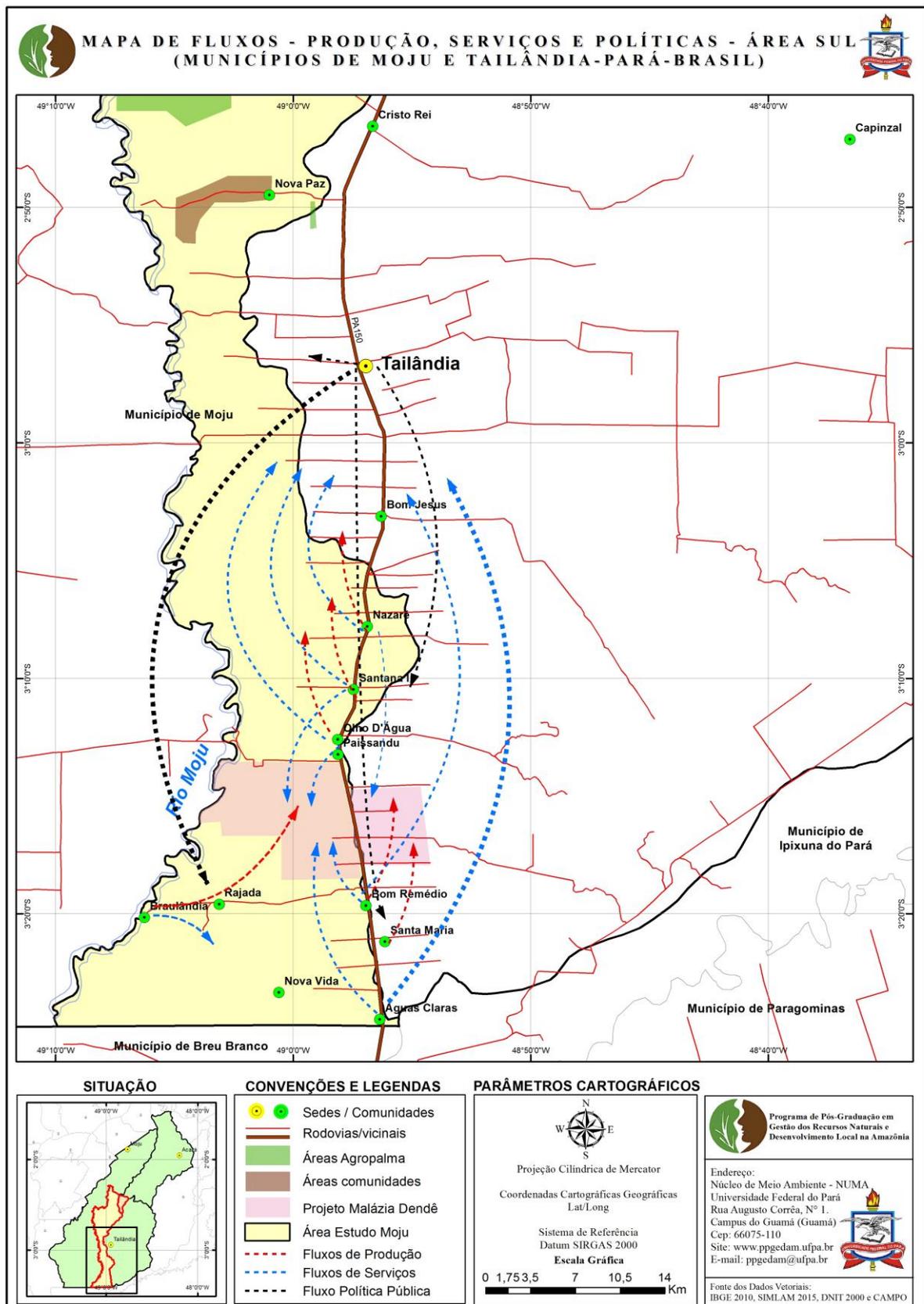
Nesta porção, também destacamos o fluxo de trabalhos desempenhados pelas famílias que não atuam na produção da agricultura familiar, porém, são importantes no processo de atendimentos aos agricultores e produtores de outras culturas, como hortifrutigranjeiro, piscicultura de tanque, entre outras.

Por não estarem na região do dendê, podem atuar através de contratos temporários (ou contratação direta pessoa-pessoa) sem fins empregatícios, para o plantio e colheita de diversos SAF's. Esse grupo faz parte das famílias residentes temporários nas comunidades, justamente pelo deslocamento entre comunidades e até mesmo entre municípios, retornando somente quando se encerra a safra ou a demanda do trabalho contratado.

Outro aspecto de fluxos neste espaço, é observado no âmbito escolar, pois nas comunidades onde não existem escolas de ensino para os níveis infantil e fundamental, passam a buscar nas comunidades vizinhas a continuidade do aprendizado, mesmo quando não recebem o suporte para o transporte escolar entre os núcleos e a sede de Tailândia.

Quanto a presença de outros grupos empresariais nesta porção da Área de Estudo, não temos grandes participações, porém, sua proximidade com o polo de Tucuruí, no prolongamento da PA-150, e no município de Breu Branco, acaba por transformar esta parte sul, onde se encontra a comunidade vila de Águas Claras, com interesses empresarias, ali se estabelecendo, pois é um núcleo que aponta como um futuro de desenvolvimento local.

Figura 18 – Os fluxos e as ações internas na Área Sul.



Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pelo autor (2015)

Em períodos de entressafra as famílias dedicam-se exclusivamente às ocupações da agricultura familiar e outras culturas complementares. Por isso, os Mapas de Fluxos expressam movimentos diferenciados, não somente pela quantidade de comunidades em cada porção (Norte e Sul) como pelas atividades também intrínsecas à Área de Estudo.

No Estado, as instâncias de governo participam diretamente para que políticas públicas sejam incrementadas no território tailandense e possibilitem ao município envolver outros entes econômicos, através de parcerias, e engajamento no atendimento aos seus munícipes (e no recorte de ocupação). Tais políticas alcançam grande parte da população através da oferta de serviços e qualificação profissional, que são aplicadas no decorrer de suas atividades, internamente e externamente ao campo da gestão municipal, de acordo com as demandas específicas do setor técnico-industrial a que estão lotados, influenciando, de certo modo, também na Área de Estudo.

Já em 2013, o índice de empregos consolidou o município como principal empregador, principalmente na RI Tocantins, neste conjunto, beneficia vários profissionais como: tratoristas, operador de trator de lâmina, operador de pá carregadeira, operador de retroescavadeira motriz e hidráulica, operador de rolo, servente, pedreiro, carpinteiro e juqueiro⁵⁷ (serviços gerais), além de outros empregos também impulsionados pelo retorno financeiro da produção.

No Fluxo Norte, os incentivos fiscais alcançam os grupos empresariais e econômicos já instalados, a exemplo, o Grupo Agropalma S.A., que através de repasses financeiros, produção e beneficiamento de matéria prima contribui diretamente com os setores econômicos⁵⁸, que são efetivamente atribuídos às políticas públicas e sociais no município pelo processo empregatício da mão de obra local, em todos seus segmentos e qualificações.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED⁵⁹, regido pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em 2014, o beneficiamento do óleo de palma (1º setor) e o crescente investimento na construção civil e estradas (2º setor), com relação aos registros de trabalho, colocaram Tailândia em 5º lugar, entre os 10 melhores no *ranking* do Estado, perdendo apenas para Altamira, Belém, Marabá e Ananindeua, porém, superou Barcarena, Tucuruí, Santarém, Castanhal e Marituba.

Até a porção Sul, de acordo com o Mapa de Fluxos Sul, os incentivos alcançam outros grupos econômicos e até internacionais, como o Projeto da Malásia, que possibilitará

⁵⁷ Na linguagem formal de campo, o termo faz referência a quem trabalha na mata, no campo ou na juqueira.

⁵⁸ 1º Setor: Governo e fins públicos; 2º Setor: Privado e fins privados; e 3º Setor: ONGs e fins privados.

⁵⁹ LEI 4923/65 – MTE - Registro permanente de admissões e dispensa de empregados - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

um acordo de transferência de tecnologia e investimentos para o óleo de palma, assim como, na produção de soja e milho. Tais investimentos serão implantados em uma área com aproximadamente 101,10 km², destinada para este empreendimento, com 9,20 km faixa da PA-150 e 15,80 km no eixo horizontal, o qual alcança além dos limites de Moju e de Tailândia, compreendida entre as comunidades Vila Bom Remédio e Vila Olho D'Água. Esta última fica próxima ao ramal de acesso a outro grande empreendimento, o Projeto Seringa⁶⁰.

Os padrões de implantação de grandes projetos de investimentos locais combinados com os incentivos fiscais da gestão municipal tendem a incrementar os fluxos de produção, de serviços de mão de obra e a aplicação de políticas públicas (ver Mapa dos Fluxos Sul da Área de Estudo). A gestão pública continua a concentrar suas ofertas nessa área, aguardando que esse empreendimento iniciar as capacitações técnicas na sede do município, e o empresariado instale suas empresas e prestadoras de serviços terceirizadas, da mesma forma como ocorreu na Área Norte da Área de Estudo.

A lógica da implantação de grandes projetos ainda é pelo emprego da mão de obra local em postos que não exigem um nível alto de qualificação técnica, como ocorre na cultura do dendê em nossa região de estudo. Os trabalhadores são contratados temporariamente por empresas terceirizadas⁶¹ que dão preferência aos moradores do município de Tailândia e aos que residem na porção do município de Moju, isto é, na Área de Estudo.

Eles trabalham em várias atividades no canteiro da Agropalma, entre elas, na limpeza dos acessos às parcelas de dendezeiro, que formam as quadras de plantio, ou no processo de poda⁶² das palmeiras para facilitar a extração e coleta do fruto que fica acondicionado em basculantes para transporte.

Apesar de não ser uma atividade técnica (sem treinamento específico), exige certa habilidade no manuseio das ferramentas empregadas no serviço da limpeza, como ilustra a Figura 19. Assim, de alguma forma os grupos de trabalho contratados, ainda disputam entre si com frequência pela permanência nesta atividade como forma de garantia de ganho salarial, mesmo por curtos períodos.

A demanda desta atividade, segundo as terceirizadas e alguns relatos, necessariamente, não precisa constar como item de contrato de prestação de serviços. Observamos ainda, que a partir da sua opção pelo novo emprego, o mercado deixa de trata-lo como agricultor da terra, passando a configurar como mais um trabalhador.

⁶⁰ Seringa Industrial do Pará – SIPASA - Projeto Bovinocultura da Fazenda Boi Branco na vicinal 10 da PA-150.

⁶¹ Permite que a Agropalma direcione o seu corpo técnico para o controle e produção do seu negócio.

⁶² Segundo o dicionário: Cortar, aparar ramos de (plantas); desbastar.

Segundo GLASS (2013, p. 30), os contratos firmados com os pequenos agricultores para a sessão da terra, os estudos e algumas declarações, apontaram

que 50% da renda bruta dos produtores é retido, na forma de: 25% pelo BASA, para quitação do financiamento; e 25% para o pagamento do adubo, fornecido pela Agropalma. Apesar do tempo limitado para quitação do empréstimo (entre 14 e 20 anos, segundo a autora), os custos de adubação são perpétuos (...).

A parceria entre os serviços de gestão pública, privadas e terceirizadas para incorporar a mão de obra dessas comunidades, gerou imediatamente serviços exclusivamente braçais e utilizados pelos investidores e grupos empresariais instalados, contratados temporariamente. Atualmente, atendem aos tailandense, mojuense e acarãense⁶³, que residem na porção Norte do município, e na Área Norte da Área de Estudo, respectivamente.

Figura 19 – Atividade de trabalho temporário empregando mão de obra local: Limpeza de acesso às parcelas e poda das palhas de dendê - Canteiro Agropalma.



Foto: Rocha. J F - Moju/Vila Palmares/Ago2014

Fonte: Pesquisas de campo realizadas pelo autor (2014)

⁶³ Gentílicos para munícipes de Tailândia, Moju e Acará, respectivamente.

Esta mão de obra, descrita neste relato, possui duas características: os profissionais com formação técnica que são absorvidos nos escritórios das empresas para trabalhos mais específicos segundo sua formação, enquanto que os trabalhadores braçais locados nas frentes de trabalho, sempre eram requeridos em dois outros momentos.

O primeiro, principalmente para limpeza das linhas/parcelas, de maior duração, acompanha o período de produção do fruto, para que não ocorra a contaminação das palmeiras por pragas ou espécies invasoras. Em grupos, são destacados para as parcelas de plantio. O serviço, ilustrado pela Figura 19, consiste em executar o corte da palha (poda) na sua ligação com o tronco da palmeira que evitará a concentração de insetos, animais peçonhentos (cobra, aranha, escorpião) e o acúmulo de água da chuva, que pode comprometer na qualidade dos frutos e sujar o canteiro.

O segundo momento, de menor duração, ocorre durante a coleta/embarque, para abastecer, com os cachos do fruto, as caçambas estacionárias (ou containers) que ficam distribuídas nas linhas (caminhos) entre as parcelas, e que após enchidas, são transportadas em caminhão poliguindaste (basculante) até os pátios de beneficiamento da Agropalma. Estes processos são acompanhados e controlados, de forma a garantir a qualidade do fruto e de seu produto final, o óleo de palma.

4. METODOLOGIA DA DEFINIÇÃO DOS NOVOS LIMITES “POSSÍVEIS”.

Durante as abordagens do trabalho sobre aspectos socioeconômicos e ambientais, com amostragem especificamente em 23 comunidades, de um universo constituído pelas 72 existentes e dispostas nos municípios estudados, despertou neste capítulo, a indagação sobre a poligonal que envolveria todos esses processos apresentados até aqui. Por se tratar da proposta aos objetivos, apresentamos também os aspectos metodológicos, aplicados nesta pesquisa, seguindo os mesmos utilizados em IDESP (2014).

Justamente, pela especificidade de cada momento do desenvolvimento e tratamento dos resultados até então alcançados, que dará partida a um novo delimitador municipal com a acurácia medida em campo e as técnicas de georreferenciamento dos dados coletados e tabulados para a definição da nossa Área de Estudo, e a delimitação dos novos limites possíveis.

4.1 Modelo de análise da questão central do trabalho: emancipação municipal e o território “possível”.

Algumas observações, neste estudo, estão bastante presentes com relação a posição do Estado, na hierarquia do poder. Apesar de estar diretamente ligado ao território municipal, não busca um estágio de atendimento a todos (um meio termo), ou um consenso que seja. Até os dias atuais, prevalece o histórico dos processos hierárquicos de relações com a União, que nos reportam a aspectos de manipulação e poder do maior sobre o menor.

Para que o gestor municipal possa atender suas próprias necessidades no âmbito local, são necessárias articulações políticas para envolver populações de comunidades em núcleos contíguos e/ou deslocados, mesmo que para além de suas fronteiras.

Este avanço, retorna como produto dos movimentos internos em seus limites, propõe um prolongamento (mesmo que fictício) para a aplicação das políticas públicas, e intensifica a necessidade de usos e espaços, para um reordenamento territorial.

A necessidade de atendimento, explicitada na Área de Estudo, entendida no modelo de ocupação de uma porção do território e os vários sentimentos de pertencimento, que se justifica como base da reivindicação, se expressa também como um movimento emancipatório que prepara seus primeiros discursos no recorte.

De acordo com Mesquita (1994, p. 175-176, grifo do autor), esses modelos diferem dos demais movimentos sociais, pois apresentam duas características originais:

primeiro, nem sempre há uma definição clara e explícita, para o conjunto dos atores sociais, das posições, dos motivos e dos interesses envolvidos na luta reivindicatória [...]. Segundo, a luta não é mais para reivindicar assistência do poder público local a omissões em suas demandas diretas, nem com vistas a agir privadamente e “voltar as costas ao Estado”, mas para reivindicar autonomia para realizá-las, constituindo seu próprio governo local.

A autora antecede a este pensamento (1994, p. 170), e afirma que

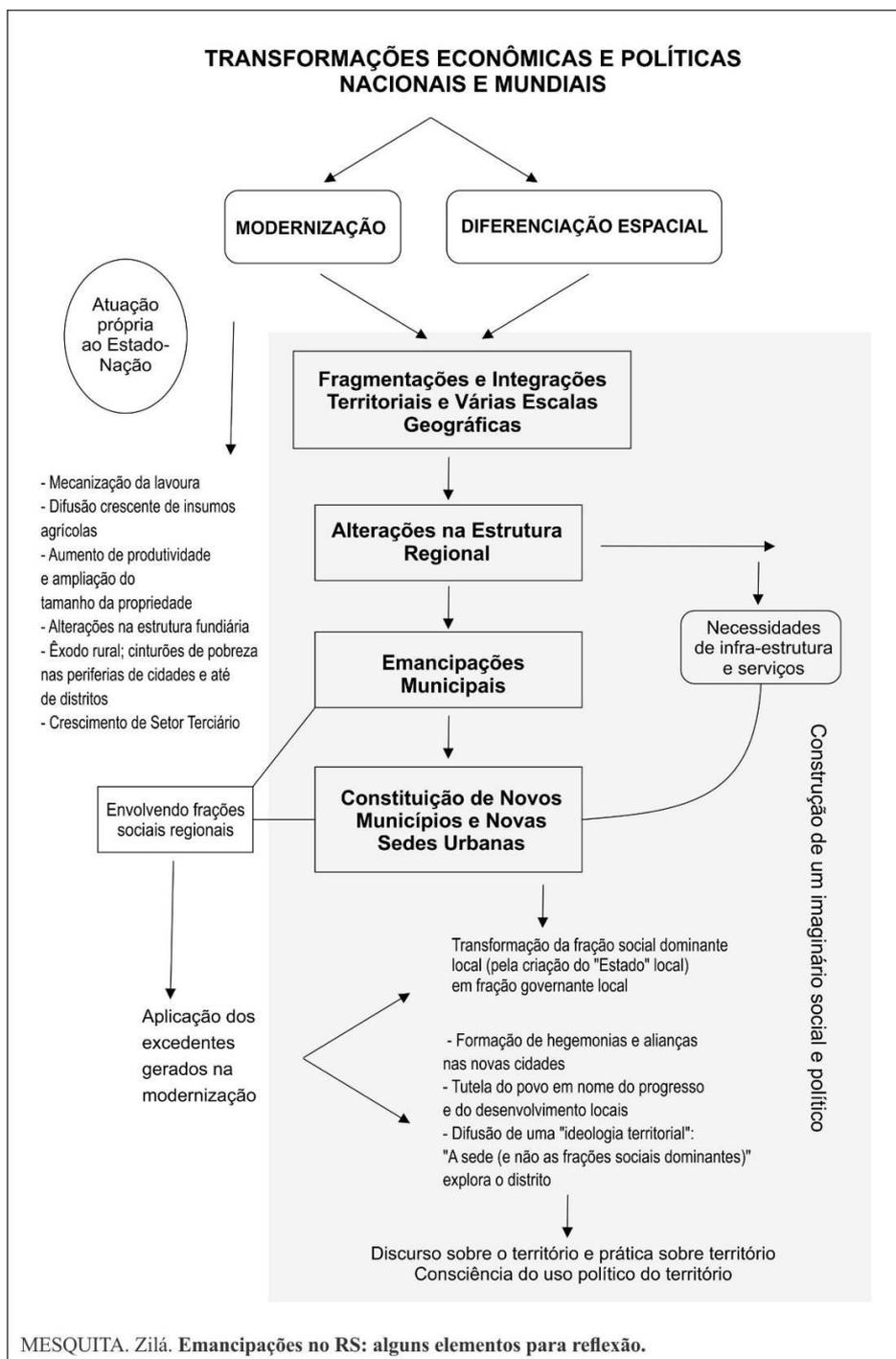
uma explicação para esse surto crescente de emancipações que ultrapasse a mera descrição de uma divisão administrativa conduz à hipótese de que as transformações econômicas e políticas nacionais e mundiais atuam pela modernização (cuja iniciativa cabe ao Estado-Nação), em sua faculdade de homogeneizar a produção e o consumo.

Como hipótese, Mesquita apresenta na Figura 20, um fluxograma das “transformações econômicas e políticas nacionais e mundiais⁶⁴”, que servirão para o entendimento do processo macro, a nível internacional, o que corrobora as dinâmicas sobre as

⁶⁴ Como um esquema conceitual que mostra essas e outras relações envolvidas pelas emancipações.

disputas e governanças sobre os territórios envolvidos nos interesses de gestão, em qualquer escala de conflito.

Figura 20 – Fluxograma de Mesquita. O recorte dos processos na Área de Estudo.

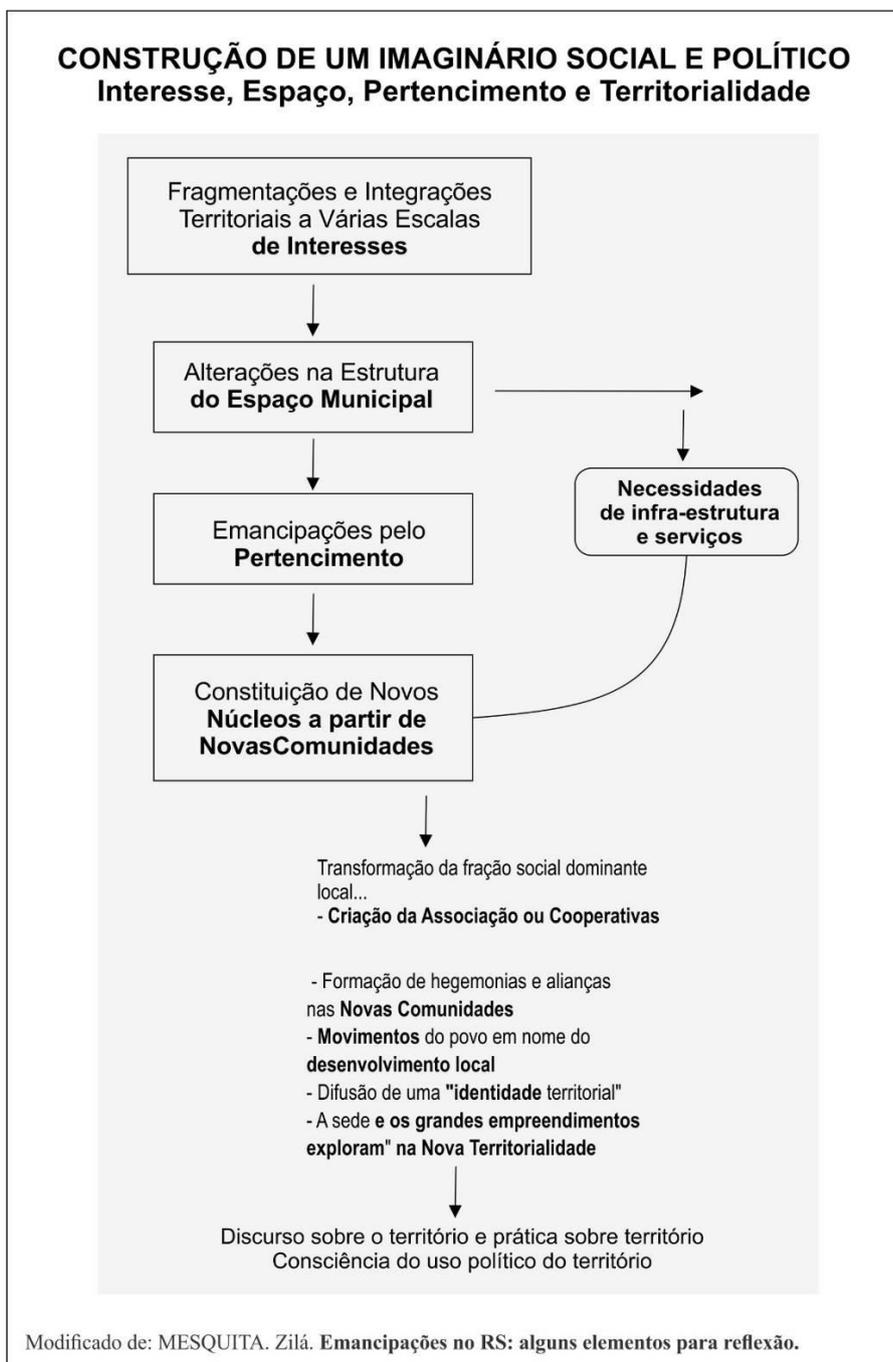


Fonte: Mesquita (1994, p. 183).

Assim, sempre necessitarão das intervenções por parte da União, dos Estados, dos Municípios, dos Grupos Empresariais e principalmente dos Grupos Sociais que atuam nesses espaços há mais tempo, sem outros interesses, que não os de convivência e sobrevivência com o meio natural.

A resposta aos processos e movimentos contrários às expectativas desses grupos pode levar a estágios de guarda dos espaços, quer seja pela permanência, contraria os interesses políticos e outros, quer seja pela manutenção intencional da busca de emancipação territorial.

Figura 21 – Recorte do Fluxograma de Mesquita na representação da Área de Estudo.



Fonte: Modificado a partir do Fluxograma de Mesquita (1994).

Legenda: Os textos em **negrito** representam os processos referentes à Área de Estudo.

No fluxograma de Mesquita (1994, p.183), pelo recorte compilado, sugerimos para o trabalho o destaque (em cinza) modificado e observado pela autora como a faixa da

“Construção de um imaginário social e político”. Este passa a ser o título para o fluxograma da produção desta nova territorialidade, abordada no trabalho, e observada pela sua relação com os limites dos municípios de Moju e Acará com o de Tailândia, definido para a Área de Estudo, conforme ilustrado pela Figura 21, destacando as relações correntes no seu interior

No recorte e a modificação no fluxograma de Mesquita, neste trabalho, busca representar os movimentos presentes, desde os interesses na definição desse espaço, até a afirmação (ou não) do sentimento de pertencimento objetivado pela formação dessa territorialidade, que estão contidos na Área de Estudo. Espacializa todos os eventos que ocorrem na afirmação desses movimentos pela necessidade da flexibilização dos limites políticos.

A construção de um imaginário social e político, como a espinha dorsal (MESQUITA, 1994), do nosso fluxograma, está representado pelo texto destacado (em negrito), na figura da Área de Estudo e sustenta os principais objetivos apontados durante a pesquisa sobre as novas territorialidades, quais sejam: interesse(s), espaço(s), território(s) e o pertencimento, este sim, que é único e definido.

A partir desses elementos é que surgem as escalas de interesses pela fixação no território pretendido, que se inicia com organização desses fragmentos de espaços ocupados, mesmo que desordenados, promovem disputas nos diversos âmbitos, quer sejam político, social e institucional, entre outros.

Assim, a permanência desses grupos, agora constituídos, provoca ao longo do tempo a devida alteração na estrutura do local (física e humana), através dos seus nichos de ocupação. Estes se interligam numa rede complexa e produzem suas necessidades de infraestrutura e serviços (absorção ou produção), inicialmente, sem observar os movimentos de gestão em volta, em qualquer esfera.

Esses nichos de produção e consumo passam a integrar e contabilizar para o perfil socioeconômico da região, do município e do local (o recorte de estudo). Para os conjuntos isolados de produção e consumo são os principais momentos em que se formam as possibilidades e pretensão de se emancipar, partindo do sentimento de pertencimento organizado e estruturado ao longo do tempo.

Então, organizado, mas diante de diversas possibilidades de receber o assistencialismo de direito, os grupos passaram a reivindicar sua autonomia ou construir seu próprio governo local, apesar da dependência dos cuidados do Estado.

Conhecedor de outras gestões, o conjunto de núcleos passa, também, a influenciar nos trâmites políticos dos poderes municipais: o executivo e o legislativo, que lhe incluem nas pautas de gestão. O poder judiciário é atendido pela demanda que compete ao estado.

A possibilidade de uma releitura desses parâmetros de controle/poder entre as esferas envolvidas e envolventes nos encaminhará a interpretações comuns em prol de um sentimento de desenvolvimento local. A combinar, pelo atendimento através dos núcleos urbanos com infraestruturas e serviços. Assim, poder expandir seus acessos a outras comunidades isoladas dentro de um município, mesmo que contíguas ou próximas de polos urbanizados de outra sede municipal.

O gestor municipal (ou estadual), segundo a Lei de Transferências⁶⁵, é o responsável constituído pelo seu território, para que sejam repassadas as parcelas arrecadadas no âmbito do poder federal, para o atendimento (e acessos), em conformidade com a existência de seus recursos naturais, bens e serviços ofertados ao mercado comum.

4.2 Os novos limites “possíveis” do município de Tailândia e métodos criados.

A proposição em delimitar ou redefinir os novos limites “possíveis”, como proposta desta pesquisa, buscou em tempo integral do trabalho respaldos específicos a partir das metodologias indicadas. Nosso entendimento nesta delimitação, inicia com a identificação dos pontos e acidentes naturais, durante as visitas técnicas aos municípios, que foram utilizados para referendar e produzir o texto de descrição dos pontos e da poligonal para o novo limite municipal, assim como seguiu o Cronograma de Atividades sugerido à pesquisa acadêmica, referente aos períodos de campo com as visitas nas comunidades.

No primeiro momento, como representa a Figura 22, o método para descrição das poligonais dos municípios de Moju, Acará e Tailândia, foram identificados os vértices das poligonais da Lei de Criação dos municípios e coletadas as coordenadas geográficas, pela identificação em Carta Planimétrica (analógica) ou através de Imagem Digital (raster).

⁶⁵Instrução Normativa STN nº 01/1997, o Decreto nº 6.170, de 25.7.2007 e a Portaria Interministerial nº 507, de 28.11.2011 (em substituição à Portaria Interministerial nº 127, de 29.5.2008).

Figura 22 – Leitura da Carta Planimétrica no município, às margens do rio Moju.



Fonte: Foto IDESP – visita do pesquisador na Vila Sacutuba/Moju. Agosto (2014)

Aplicou-se também como metodologia do trabalho, e para a atualização da Base Cartográfica Política Administrativa do Estado do Pará, as premissas que também estão constantes no Projeto de Revisão e Atualização dos Limites Municipais do Plano Plurianual (PPA 2012/2015)⁶⁶ do IDESP, em grande parte compilada para os processos seguintes.

No segundo momento, a ida a campo objetivou os dados qualitativos a partir do contato direto, mediado como o apoio da UNICROAT, nas comunidades para realizar as visitas, apresentar a proposta do trabalho acadêmico, registrar os encontros utilizando audiovisual (fotografias, vídeos e documentos), e buscando caracterizar seus espaços através de depoimentos de suas necessidades, propostas locais dos moradores e gestores municipais.

No terceiro momento, a pesquisa empírica priorizou o levantamento de dados sociais nas 15 comunidades com mais expressividade de população. Neste sentido, o metodológico partiu de encontros com os grupos de agricultores, famílias, lideranças e moradores com representação local (professores, empresários, prestadores de serviços e os mais antigos⁶⁷), em destaque no mosaico da Figura 23.

A coleta de dados quantitativos buscou traçar parâmetros para os índices dos indicadores de desenvolvimento local, mesmo que não ocorram em sua plenitude, internamente no conjunto das comunidades, quando consideramos estes dados para os aspectos de Educação e Produção.

⁶⁶ O trabalho do PPA IDESP não foi concluído devido à extinção do Instituto em dezembro de 2014.

⁶⁷ Entenda-se “mais antigos” como os fundadores comunitários (número bem expressivo) ou seus descendentes diretos.

Figura 23 – Coleta de dados com os atores sociais e institucionais no âmbito da Área de Estudo.



Fonte: Pesquisador em reuniões nas comunidades das Áreas de Estudo, novembro 2014 e março 2015.

No início deste trabalho entendemos a leitura das poligonais de criação dos municípios de Moju, Acará e Tailândia, utilizados como fomentadores para a descrição da poligonal e pela definição do recorte nos municípios, na faixa territorial a ser estudada nas porções de Moju e Acará. Este recorte ocupa parcialmente áreas em Moju e Acará, no entanto, em relação à Tailândia é utilizada toda sua extensão limitante com os dois municípios. Assim definimos a poligonal da Área de Estudo.

Para as descrições das quatro poligonais e definição de suas áreas, foram utilizadas as Leis de Criação dos municípios estudados, e as características dos limites definidos, assim como seus históricos de criação com as cessões das parcelas territoriais para a criação de município, que formam as delimitações entre Moju, Acará e Tailândia. Estes fazem parte do conjunto da Divisão Política Administrativa do Estado do Pará e são integrantes da RI Tocantins, juntamente com outros 8 municípios já citados.

Para descrever as duas poligonais da referida Área de Estudo, utilizou-se também de parte do memorial descritivo das Leis de Criação dos municípios, até que se alcançassem outros acidentes naturais como limites, não descritos, mas que envolvessem os territórios contíguos, a fim de criar o nosso recorte territorial, alvo do estudo. Assim, podemos criar e adotar os “novos limites possíveis para o município de Tailândia”, pela somatória ou cessão

dos recortes dos dois municípios, ora delimitados, para juntarem-se e assim formar a nova poligonal, que propõe um novo limite para Tailândia.

Obviamente, tal procedimento somente será possível se a proposta estiver de acordo com todos os trâmites legais e descritos em conformidade com a Lei Complementar Estadual que definirá tal evento de transição territorial, para que ocorra a cessão dessas parcelas a um único município, e que a pesquisa venha contribuir nos processos de debates e ajustes, envolvendo todos os atores, direto ou indiretamente pela proposta lançada.

Feito isso, o município de Tailândia passaria a ocupar uma nova grandeza estadual, com seus confrontantes pelo novo memorial descritivo gerado, que pelo novo cálculo da nova área delimitada. Concomitantemente, o mesmo processo deverá ser executado para descrever nos municípios as devidas reduções para as parcelas cedentes, isto é, reescrever os municípios que terão reduzidas suas áreas em quilômetros quadrados, criando um novo memorial descritivo.

De posse desses dados, serão encaminhados os trechos acrescidos, reduzidos e os constantes nas suas Leis de Criação e na Tabela de Códigos de Municípios que deverá ser atualizado pelo IBGE, que

apresenta a lista dos municípios brasileiros associados a um código composto de 7 dígitos, sendo os dois primeiros referentes ao código do estado. Esta tabela, que reflete a organização do território, é utilizada não apenas pelo IBGE para o processamento das informações de suas pesquisas e cadastros, como também por outras instituições. É atualizada sistematicamente de forma a incluir as alterações decorrentes do desdobramento de municípios e, conseqüentemente, da criação de novos municípios, mudanças de nome dos municípios, como também de processos de fusão que resultam na extinção ou modificação de nome de algum município.

O Instituto ainda controla a Tabela de Códigos das Regiões Metropolitanas, que contém a relação dos municípios e seus códigos, sempre atualizada para a inclusão de municípios pertencentes à região metropolitana de um estado. Observa-se ainda participação na Tabela de Códigos de Países, já na quarta revisão desde 1970, pela *United Nations Standard Country Codes*, elaborada pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, *Standard Country or Area Codes for Statistical Use*, com os nomes dos países ou áreas, em ordem alfabética, relacionados com códigos numéricos de três dígitos, usados com objetivos de processamento estatístico.

Outras instituições permeiam este controle: a Organização Internacional de Padronização (ISO), que utiliza os códigos alfabéticos de três dígitos; a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, que utiliza a abreviação com doze caracteres dos nomes dos

países ou áreas; e os Bancos de Dados das Nações Unidas, que publicam e adotam a composição das regiões geográficas, econômicas e comerciais.

4.2.1 A REDESCRIÇÃO PELA INCORPORAÇÃO: A REVISÃO DO MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA

Aqui retomamos aos limites territoriais do município de Tailândia para a descrição de um novo limite “possível”, a partir dos recortes das porções de Moju e Acará, e de sua agregação ao de Tailândia. Na sequência segue a compilação e a descrição dos trechos limítrofes referentes aos recortes dos municípios vizinhos. A partir de então, será possível descrever um novo limite, aplicando o novo memorial descritivo, expresso pela Figura 21, com base na metodologia utilizada nos trabalhos do Projeto de Revisão dos Limites Municipais do Estado do Pará, realizado pelo Núcleo de Cartografia e Georreferenciamento – NCG, do IDESP (2014), como descrito a seguir:

TAILÂNDIA – PA – DIVISAS – (1507953)**Memorial Descritivo para os Limites Municipais Possíveis (Figura 24):**

Inserida na Zona 22S, na Região de Integração Tocantins, a poligonal do município de Tailândia inicia-se na confluência da foz do igarapé Castanhal com o igarapé Turi-Açu, nos limites com o município de Acará, nas coordenadas aproximadas de 749668m E e 9731038m S. Segue daí pelo álveo do igarapé Turi-Açu, por aproximadamente 8,7 km até sua foz no rio Acará, nas coordenadas aproximadas de 756663mE e 9734819m S. Continua pelo rio Acará, segue a montante, até a foz do rio Urucuré, por aproximadamente 11,41 km, nas coordenadas aproximadas de 758002mE e 9727894m S. Seguindo pelo álveo do rio Urucuré, segue a montante até sua nascente, por aproximadamente 26,8 km, nas coordenadas aproximadas de 777674m E e 9717016m S. Assim, completa parcialmente a faixa Norte.

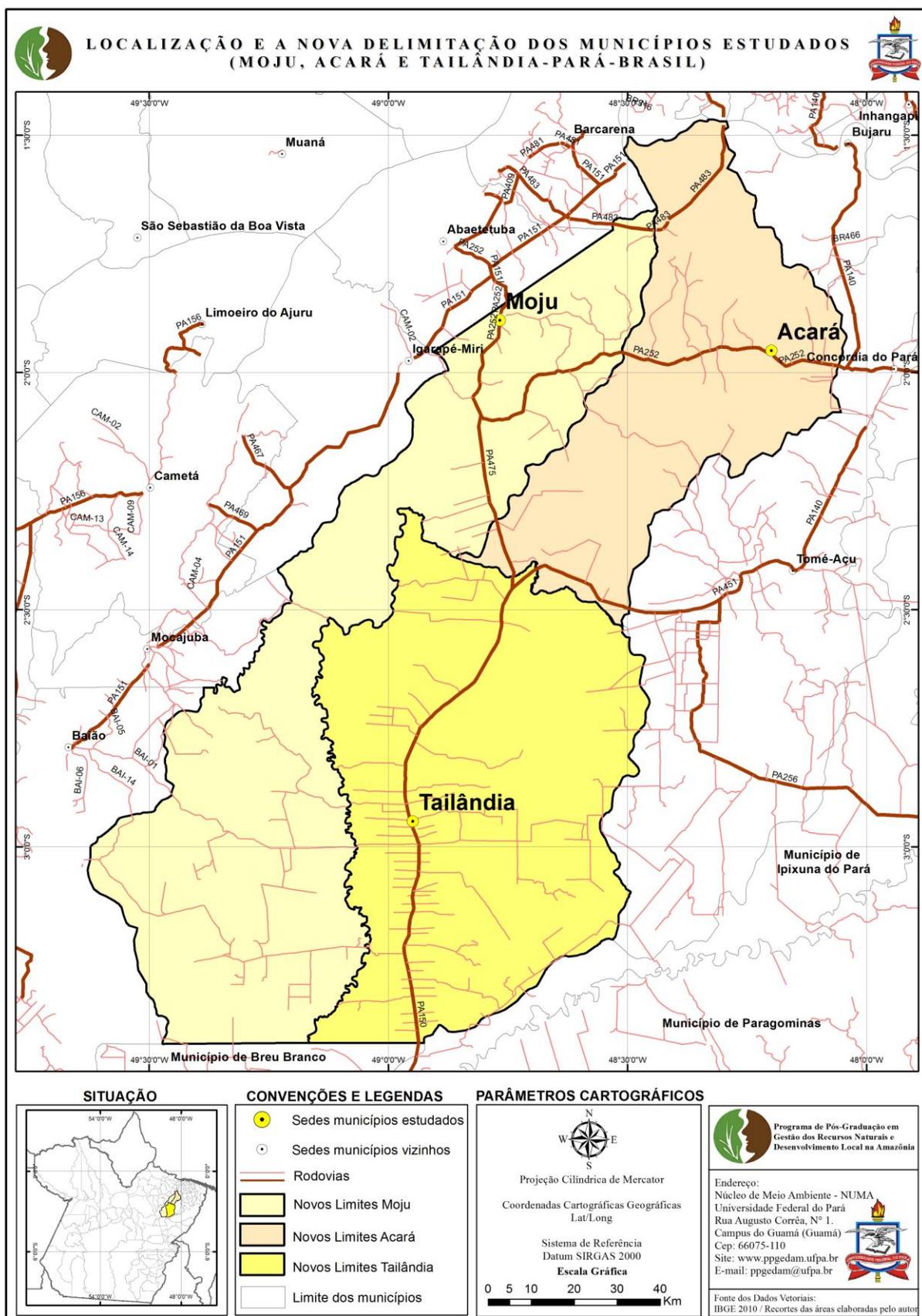
Daí, por um paralelo, segue até o divisor aquário entre os rios Acará e Acará-Miri, limitando-se com o município de Tomé-Açu. Segue por esse divisor em cota máxima por aproximadamente 86,07 km, até a vertente esquerda do rio Capim, e limita-se com o município de Ipixuna do Pará nas coordenadas aproximadas de 730477m E e 9622319m S. Assim, completa a faixa Este.

Segue por esse paralelo por um vetor sentido Oeste de aproximadamente 26,6 km quando encontra o rio Moju nas coordenadas aproximadas de 703812m E e 9622534m S, limitando-se com o município de Breu Branco. Assim, completa a faixa Sul.

Pelo rio Moju, em seu alvéolo, segue sentido jusante por aproximadamente 227,43 km, nas coordenadas aproximadas de 727369m E e 9747317m S, na foz do igarapé Maratininga, afluente de sua margem direita. Assim, completa a faixa Oeste.

No sentido Este, segue a montante por esse afluente até sua nascente, por aproximadamente 19,20 km, nas coordenadas aproximadas de 737030m E e 9735990m S. Desse ponto com uma reta de aproximadamente 3,91 km, no mesmo sentido, alcança a nascente do igarapé Castanhal, afluente do igarapé Turi-Açu, nas coordenadas aproximadas de 740745m E e 9734651m S. Pelo alvéolo desse afluente segue sentido jusante por aproximadamente 10,42 km até sua foz, quando encontra o igarapé Turi-Açu, ponto inicial deste descritivo. Assim, completa em definitivo a poligonal envolvente da Área de Estudo e do município de Tailândia.

Figura 24 - Mapa do limite “possível” do município pela incorporação da Área de Estudo à Tailândia



Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pelo autor (2015)

As distâncias expressadas neste memorial descritivo, como possíveis limites para o município, alcançam um perímetro de aproximadamente 476,41 km, enquanto que a área territorial descrita pela poligonal está estimada em 2.151,76 km² para a Área de Estudo.

Segundo o IBGE, a área oficial de Tailândia é de 4.430,22 km². Caso receba como cessão a parcela equivalente à Área de Estudo (porção de Moju e Acará), constará para aproximadamente 6.603,75 km² como área dos possíveis limites. Quanto aos demais limitantes municipais no seu entorno, permaneceriam com seus limites municipais e perímetro urbano iguais quando da sua criação.

A temática que aponta para revisão dos limites municipais possibilita observar outros arranjos que estão diretamente ligados com os movimentos e ações internas nos municípios paraenses, a exemplo: a) as faixas ocupadas pelas cidades às margens das principais rodovias; b) as barreiras para um desenvolvimento local imposto pelas distâncias entre si e as sedes, pela dificuldade de mobilidade e de escoamento de suas produções; e c) pelos isolamentos territoriais provocados pela demarcação de seus limites.

É o que aborda este trabalho, com levantamentos e amostragens *in loco*, que nos leva a perceber outros possíveis arranjos municipais, pelo que foi apresentado na Tabela 3 que trata das distâncias entre as comunidades. Ela aponta que elas oscilam entre 4 km e 20 km de distâncias entre si, enquanto que a frente de acessos na faixa urbana de Tailândia é de aproximadamente 10 km, como uma área consolidada pelas edificações e infraestruturas que mobilizam todos os serviços urbanos ali concentrados.

Então, se considerarmos as distâncias em todos os sentidos alcançados pela Área de Estudo é possível estimar o surgimento de outro grande núcleo urbano, que pode ser formado a partir da associação de duas ou mais comunidades dispostas na rodovia. A exemplo, as possíveis cidades de Palmares (a Norte), próximas aos limites de Moju, Acará e Tailândia e Águas Claras (a Sul), próxima aos limites de Tailândia, Ipixuna do Pará e Breu Branco.

Estes são sem dúvidas polos de desenvolvimentos e prósperos, pois estão neles impostos as dinâmicas de fluxos de produção e comercial, pela proximidade de seus respectivos grandes empreendimentos no âmbito de produção, o de óleo de palma e de energia hidrelétrica, compostos extremamente necessários para qualquer pauta de desenvolvimento local, e certamente como contribuintes no aspecto regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou em seu preâmbulo a categoria território. Buscou-se o entendimento acerca das mudanças espaciais e sua influência sobre a malha político-administrativa através de olhares sobre a tensão exercida em zonas de fronteiras.

Também assumimos em definitivo as abordagens de Raffestin (1993), ao afirmar que “espaço e território não são termos equivalentes” e igualmente confirmamos na categoria o que prioriza, segundo o seu conceito.

Numa leitura mais contemporânea, remetida às décadas de disputas territoriais, se percebe a necessidade de um olhar geográfico crítico, e acompanha o conceitual de Rocha (2013) sobre os substantivos estudados:

entende que outros espaços estão em vias de consolidação para ocupações mais recentes, e continuará a revelar a dinâmica de centralização e descentralização, que marca as relações políticas de gestão do território.

No contexto histórico da relação de produção direcionada para a Amazônia, os padrões de implantação de grandes projetos presentes na região estudada combinam investimentos locais e incentivos fiscais da gestão municipal no raio do incremento da produção e no âmbito das políticas públicas.

Como ocorre com a dinâmica dos projetos da Biopalma - na porção Norte, e da Malásia - na porção Sul, da Área de Estudo, os projetos fixam as famílias com tradição na agricultura familiar, principalmente na região do estudo, gerando um contingente de mão de obra local direcionada a postos com baixo nível de qualificação técnica, contratados temporariamente pelas terceirizadas, instaladas nos municípios de Moju, Acará e Tailândia.

Essa dinâmica passa a agregar descendentes desses familiares e intensifica o processo de crescimento populacional das comunidades bem como passa a ocupar outras áreas sem perder o vínculo familiar, oriundo de uma cultura, pela partilha das terras conquistadas, ocasionando a superação da fronteira do limite municipal, na grande maioria dos processos de ocupações.

Outro fator no processo de ocupação na Área de Estudo é observado pela presença das famílias pioneiras, que disponibilizam sua mão de obra para o centro urbano maior, e mais próximo, em detrimento de um atendimento imediato para suas necessidades.

Concernentes aos aspectos demográficos e populacionais, os indicadores apontaram famílias fixas, temporárias, migratórias, imigratórias (ou emigratórias) e pessoas em trânsito, que apesar de estarem dispersas no recorte representam uma movimentação de

serviços, produtos e consumos no âmbito local. Observa-se ainda que esta dinâmica de trocas pelas populações coexiste em maior índice nas comunidades que estão instaladas às margens da rodovia PA-150 (ou PA-475).

Para definição do recorte, *in lócus*, foram identificados os vértices constantes na Lei de Criação dos municípios, e descrição da poligonal com as devidas coordenadas geográficas, para efetivar a espacialização dos limites pertinentes aos municípios estudados e à Área de Estudo.

Essa poligonal foi detalhada com o seu descritivo, com a disposição das comunidades, ora em Moju, ora em Tailândia, ao longo da área de influência da rodovia, um fator que ratifica os conflitos das vilas com o limite político, justamente pela imprecisão na projeção da linha imaginária, pois são *contornadas* nas suas proximidades, que fica como a delimitação entre os três municípios estudados.

Esse *contorno* nas comunidades, às margens da estrada, possibilitou entender que as entranças e cruzamentos sobre a PA-150, na definição desses limites, eram provocadas pelo acompanhamento da cota máxima da topografia, que gera as imprecisas linhas imaginárias – uma das metodologias utilizadas pelo IBGE na prospecção dos limites político-administrativos.

Para sedimentar a análise desta imprecisão, especializamos pontos de controle para o cálculo dessas distâncias, e mensurar os deslocamentos da linha imaginária que contorna com seu traçado sobre a rodovia, provocando o isolamento das comunidades, que ora estão se revezando em um dos municípios estudados.

É fato constatado que as comunidades surgem e se movimentam em dinâmicas que independem dos limites políticos estabelecidos. Um exemplo histórico é o município de Moju, que acompanha todos os processos de ocupação, inclusive o que levou à construção da rodovia PA-150 de gestão estadual em território municipal, ligando os extremos paraenses de Norte a Sul. No entanto, Acará e Tailândia são remanescentes territoriais de Moju, e conviveram, se não de toda a história, são também protagonistas em parte dela.

Acompanhar os momentos históricos, encravados no território, é sem dúvida um dos principais elos para um levantamento e/ou gestão participativa, que se inicia nos encontros com os grupos e lideranças locais das 13 comunidades definidas no universo amostral para os dados de campo. O trabalho lançou mão desses conceitos e nas comunidades elencadas angariou amostragens nesses encontros para os dados quantitativos e qualitativos, com parâmetros de indicadores de desenvolvimento local, analisados para a educação e a produção.

Os indicadores de educação dialogam com os indicadores do IDEB, e os indicadores de produção com os programas de assistência técnica e acessos a créditos rurais, a exemplo, a Emater, Pronaf e FNO. Esses processos ratificam alguns destaques ou preferências no âmbito do processo de organização dessas comunidades.

No consenso das análises das amostragens na Área de Estudo, verificou-se que no âmbito da educação há uma tendência entre jovens das comunidades de irem cursar o fundamental maior no município de Tailândia, enquanto que no âmbito da produção esta relação está ligada à agricultura familiar e ao médio fazendeiro, que constituem a base da produção.

Tais afirmativas podem ser explicadas sob os aspectos político e organizacional por conta de uma forte associação de produtores, marcada pela presença de migrantes da região Sul, como um dos principais fomentadores de acesso a esses créditos especiais e de assistência, que dinamizam de forma diferenciada o mercado, ou seja, quem tem ou não acesso.

Indicadores possíveis para representar a Área de Estudo, a partir das amostragens em nossas entrevistas abertas, foram os dados do IQA, coletados pelo IDESP/SEIR-SEIDURB (2013), e através do Território da Cidadania, para o 8º território, o Baixo Tocantins, envolve os mesmos municípios da RI Tocantins, outro indicador foi o PTDRS sobre o diagnóstico da RI pelo PRONAT, com referência nos dados de 2010. Eles foram comparados com os dados da pesquisa de campo que projeta para a população de Tailândia, no caso de adicionar a Área de Estudo ao seu território, tem uma estimativa para 88.526 habitantes, ou 0,89% de crescimento a partir do ano 2015.

Durante todo o processo da pesquisa de campo, a socialização de conhecimentos e experiências, vivenciadas pelos habitantes das comunidades são narradas em dimensões diferenciadas, de forma muito espontânea no individual e/ou no coletivo, e possibilitaram uma proximidade nas reuniões entre munícipes e pesquisador.

Estes procedimentos resultaram no mapeamento visando atender algumas de suas necessidades, ou pela continuidade de serviços nas comunidades, ou pela implantação de projetos de políticas públicas (entre outros) que lhes foram prometidos e nunca iniciados, como: novas estradas, mais escolas e professores, programas sociais, energia no campo etc. Ainda rebuscando na memória de suas vivências, existem relatos de que as propostas apresentadas pelas comunidades ao poder público, durante antigos encontros, ainda não foram aceitas como fatos ou amostragem local pelas comunidades para a gestão municipal.

Os moradores, como prova de lutas, também elencam as propostas que se transformaram em conquistas, as que foram acatadas e executadas pelos gestores, resultando em um fortalecimento entre os envolvidos. No entanto, com mesma ênfase, a conversa se potencializa pelos questionamentos sobre a inexpressiva participação dos empreendedores e dos grandes projetos, que se instalam nos espaços territorializados, utilizam e transformam seus recursos naturais, enquanto que seus ocupantes aguardam os préstimos, mesmo que não ocorram em sua plenitude, no conjunto das comunidades.

O trabalho buscou caracterizar tais processos, através de algumas expressões locais desses espaços (as comunidades), com a participação de grupos de lideranças e moradores com alguma representação local (professores, empresários, prestadores de serviços e os mais antigos), que contribuíram com depoimentos gravados. Um exemplo que merece destaque é a explanação de Chico, agricultor, na localidade de Santa Maria (Moju), registrado em um fragmento do vídeo, *in lócus*, sobre o seu olhar quanto aos limites políticos, a servidão da rodovia, seus entraves e a possível solução, analisada por um filho da terra⁶⁸, que participou e participa ativamente da história local. Vejamos um trecho desse relato:

então o que nós precisa hoje, aqui no município de Tailândia, mesmo sendo que é da área de Moju, é que, Moju faça um consenso com Tailândia, ou eles façam uma união, uma unificação entre os dois municípios, né? Tailândia e Moju né? ou então eles façam uma nova demarcação demográfica, pra tanto um conseguir suprir a qualidade para sua população, como o outro possibilitar assistência. Ou ele faz, uma unificação que venha com consciência os dois, ou então eles divide, olha: eu vou entregar a minha área que é do alto Moju para o município de Tailândia, você vai ter que fazer o trabalho aqui, e apresentar com qualidade, ou então, você me entrega todo o recurso de participação dessas empresas, para que o alto Moju, ele faça o trabalho aparecer [...] ele dê educação, ele dê saúde, ele dê transporte, ele dê estrada pra gente, pra gente poder trabalhar.

Assim, o presente trabalho discute sobre *a formação de novas territorialidades*, sendo essas territorialidades fomentadas pela dendeicultura e ações públicas; e a necessidade de uma “revisão” dos limites municipais, como estudo nos territórios paraenses de Moju, Acará e Tailândia.

Logo, procura sistematicamente responder à inquietude - os processos de reorganização espacial nas formas de apropriação e uso do solo, e das mudanças no padrão de distribuição das populações no território, têm influenciado a necessidade de revisão desses limites político-administrativos?

Em detrimento dessa problemática, a proposta do pesquisador é um novo possível limite territorial, a considerar os parâmetros da resposta:

⁶⁸ Diz-se daquele que é nascido na região (como abrangência ao lugar), o nativo.

a) realizar a fusão/ampliação entre a Área de Estudo (recorte em Moju e Acará) com Tailândia, passando a promover uma relação entre o centro (sede) e as comunidades existentes e as inseridas, redefinindo suas novas centralidades e periferias, ou seja, promove o surgimento dos novos centros urbanos;

b) os processos de centralização por interesses e descentralizações por ocupações de outros espaços provocam na gestão local a imediata necessidade de revisão do espaço interno deste novo território ampliado;

c) a redescritção das poligonais com a redução da área territorial dos municípios de Moju e Acará, pela definição descritiva da Área de Estudo, também possibilita reescrever a ampliação do território de Tailândia. Por conseguinte, a redução para os territórios de Moju e Acará;

d) rever a metodologia usual na demarcação dos limites político-administrativos, a partir da proposta de *cota máxima* e *linhas secas*, adotada pelo IBGE, em observância ao Artigo 8º do Decreto-Lei 311/1938, que enfatiza que “os limites interdistritais ou intermunicipais serão definidos segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais, não se admitindo linhas divisórias sem definição expressa ou caracterizadas apenas pela coincidência com divisas pretéritas ou atuais”, em detrimento do uso dos acidentes naturais transformados.

A necessidade de se considerar os aspectos de flexibilização dos limites políticos que respeitaram a dinâmica natural do desenvolvimento local, expressos pelas comunidades nos processos de uso e ocupação do território, é fato concreto, tanto que outros estados brasileiros se desenvolveram ou, na pior das hipóteses, buscaram melhorias para uso do território a partir de soluções sobre o tema.

Então, se considerarmos as distâncias em todos os sentidos alcançados pela Área de Estudo é possível estimar o surgimento de outros núcleos urbanos, que podem ser formados a partir da associação de duas ou mais comunidades dispostas na rodovia, os quais, pelos dados analisados, apontam para as comunidades de Palmares - na porção Norte e Águas Claras - na porção Sul, da Área de Estudo, sem desconsiderar Cristo Redentor, pelas conquistas nas assessorias técnicas.

Existem três áreas com culturas de pertencimento diferentes. Isso posto, será que as necessidades são diferentes para cada município? Caso as consideremos como uniforme, tal fato acarretará em perda para a gestão municipal e às comunidades. O Plano Plurianual - PPA do município ficará numa condição marginal na constituição, pois toda a população perde.

Os outros municípios, ainda não estudados neste nível, ficam a reboque desse problema que necessita de solução, a revisão dos limites para o atendimento das necessidades apontadas, discutidas, e dialogadas como o poder público mediante as assembleias do PPA e em conformidade com o artigo constitucional 165.

Se a lei alega a necessidade de fazer Estudos de Viabilidade Econômica, Social e de Infraestrutura, conforme suas dinâmicas territoriais, cabe ao poder público discutir com as comunidades para verificar quais modelos, métodos e legislação devem ser aplicadas à distribuição destas populações (segregadas).

Importa examinar com detalhe a operacionalização das políticas públicas no âmbito das gestões participativas e de suas repercussões oriundas do exercício do diálogo entre o gestor público e os habitantes das comunidades do recorte, no que tange à formação da identidade social e do sentimento de pertencimento desses grupos envolvidos.

Assim, recorremos ou relembramos a Carta Constitucional que cita ser “direito de todos e dever do Estado em garantir as condições básicas de sobrevivência, como o direito à educação, saúde, habitação e alimentação”, bem como a condição de sujeito participativo na definição das políticas públicas direcionadas aos planos de desenvolvimentos locais, assegurados no PPA do município, sempre priorizados em suas audiências.

Daí a inquietude pelas responsabilidades que este trabalho traz para si, sobre a necessidade de estudos e análises com uso intenso das (geo)tecnologias para a “revisão” dos novos limites políticos territoriais, e que possa contribuir com os respectivos gestores municipais para um diálogo com a observância das necessidades e dificuldades de seus municípios, assim como, contribuir para um estudo mais perspicaz por parte do IBGE, designado para tal missão pela CF88.

Nestas considerações colocamos a mostra (ou prova) sobre as normatizações na demarcação desses limites, e ainda hoje adotadas pelo IBGE, com os apontamentos que foram observados sobre as impossibilidades da inserção de dinâmicas ou políticas públicas, em prol dessas comunidades, por responsabilidade de seus gestores municipais. Desse modo, buscamos apresentar o parecer e as propostas às soluções possíveis para esta demanda de conflito nos limites político-administrativos, por ora observado nesta porção dos territórios estudados, à luz de legislações pertinentes e por meio do olhar deste pesquisador.

REFERÊNCIA

BASTOS, Therezinha Xavier. **Aspectos agroclimáticos do dendezeiro na Amazônia oriental**. In: VIEGAS, Ismael de Jesus et al. A cultura do dendezeiro na Amazônia brasileira. Belém: Embrapa Amazônia Oriental / Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2000.

BECKER, Bertha k. Catherine Aubertin. Org.; Bertha Becker et al. **Fronteiras**. Brasília. Editora Universidade de Brasília. Brasília. Paris: ORSTOM, c1988 [1987]. 250 p.

_____. **Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégia, trajetória, conflitos e alternativas**. In: BECKER, Bertha K. et al. Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB; Rio de Janeiro: UFRJ, 1990, pp. 89-109.

_____. **Amazônia**. 2ª edição. São Paulo. Editora Ática, 1991. 112 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos; n. 67).

_____. Presidência da República. Decreto-Lei Nº 311, de 2 de março de 1938. **Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências**. Artigo 13 e seus parágrafos.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais**. Seminário Nacional com as Instituições Responsáveis por Limites Político-Administrativos. Brasília - DF, 1º de julho de 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos**. Rio de Janeiro. 2010.

_____. Presidência da República. Decreto-Lei Nº 243, de 28 de fevereiro de 1967. **Fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências**.

BRITO, Ângela Xavier de. **Habitus de migrante: Um conceito que visa captar o cotidiano dos atores em mobilidade espacial**. CERLIS Université Paris-Descartes/CNRS. Pp. 431-464. 2010.

BRUNDTLAND. Gro Harlem e Mansour Khalid. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas: **Brundtland: “Our Common Future”**. Universidade de Oxford. Nova Iorque, 1987 [1991]. Disponível em: <http://eubios.info/BetCD/Bt14.doc>. Disponível em: <http://amaliagodoy.blogspot.com.br/search?updated-min=2008-01-01T00:00:00-02:00&updated-max=2009-01-01T00:00:00-02:00&max-results=9>. Acessado em 02.11.2014

CANTO, Otávio do (Coord.). **Série evolutiva por sexo e faixa etária da população dos municípios paraenses**. Belém: Instituto de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental do Pará; Universidade Federal do Pará, 204 p. CD-ROM. (Projeto Série, 6) 2012.

COELHO, Beatriz Dias. **Instituição da província como unidade político-administrativa no século XIX.** Revista *Âmbito Jurídico*. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10929. Acessado em 27.06.2014 às 15h10min.

CRUZ, B. E. V. da. **Territorialização e organização espacial do grupo agropalma**, 2006. 139 pp. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Orientador: Gilberto de Miranda Rocha. 26.09.2006. UFPA. Belém/PA.

DALLAGNOL, Paulo Renato. **Desmembramento e anexação de Municípios.** Aspectos constitucionais. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 12, n. 1606, 24 nov. 2007. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/10680>. Acesso em: 15 ago. 2014.

DANIEL, C. **Poder local no Brasil urbano.** In: Espaço & Debates 24 – Poder local. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, 1988. 124 p.

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental da Região de Integração Tocantins.** Plano plurianual 2016-2019. SEPLAN; FAPESPA. Belém, 2012. 37 p. Disponível em: seplan.pa.gov.br/ppasite/perfisregionais/Perfil_Regiao_Tocantins.pdf

FERRARINI, Adriane Vieira. **Interações. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza.** Vol.13 no.2 Campo Grande. July/Dec. 2012.

FREITAS, Inês Aguiar de. **A Geografia dos Naturalistas-Geógrafos no Século das Luzes, Terra Brasilis** [Online], 6 | 2004, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 16 Fevereiro 2016. URL: <http://terrabrasilis.revues.org/376>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.376

GLASS, V. “**Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará**”. *Repórter Brasil*. São Paulo, 2013. 15 p. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>. Acessado em 07.09.2015.

GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional.** São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003. 728p.

GONÇALVES. José Sidnei (IEA) e GONÇALVES. Sheila Pereira (ESALQ-USP). Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) - Representação no Brasil. **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional.** Carlos Miranda e Breno Tibúrcio (Org. Série); Antônio Marcio Buainain e Claudio Dedecca (Org. Textos). Serie desenvolvimento rural sustentável. V.17. 540 p. - Capítulo VI. **Novas caras da pobreza de origem rural no Brasil: transformações, perfil e as especificidades da região sudeste.** Brasília: IICA, 2013.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”.** Anais do 5º Congresso de Geógrafos, AGB, Curitiba. 1994.

_____. 2002. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina. USP. 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. NASCIMENTO, José Antônio Sena do. SILVA, Jorge Kleber Teixeira. **Amazônia: uma abordagem geográfica da dinâmica populacional recente**. 2007, 11p.

_____. **Mapas estatísticos**. Página do site: ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas_estatisticos/censo_2010/mapa_municipal_estatistico/pa/ Acesso em: 03.06.2014.

IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Indicadores de qualidade ambiental dos municípios da região de integração Tocantins**. Belém, 39 pp., 2009.

_____. **Estatísticas Municipais**. Série histórica 1996 – 2006. SEPOF. 2014. Disponível em <http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/estatisticaMunicipal.php>

_____. **Projeto de Revisão e Atualização dos Limites Municipais do Estado do Pará** - Plano Plurianual (PPA 2012/2015). Belém. 2014. Disponível em <http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/estatisticaMunicipal.php>

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Região de integração Tocantins - PA: um novo olhar sobre o extrativismo e alguns aspectos socioeconômicos**. Texto para discussão. Rio de Janeiro. 33 pp., 2011.

ITERPA/SEAGRI. **Iterpa e o ordenamento territorial no Estado do Pará - A regularização fundiária como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra**. Belém. 49 pp., 2007

LEFEBVRE, H. 1986(1974). **La production de l'espace**. Paris: Anthropos.

LIMA, Cristina de Araújo. **Notas a respeito de transformações do planejamento urbano-regional frente a metamorfoses socioambientais**. In: Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: UFPR, n. 10, p.155-160, jul./dez., 2004.

LIMA, M.A.P. **Cidade-campo, urbano-rural: Uma contribuição ao debate a partir de pequenas cidades em Minas Gerais**. Rio de Janeiro, 2007. 271 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, UFRJ.

LIMA JÚNIOR, Nivaldir Ferreira; VILLELA, Ana Laura Vianna (orientadora). **Tríplice fronteira: um estudo para o projeto urbano**. 2006. 120f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Planejamento Urbano I) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó.

MENEZES, Maria Lucia Pires. **Tendências atuais das migrações internas no Brasil**. Scripta Nova. Revista Electónica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona Nº 69 (45). Innovación, desarrollo y medio local. Dimensiones sociales y espaciales de la innovación. 2007. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-45.htm>.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 68-69.

MESQUITA, Zilá. (1994). **Emancipações no RS: alguns elementos para reflexão**. *Análise Conjuntural*, 20 (3) 169-184

NORONHA, Rudolf de. **Criação de novos municípios: o processo ameaçado**. *Revista de Administração Municipal*. 219 p. pp. 111-112. 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. Editora Ática, São Paulo. 1993, 269p.

ROCHA, G. M. **A dinâmica territorial da malha político-administrativa municipal da região norte do Brasil (1988-2010)**. *Novos Cadernos NAEA*. V. 16, n. 1, p. 211-228, jun. 2013.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. Ed. Hucitec, São Paulo. 1988, 124p. Disponível em <http://portaltailandia.com.br/noticia/para-negocia-transferencia-de-tecnologia-da-malasia-para-producao-de-palma-portal-tailandia/>

SETRAN, Secretaria de Estado de Transporte. Diretoria de Transporte Terrestre. **Projeto de readequação da PA-150 – projeto técnico**. 2008. Disponível em: http://www.setran.pa.gov.br/projetos/pj_pa150.htm. Acesso em: 10.10.2014 às 23h45minh.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Et al. **Ambiente e lugar no urbano – a grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VENTURIERI, Adriano. Embrapa Amazônia Oriental. **Mapeamento de áreas com potencial de expansão e de ocorrência de amarelecimento fatal m palma de óleo (dendê) na Amazônia Legal, com ênfase no estado do Pará**. *Agroenergia em Revista*. Ed 2. 42 p. Maio 2011.

VENTURIERI, A., MOURÃO JR., M., NASCIMENTO JR., J., BOARI, A., GOMES, R.A. **Áreas Prioritárias para a Expansão da Dendeicultura no Estado do Pará: uma Análise do Zondendê**. *Portal Eco Debate*. Publicado em 23 de outubro de 2013.

VILLELA, Alberto Arruda. **Expansão da Palma na Amazônia Oriental para fins Energéticos**. Rio de Janeiro: UFRJ / COPPE, 2014. XXVIII, 360 p.: il.; 29,7 cm. Tese (doutorado) – UFRJ / COPPE / Programa de Planejamento Energético, 2014.

VOMMARO, F. **Elaboração de tabelas e mapas baseado no cruzamento de dados e metadados** de RAMALHO FILHO et al (2010), PARÁ (2010) e IBGE (2011). Rio de Janeiro, maio de 2013.

ANEXOS

ANEXO A Lei de Criação do município de Moju.

1- Os anexos disponíveis no Acervo IBGE – página eletrônica



FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

MOJU - PA - DIVISAS - (1504703)

A lei 14 de 9 de setembro de 1839 deu foros de freguesia ao povoado que foi elevado a categoria de vila pela lei 279 de 28 de agosto de 1856 quando também foi criado o município extinto pela lei 1307 de 28 de novembro de 1887 e restabelecido pela lei 1399 de 5 de outubro de 1889, novamente extinto pelo decreto n.6 de 4 de novembro de 1930 foi finalmente restabelecido pela lei n. 8 de 31 de outubro de 1935.

Segundo a lei nº 158 de 31.12.1948 - Diário Oficial de 16.02.1949 - Altera a lei nº 62/47

LIMITES MUNICIPAIS

Com o município de Tucuruí - Começa nas nascentes do rio Moju e segue pela linha da cota máxima de sua vertente esquerda até encontrar o paralelo que passa pela ponta Sul da ilha de Jutaí, no rio Tocantins.

Com o município de Baião - Começa na interseção do paralelo que passa pela ponta Sul da ilha de Jutaí com a linha de cota máxima da vertente esquerda do rio Moju, segue por esta linha de cota máxima, até as nascentes do rio Cairari e pelo divisor de águas entre os rios Cairari e Tambaí-Açu até encontrar o paralelo que passa pela ponta norte da ilha do Marariá no rio Tocantins.

Com o município de Mocajuba - Começa na interseção do paralelo que passa pela ponta Norte da ilha do Marariá com o divisor de águas entre a vertente esquerda do rio Cairari e direita do rio Tambaí-Açu, segue por este divisor de águas até a foz do rio Tambaí-Açu, no rio Cairari, continua pelo álveo do rio Cairari até a foz do rio Tambaí para alcançar daí pela cota máxima da vertente esquerda do rio Mojú, as nascentes do rio Meruí.

Com o município de Igarapé-Miri - Começa nas nascentes do rio Meruí e segue pelo divisor de águas entre os rios Meruí, Moju, Mocajutuba e Mojú até as nascentes do rio Mocajutuba, deixando para Igarapé-Miri dois quilômetros de cada lado do canal até sair no rio Moju.

Com o município de Abaetetuba - Começa nas nascentes do rio Mocajutuba e segue por uma reta até as nascentes do igarapé Cabresto.

Com o município de Barcarena - Começa nas nascentes do igarapé Cabresto e desce por este até a sua foz no rio Moju e continua pelo álveo deste até a sua confluência com o rio Acará, na confrontação da foz do igarapé Jaguarari.

Com o município de Acará - Começa na confluência dos rios Acará e Moju confronte a foz do igarapé Jaguarari, entra por este e pelo qual segue até as suas nascentes e destas continua pelo divórcio aquário entre as vertentes direita do rio Moju e esquerda do rio Acará até as nascentes do rio Moju.

DIVISAS DISTRITAIS

Entre os distritos de Cairari e Moju - Começa nas nascentes do rio Meruí, segue por uma reta para a foz do igarapé Sarateua no rio Moju, sobe pelo Sarateua até as nascentes e destas pelo paralelo que por elas passa, vai ao divisor aquário Acará-Mojú.

O distrito de Moju do termo e município do mesmo nome da comarca de Igarapé-Miri não abrange subdistritos. Segundo a lei nº 5.027, de 13.05.1982 - Diário Oficial de 14.05.1982 - "Cria o município de Rondon do Pará e dá outras providências".

Com o município de Rondon do Pará - Começa na cabeceira do igarapé Grande, daí segue pelo divisor de água Moju-Capim até a nascente do igarapé Itaqueua.

Segundo a lei 5.452 de 10.05.1988 - Diário Oficial nº 26.350 de 17.11.1988 - Cria o município de Tailândia, alterando os limites municipais da unidade de Mojú.

Com o município de Tailândia - Começa no ponto em que o divisor de águas dos rios Capim e Acará encontram o divisor de águas dos rios Moju e Acará e segue pelo divisor de águas entre os rios Moju e Acará, sentido geral Norte até encontrar o paralelo que passa na nascente do igarapé Turi-Açu.

O limite municipal de Moju foi alterado com a criação do município de Breu Branco, através da lei nº 5.703 de 13 de dezembro de 1991 - Diário Oficial nº 27.122 de 20 de dezembro de 1991.

Com o município de Breu Branco. Começam no divisor aquário entre os rios Tocantins e Cairari, no paralelo que passa na ponta Sul da ilha Grande do Jutaí, continuando pelo referido paralelo na direção leste até o divisor de águas entre os rios Moju e Acará.

O limite municipal de Moju foi alterado com a criação do município de Ipixuna do Pará através da lei nº 5.690 de 13/12/1991 - Diário Oficial nº 27.122 de 20/12/1991.

Com o município de Ipixuna do Pará - Começam na nascente do igarapé Itaqueua e seguem pela cota máxima das vertentes esquerda do rio Capim até a confrontação sul da nascente do rio Acará.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO

Confluência do Rio Moju com o Igarapé Sucupira, segue pelo Igarapé Sucupira até confrontar com a Rua Nova (loteamento novo), reta daí até a Rodovia PA-252 a 400 metros do entroncamento com a Rua Salomão Cardoso,

reta daí até o ponto a 50 metros do entroncamento da Rua Nova I com a Travessa Nova VI, reta desse ponto paralela a Travessa Nova VI equidistante 50 metros da mesma até o Rio Moju, segue pelo Rio Moju até o ponto inicial.

ANEXO B Lei de Criação do município de Acará.



FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

ACARÁ - PA - DIVISAS - (1500206)

O desenvolvimento da freguesia de São José propiciou a elevação à categoria de vila pela lei 839 de 19 de abril de 1875 e com ela foi criado o município. Em razão do decreto n. 6 de 4 de novembro de 1930 seu território foi anexado ao do município de Belém sendo posteriormente desanexado pela lei Estadual n. 579 de 8 de janeiro de 1932

Segundo a lei nº 158 de 31.12.1948 - Diário Oficial do Estado do Pará de 16.02.1949 - altera a lei nº 62.

LIMITES MUNICIPAIS

COM O MUNICÍPIO DE MOJU - Começa nas nascentes do rio Moju, segue pelo divisor de águas entre os rios Moju e Acará até as nascentes do igarapé Jaguararí, afluente esquerdo do rio Acará, na sua confluência com o rio Moju e segue pelo álveo do Jaguararí até a sua foz.

COM O MUNICÍPIO DE BELÉM - Começa na confluência dos rios Acará e Moju, confronte a foz do igarapé Jaguararí; segue pelo álveo do rio Moju até a sua confluência com o rio Guamá; continua pela margem esquerda deste rio e pelo álveo do canal ou furo de São Benedito, até sair no álveo do rio Guamá deixando para Belém, as ilhas da foz daquele rio, e sobe o rio Guamá até a foz de seu afluente esquerdo, igarapé Jacarequara.

COM O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA - Começa no rio Guamá confronte à foz do igarapé Jacarequara e sobe por aquele rio até a foz do rio Samaunapara seu afluente esquerdo.

COM O MUNICÍPIO DE BUJARÚ - Começa no rio Guamá na foz do rio Samaunapara e sobe por este até as suas nascentes; destas, segue pela linha de cota máxima da vertente direita do rio Acará até as nascentes do rio Acará e até as nascentes do rio Bujarú.

COM O MUNICÍPIO DE CAPIM - Começa nas nascentes do rio Bujarú e segue pelo divisor de águas entre os rios Capim e Acará até confrontar as nascentes do rio Moju, alcançando estas por uma linha reta seguindo o paralelo geográfico.

COM O MUNICÍPIO DE BARCARENA - Começa na ponta sul da ilha dos Patos e segue pelo álveo do rio Moju até a sua confluência com o rio Acará, confronte a foz do igarapé Jaguararí.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

ENTRE OS DISTRITOS DE ACARÁ E GUAJARÁ-MIRÍ - Começa na foz do igarapé Araxiteua, afluente direito do rio Acará e segue por este igarapé até as suas nascentes.

ENTRE OS DISTRITOS DE GUAJARÁ-MIRÍ E JAGUARARÍ - Começa na foz do igarapé Araxiteua, afluente direito do rio Acará e segue por este igarapé até as suas nascentes.

ENTRE OS DISTRITOS DE JAGUARARÍ E ACARÁ - Começa na foz do igarapé Araxiteua no rio Acará e sobe por este rio até a foz do igarapé Itapucaba, pelo qual continua até as suas nascentes, para destas alcançar pelo paralelo que por elas passa o divisor aquário Acará - Moju.

O DISTRITO DE ACARÁ, termo da Comarca de Belém, abrange os subdistritos de 1º Acará, 2º Baixo Acará, 3º Miritipitanga, 4º Rio Pequeno. Os distritos de Guajará-Mirí e Jaguararí não abrangem subdistritos.

Lei nº 1.725 - de 17 de agosto de 1959 - Cria o município de Tomé-Açu e dá outras providências.

Artigo 1º É criado o município de Tomé-Açu desmembrado do município de Acará, com sede no povoado de Tomé-Açu que passa à categoria de cidade, com o nome de município.

Artigo 2º - O município de Tomé-Açu, criado por esta lei, terá os seguintes limites territoriais:

MUNICÍPIO DE ACARÁ COM TOMÉ-AÇU - Começa na nascente do rio Moju, segue pelo divisor de águas do rio Acará e Acará-Mirí até confrontar a foz do igarapé Mocõezinho afluente direito do rio Acará-Mirí. Segue pelo igarapé Mocõezinho, águas acima, até suas nascentes, daí alcança por uma reta as nascentes do rio Bujarú.

MUNICÍPIO DE ACARÁ COM O MUNICÍPIO DE CAPIM - Começa nas nascentes do rio Bujarú, daí segue pelo divisor de águas dos rios Acará-Mirí e Capim, até as nascentes do rio Moju.

Parágrafo único - O município de Tomé-Açu abrange todo o vale do rio Acará-Mirí a partir da foz do seu afluente Mocõezinho.

Segundo a lei 2.460 de 29.12.1961 - Diário Oficial nº 19.759, de 30.12.1961 - "Cria novos municípios no território do Estado e dá outras providências". Anexo 1

Obs.: - Os limites municipais da unidade de Acará, foram alterados, em face da criação do município de Benevides.

BENEVIDES COM O MUNICÍPIO DE ACARÁ - Começa na foz do rio Samaunapara, no rio Guamá, pelo qual desce até a foz do rio Oriboquinha.

Segundo a lei nº 5.452 de 10 de maio de 1988 - Diário Oficial nº 26.350 de 17.11.1988 - Cria o município de Tailândia e dá outras providências.

Artigo 1º - fica criado o município de Tailândia, com área desmembrada do município de Acará.

ACARÁ COM O MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA - Começa no paralelo que passa na nascente do igarapé Turi-Açu e segue por este paralelo até a citada nascente, desce pelo álveo do igarapé Turi-Açu até sua foz no rio Acará, daí pelo álveo do rio Acará, segue a montante, até a foz do rio Urucuré - continua pelo álveo do rio Urucuré, a montante até sua nascente e daí por um paralelo segue até o divisor aquário entre os rios Acará e Acará-Miri.

Segundo a lei nº 5442 de 10 de maio de 1988 - Diário Oficial nº 26.350 de 17.11.1988 - Cria o município de Concórdia do Pará e altera os limites de Acará.

COM O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ - Começa na nascente do igarapé Mocõezinho, deste ponto segue pelo divisor dos rios Acará-Mirim e Bujarú, envolvendo as vertentes esquerda do rio Bujarú até confrontar as nascentes do igarapé Cravo.

O limite municipal de Acará foi alterado com a criação do município de Marituba, através da Lei nº 5.857 de 22 de setembro de 1994.

COM O MUNICÍPIO DE MARITUBA - Começam no rio Guamá confronte a foz do igarapé Samaumapara ou Samaumaquara seguem para jusante pelo talvegue do rio Guamá até a ponta Leste da ilha Negra.

Lei nº 6.255, de 16 de novembro de 1999 – Dá nova redação à Lei nº 5.857 de 22 de setembro de 1994, que criou o município de Marituba:

Com o município de Marituba – Começam no rio Guamá, confronte a foz do igarapé Samaumapara ou Samaumaquara e seguem para jusante pelo talvegue do rio Guamá até a ponta leste da ilha Negra.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO (LEI N.º 44/80 DE 14/04/80)

DISTRITO SEDE – (Cidade de Acará) – Seguindo o sentido anti-horário, inicia-se na margem esquerda do Rio Acará no ponto de limite com o terreno de Perez Sanches, Igarapé Capitêua, seguindo-se uma linha reta, no sentido norte, até atingir o ramal Cacaual, daí segue-se no sentido Oeste, uma linha reta até atingir as cabeceiras do Igarapé Açaiteua, descendo pela margem esquerda do mesmo Igarapé até atingir sua foz no Rio Acará, descendo a margem esquerda do Rio Acará até encontrar o ponto de partida, fechando o perímetro.

ANEXO C Lei de Criação do município de Tailândia.



FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

TAILÂNDIA - PA - DIVISAS - (1507953)

Segundo a Lei nº 5.452 de 10/05/1988 - Diário Oficial nº 26.350 de 17/11/1988 - Cria o município de Tailândia com área desmembrada do município de Acará.

LIMITES MUNICIPAIS

Com o município de Tomé-Açu - Começa no divisor de águas entre os rios Acará-Miri e Acará, no paralelo que passa na nascente do rio Urucuré - segue por este divisor aquário no sentido geral sul até o paralelo que passa na nascente do rio Acará-Miri;

Com o município de São Domingos do Capim - Começa no paralelo que passa na nascente do rio Acará-Miri e segue pelo divisor de águas entre os rios Capim e Acará até encontrar o divisor de águas entre os rios Moju e Acará;

Com o município de Moju - Começa no ponto em que o divisor de águas dos rios Capim e Acará encontram o divisor de águas dos rios Moju e Acará e segue pelo divisor de águas entre os rios Moju e Acará, sentido geral norte até encontrar o paralelo que passa na nascente do igarapé Turi-Açu.

Com o município de Acará - Começa no paralelo que passa na nascente do igarapé Turi-Açu e segue por este paralelo até a citada nascente, desce pelo álveo do igarapé Turi-Açu até sua foz no rio Acará, daí pelo álveo do rio Acará, segue a montante, até a foz do rio Urucuré - continua pelo álveo do rio Urucuré, a montante até sua nascente e daí por um paralelo segue até o divisor aquário entre os rios Acará e Acará-Miri.

Obs.: - Art. 4º - O município de Tailândia, criado por esta Lei, será instalado em 1989 e integra a Comarca Judiciária da Capital.

O limite municipal de Tailândia foi alterado com a criação do município de Ipixuna do Pará de acordo com a Lei nº 5.690 de 13/12/1991 - Diário Oficial nº 27.122 de 20/12/1991.

Com o município de Ipixuna do Pará - Começa na cota máxima das vertentes esquerda do rio Capim, na confrontação sul da nascente do rio Acará; seguem pela cota máxima das vertentes esquerda do rio Capim até a confrontação sul do divisor de águas entre os rios Acará e Tomé-Açu.

O limite municipal de Tailândia foi alterado em virtude da criação do município de Breu Branco de acordo com a Lei nº 5.703 de 13/12/1991 - Diário Oficial nº 27.122 de 20/12/1991.

Com o município de Breu Branco - Começam no paralelo que passa na ponta sul da ilha Grande do Jutai, no ponto de seu cruzamento com o divisor de águas entre os rios Moju e Acará, seguem pela cota máxima das vertentes direita do rio Moju, até a nascente do igarapé Itaquiteua.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO

Entroncamento do Igarapé Braço Anauerá com a linha de alta tensão da Eletronorte, segue pela linha de alta tensão da Eletronorte até o ponto a 1700 metros após o entroncamento, reta daí paralela a Travessa Nova VIII (equidistante 80 metros da mesma) até o ponto a 80 metros após Avenida Rio Branco, reta daí paralela a Avenida Rio Branco (equidistante 40 metros da mesma) até o ponto a 20 metros antes da Travessa Nova I, reta daí até o Campo de Pouso, segue por este até o ponto a 80 metros após a Travessa São Félix, reta daí até o Igarapé Braço do Anauerá (a 500 metros do entroncamento do Braço do Anauerá com a Rodovia PA-150).

2- Os anexo disponível no Acervo Camara dos Deputados – página eletrônica

ANEXO D

Ato da Presidência de 04/02/2015

ATO DA PRESIDÊNCIA DE 04/02/2015

Cria Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 352-A, de 2013, que "altera os arts. 14, 17, 27, 29, 45 e 121 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo, modificar o sistema eleitoral e de coligações, dispor sobre o financiamento de campanhas eleitorais, estabelecer cláusulas de desempenho para candidatos e partidos, prazo mínimo de filiação partidária e critérios para o registro dos estatutos do partido no Tribunal Superior Eleitoral, determinar a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, regular as competências da Justiça Eleitoral e submeter a referendo as alterações relativas ao sistema eleitoral".

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 352-A, de 2013, do Sr. Cândido Vaccarezza e outros, que "altera os arts. 14, 17, 27, 29, 45 e 121 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo, modificar o sistema eleitoral e de coligações, dispor sobre o financiamento de campanhas eleitorais, estabelecer cláusulas de desempenho para candidatos e partidos, prazo mínimo de filiação partidária e critérios para o registro dos estatutos do partido no Tribunal Superior Eleitoral, determinar a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, regular as competências da Justiça Eleitoral e submeter a referendo as alterações relativas ao sistema eleitoral".

A Comissão será composta de 33 membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 4 de fevereiro de 2015.

Eduardo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados

Este texto não substitui o original publicado no Diário da Câmara dos Deputados de 05/02/2015

Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/int/atopre_sn/2015/atodapresidencia-56669-4-fevereiro-2015-780251-publicacaooriginal-146313-cd-presi.html Acessado em 24.07.2015.

ANEXO E

Ato da Presidência de 25/02/2008

ATO DA PRESIDÊNCIA DE 25/02/2008

Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.Texto compilado

Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º . Fica instituído o Programa Territórios da Cidadania, a ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País.

~~§ 1º Os Territórios da Cidadania serão criados pelo Comitê Gestor Nacional, previsto no art. 5º deste Decreto, a partir dos agrupamentos municipais que apresentem densidade populacional média abaixo de oitenta habitantes por quilômetro quadrado e, concomitantemente, população média municipal de até cinquenta mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes.~~

~~§ 1º Os Territórios da Cidadania serão criados e modificados pelo Comitê Gestor Nacional, previsto no art. 5º deste Decreto, a partir dos agrupamentos municipais que apresentem densidade populacional média abaixo de oitenta habitantes por quilômetro quadrado e, concomitantemente, população média municipal de até cinquenta mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes. (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)~~

§ 1º Os Territórios da Cidadania serão criados e modificados pelo Comitê Gestor Nacional previsto no art. 6º, a partir dos agrupamentos municipais que apresentem densidade populacional média abaixo de oitenta habitantes por quilômetro quadrado e, concomitantemente, população média municipal de até cinquenta mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes. (Redação dada pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)

§ 2º Os Municípios que compõem os Territórios da Cidadania serão agrupados segundo critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos e reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidades que ampliam as possibilidades de coesão social e territorial.

§ 3º São Territórios da Cidadania, sem prejuízo daqueles que forem instituídos na forma do § 1º, os agrupamentos de Municípios relacionados no Anexo a este Decreto.

Art. 2º O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla:

- I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;
- II - ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;
- III - ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;
- IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais;
- V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

Art. 3º A escolha e priorização do território a ser incorporado ao Programa Territórios da Cidadania dar-se-ão pela ponderação dos seguintes critérios:

- I - estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- II - menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial;
- III - maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- IV - maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
- V - maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;
- VI - baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional;
- ~~VII - convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; e~~
- ~~VIII - maior organização social.~~

VII - convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

VIII - maior organização social; e (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

IX - maior concentração de municípios de menor IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica. (Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009)

Parágrafo único. O critério descrito no inciso IX será utilizado para a incorporação de Territórios a partir de 2009. (Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009)

Art. 4º Para fins de execução das ações previstas no Programa Territórios da Cidadania, os órgãos públicos envolvidos poderão firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com consórcios públicos, entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação vigente.

Art. 5º O Programa Territórios da Cidadania será implementado segundo três eixos de atuação - ação produtiva, cidadania e infra-estrutura - que orientarão a elaboração das matrizes de ações nas quais os órgãos envolvidos definirão as ações que pretendem desenvolver em cada território, segundo as respectivas competências e compromissos.

Art. 6º Fica instituído o Comitê Gestor Nacional para executar, orientar e monitorar o Programa Territórios da Cidadania, composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidade:

I - Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

III - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

IV - Ministério do Meio Ambiente;

V - Ministério da Integração Nacional;

VI - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

VII - Ministério de Minas e Energia;

VIII - Ministério da Saúde;

IX - Ministério da Educação;

X - Ministério da Cultura;

XI - Ministério do Trabalho e Emprego;

XII - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

XIII - Ministério das Cidades;

XIV - Ministério da Justiça;

XV - Secretaria Geral da Presidência da República;

XVI - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;

XVII - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;

XVIII - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República; e

XIX - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Art. 6º Fica instituído o Comitê Gestor Nacional, para executar, orientar e monitorar o Programa Territórios da Cidadania, composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos: (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

I - Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

II - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

III - Ministério do Desenvolvimento Agrário; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

IV - Ministério do Meio Ambiente; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

V - Ministério da Integração Nacional; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

VI - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

VII - Ministério de Minas e Energia; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

VIII - Ministério da Saúde; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

IX - Ministério da Educação; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

X - Ministério da Cultura; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

XI - Ministério do Trabalho e Emprego; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

XII - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

XIII - Ministério das Cidades; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

XIV - Ministério da Justiça; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

XV - Ministério da Ciência e Tecnologia; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

XVI - Ministério das Comunicações; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

XVII - Ministério da Fazenda; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

XVIII - Secretaria Geral da Presidência da República (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)

~~XIX – Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; (Redação dada pelo Decreto de 23 de março de 2009)~~

~~XX – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; (Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009)~~

~~XXI – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República; e (Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009)~~

~~XXII – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. (Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009)~~

~~§ 1º Os membros do Comitê Gestor Nacional serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidade nele representados, no prazo de trinta dias contado da publicação deste Decreto, e designados pela Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.~~

~~Art. 6º Fica instituído o Comitê Gestor Nacional, para fixar metas e orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Programa Territórios da Cidadania, composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos, com respectivo suplente: (Redação dada pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~I - Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará; (Redação dada pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~II - Secretaria-Geral da Presidência da República; (Redação dada pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~III - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; (Redação dada pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; (Redação dada pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~V - Ministério do Desenvolvimento Agrário; (Redação dada pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~VI - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e (Redação dada pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~VII - Ministério da Fazenda. (Redação dada pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~§ 1º Os membros do Comitê Gestor Nacional serão indicados pelos titulares dos órgãos representados, no prazo de cinco dias contado a partir da data de publicação deste Decreto, e designados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. (Redação dada pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~§ 2º O Comitê Gestor Nacional reunir-se-á periodicamente, mediante convocação do seu coordenador.~~

~~§ 3º O Comitê Gestor Nacional poderá convidar para participar das reuniões representantes de outros Ministérios, de instituições públicas e da sociedade civil, bem como especialistas, para prestarem informações e emitirem pareceres.~~

~~Art. 6º-A. Fica instituído o Grupo Interministerial de Execução e Acompanhamento do Programa Territórios da Cidadania, para assegurar a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito do Programa, composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos, com respectivo suplente: (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~I - Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~II - Secretaria-Geral da Presidência da República; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~III - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~IV - Ministério do Desenvolvimento Agrário; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~V - Ministério do Meio Ambiente; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~VI - Ministério da Integração Nacional; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~VII - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~VIII - Ministério de Minas e Energia; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~IX - Ministério da Saúde; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~X - Ministério da Educação; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~XI - Ministério da Cultura; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~XII - Ministério do Trabalho e Emprego; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~XIII - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~XIV - Ministério das Cidades; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~XV - Ministério da Justiça; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~XVI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~XVII - Ministério das Comunicações; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~XVIII - Ministério da Fazenda; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~XIX - Ministério da Pesca e Aquicultura; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~XX - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

~~XXI - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)~~

XXII - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)

XXIII - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)

§ 1º Os membros do Grupo Interministerial de Execução e Acompanhamento serão indicados pelos titulares dos órgãos representados, no prazo de dez dias contado a partir da data de publicação deste Decreto, e designados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)

§ 2º O Grupo Interministerial de Execução e Acompanhamento será reunido periodicamente, mediante convocação do seu coordenador. (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)

§ 3º O Grupo Interministerial de Execução e Acompanhamento poderá convidar para participar das reuniões representantes de outros Ministérios, de instituições públicas e da sociedade civil, bem como especialistas, para prestarem informações e emitirem pareceres. (Incluído pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)

Art. 7º Poderão ser instituídos, nos termos definidos pelo Comitê Gestor Nacional, os comitês de articulação estaduais, integrados por representantes dos órgãos federais que compõem o Programa Territórios da Cidadania e dos representantes dos governos estaduais e municipais convidados pelo Comitê.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução dos projetos advirão das dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente nos orçamentos dos órgãos e entidades envolvidos no Programa Territórios da Cidadania, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de fevereiro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro Reinhold Stephanes Fernando Haddad Carlos Lupi José Gomes Temporão
Edison Lobão Paulo Bernardo Silva Patrus Ananias Gilberto Gil Marina Silva Geddel Vieira
Lima Guilherme Cassel Márcio Fortes de Almeida Dilma Rousseff Luiz Soares
Dulci José Múcio Monteiro Filho Edson Santos de Souza

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.2.2008

MUNICÍPIO	UF	IBGE	TERRITÓRIO	REGIÃO
Alto Boa Vista	MT	5100359	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Bom Jesus do Araguaia	MT	5101852	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Canabrava do Norte	MT	5102694	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Confresa	MT	5103353	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Luciára	MT	5105309	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Novo Santo Antônio	MT	5106315	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Porto Alegre do Norte	MT	5106778	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Querência	MT	5107065	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Ribeirão Cascalheira	MT	5107180	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Santa Cruz do Xingu	MT	5107743	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Santa Terezinha	MT	5107776	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Serra Nova Dourada	MT	5107883	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
São Félix do Araguaia	MT	5107859	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
São José do Xingu	MT	5107354	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Vila Rica	MT	5108600	Baixo Araguaia - MT	Centro-Oeste
Anastácio	MS	5000708	da Reforma - MS	Centro-Oeste
Bela Vista	MS	5002100	da Reforma - MS	Centro-Oeste
Bodoquena				

Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm

APÊNDICE

Maps Packages (Mapas Pacotes): Arquivo digital dos Mapas impressos em padrão A3:

Figura 1	Mapa de Localização da Área de Estudo e acessos	32
Figura 2	As Áreas de Estudos Moju e Acará como recortes das porções dos municípios estudados	46
Figura 9	Mapa indicativo das comunidades e representação dos índices das produções	63
Figura 11	Detalhamento do limite municipal pela cota máxima com “serpenteio” na PA-150 (PA-475)	75
Figura 13	Aptidões climáticas para a cultura e Arco de aptidão da produção do dendezeiro	82
Figura 15	Canteiros da Agropalma, Bioenergia e a Agricultura Familiar, na Área Norte	85
Figura 16	Canteiros Agropalma, Bioenergia, Agricultura Familiar e Projeto Malásia, na Área Sul	86
Figura 17	Os fluxos e as ações internas na Área Norte da Área de Estudo	96
Figura 18	Os fluxos e as ações internas na Área Sul da Área de Estudo	98
Figura 24	Mapa do limite “possível” do município pela incorporação da Área de Estudo à Tailândia	113

Figuras de Dissertação: Arquivos digital das Figuras e Fotografias